UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

MARCONES HERBERTE DE SOUZA LIMA AGUIAR

A JUVENTUDE E A LUTA PELA TERRA NO PIAUÍ: MEMÓRIAS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO MARRECAS - PI (1985 - 1994)

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
JUNHO DE 2018

MARCONES HERBERTE DE SOUZA LIMA AGUIAR

A JUVENTUDE E A LUTA PELA TERRA NO PIAUÍ: MEMÓRIAS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO MARRECAS - PI (1985 - 1994)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientador: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
JUNHO DE 2018

Aguiar, Marcones Herberte de Souza Lima.

A23j A juventude e a luta pela terra no Piauí: memórias do processo de construção do assentamento Marrecas - PI (1985 - 1994). / Marcones Herberte de Souza Lima Aguiar – Vitória da Conquista, 2018.
156 f.

Orientador: João Diógenes Ferreira dos Santos.
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

Inclui referência F. 148 - 155.

1. Movimentos sociais – Luta pela terra. 2. MST - Piauí. 3. Juventude Camponesa - Memória. 4. Assentamento Marrecas – Semiárido Piauiense I. Santos, João Diógenes Ferreira dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 333.1

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus de Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The youth and the struggle for land in Piauí: memories of the process of construction of the settlement Marrecas - PI (1985 - 1994).

Palavras-chaves em inglês: Social movements. MST. Peasant youth. Memory.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (presidente), Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos (titular), Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Junior (titular).

Data da Defesa: 18 de junho de 2018.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

MARCONES HERBERTE DE SOUZA LIMA AGUIAR

A JUVENTUDE E A LUTA PELA TERRA NO PIAUÍ: MEMÓRIAS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO MARRECAS - PI (1985 - 1994)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 18 de junho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (Presidente) Ass.:
Instituição: UESB

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos Ass.:
Instituição: UESB

Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Junior Ass.:
Instituição: UFPB

Às/aos militantes que se fazem no Movimento Sem-Terra, e que através da luta pela terra realizaram o sonho de ter "um pedaço chão" e que continuam na luta por uma sociedade mais justa. E em especial aos Sem Terra do assentamento Marrecas protagonistas dessa pesquisa.

Às/aos familiares e amigos que me incentivaram desde o início, e que acompanharam de perto a produção desse trabalho: Fernanda Farias (esposa), Luzia Vitório (mãe), Marcos Fernandes (amigo), Marcia de Sousa e Marcela de Sousa (irmãs), Matheus Teles (Sobrinho).

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Luzia Vitório de Souza que batalhou e enfrentou o mundo para que eu desde criança pudesse ao menos sonhar em chegar até aqui, e por todo amor dedicado a mim que sempre se transformou em alimento para essa conquista.

Ao meu grande amor, minha companheira e amiga Fernanda Farias de Aguiar Lima, com quem compartilho os momentos felizes e tristes da minha vida, pelo carinho que tornou essa caminhada mais leve. A quem devo parte dessa conquista por acumular tarefas para que eu tivesse tempo e me dedicasse a esse trabalho e, por sempre que possível, revisar o trabalho.

As minhas duas queridas irmãs mais velhas Márcia de Sousa Lima e Marcela de Sousa Lima, pela preocupação comigo e por cuidarem de mim desde criança, e por sempre me apoiaram desde o início da pesquisa. E ao meu cunhado Hélio de Almendra pelo apoio e incentivo.

Aos meus sobrinhos Matheus Teles, Brunna Patrícia e Hélio Filho, pelos momentos de alegria e felicidade a mim concedidos quando estivemos juntos, fazendo com que a caminhada fosse menos cansativa.

Ao meu irmão de luta Marcos Fernandes Lima, e um dos maiores incentivadores dessa conquista, por está sempre disponível para discussões sobre a temática, sugestões e revisões da dissertação, obrigado também por ter me acompanhado até o local da pesquisa e, sobretudo por me ajudar em momentos difíceis da minha vida.

Ao meu pai Raimundo Herberte, e demais irmãos, Gilmara Lima, Maria do Socorro Lima, Marilia Lima e Herberte Miqueias, por toda a torcida.

A minha inestimável amiga Arlene Ribeiro, com quem dividi as angustias e felicidades desde a seleção de mestrado, assim como em todas as demais etapas dessa intensa caminhada.

Aos colegas de mestrado, Thiago Macedo, Nivaldo Monteiro, Herlinton Nunes, Rodrigo Campelo, José Carlos, pelos dias de estudos juntos, pelas discussões, e por toda ajuda nos momentos de crise.

As colegas de mestrado Isabella Cristina, Sandra Caminha, Karlana Matos Adriana Beserra, Alany Luz, Williane Vieira, Layane Miguens, Sarah Aguiar, Illana Nascimento e

Suzany Batista, pelos momentos agradáveis compartilhados juntos e pelas riquíssimas trocas de materiais e informações ao longo desses dois anos de mestrado.

Aos meus queridos amigos de vida, principalmente, Paula Brito Aragão, Gualberto Junior, Nairo Pote, Luis Paulo, que estiveram ao meu lado me apoiando durante todo esse período.

Aos amigos e camaradas Romildo Araújo, Ramsés Sousa, Gisvaldo Silva, apoio e ajuda fornecendo livros e materiais para realização da pesquisa. E a minha estimável amiga Roziane Brito pela correção final do Trabalho.

A todos os professores e professoras do programa de pós-graduação em Memória, em especial Lívia Magalhães, Salete Nery, Ana Elizabeth, Edson Farias que foram aqueles com quem tive oportunidade de aprender a partir das disciplinas cursadas, obrigado a todos pela paciência e por todos os ensinamentos a mim concedidos. Além daqueles como o professor José Rubens e José Dias que embora não sendo meus professores, tive a oportunidade de dialogar e aprender mais sobre o Marxismo.

A todas as servidoras do programa de pós-graduação em Memória, Allisianne Krystina, Vilma, Andreia e, em especial, Tâmara Marinho por serem sempre muito solicitas e estarem a disposição para ajudar a resolver os problemas que surgiram.

A coordenação do Programa em Memória, nas pessoas de Milene Gusmão e Edivania Gomes, e a PRPGI do IFMA na pessoa de Daiane pela oportunidade de realização do mestrado e pelo empenho na resolução dos problemas.

Ao meu orientador João Diógenes Ferreira Santos, que tornou o meu percurso um aprendizado continuo que possibilitou a realização desta dissertação, compartilhamos momentos que nos tornaram mais do que orientador e orientando, mas possibilitou o surgimento de uma amizade que espero prolongar.

Ao professor Cláudio Felix por todas suas contribuições como membro da banca para o aprimoramento desse trabalho, mas principalmente, por ter se tornado amigo e companheiro de luta em vários momentos de percurso.

Ao professor Marcos Antônio Mitidiero por todas as observações e contribuições feitas para o melhor desenvolvimento da pesquisa.

As/Aos camponeses militantes do assentamento Marrecas e do Movimento Sem Terra entrevistados: Inácio Santos, Maria de Jesus Santos, José Ivan Sousa, Arlindo Silva, Arcanja de Jesus, Anísia Araújo, Benezete França, pela contribuição com o trabalho e atenção dada a mim sempre que necessário.

A Madalena Silva por ser a porta de entrada e peça fundamental para realização da minha pesquisa no assentamento Marrecas, e por ser sempre muito solicita em atender meus pedidos, mesmo com todos seus afazeres no assentamento.

Aos demais familiares e amigos que estiveram ao meu lado em vários momentos desse percurso, tornando essa tarefa mais prazerosa.

Que diremos aos nossos filhos?
Quando acabar a comida,
Quando acabar o trabalho,
E a esperança de vida?
Que os governantes são bons?
Que os policiais são amigos do povo?
Que caixões de companheiros assassinados
São a vontade do Criador?

Se assim fizermos
Um dia faltará
Comida.
Já não terá esperança.
Nem nossos filhos com vida.
que diremos então?
Que tudo é dos senhores?
Que somos todos irmãos?
E só morrem sonhadores?
Não!

Já não podemos calar.
Chega o tempo de vencer,
Chega o dia de lutar,
Sem morrer.
A única forma de vencer a morte
É enfrentá-la.
único jeito de vencer é lutar,
único modo de fazer justiça,
É continuar lutando.
Assim viveremos eternamente!

Ademar Bogo.

RESUMO

Historicamente, o campo brasileiro se construiu como um espaço de conflitos, a estrutura fundiária fortemente marcada pela concentração de terra, pode ser considerada como um dos elementos centrais da questão agrária no Brasil. No Estado do Piauí, a realidade não é muito diferente, uma vez que a formação do grande latifúndio, resultado do estabelecimento de grandes fazendas de gado, resultou na exclusão de grande parte da população ao acesso à terra. Diante dessa realidade, nos últimos 30 anos, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra - MST se constituiu em um dos maiores e principais movimentos sociais de enfrentamento ao grande latifúndio no Brasil e no Estado do Piauí, atuando de forma sistemática na defesa do direito ao acesso a terra pelos camponeses. Neste sentido, esta pesquisa destina-se a analisar e discutir, sobre o perfil e atuação da juventude camponesa sem-terra no processo de luta pela terra, formação do MST e a construção do primeiro assentamento (Marrecas) na região do semiárido piauiense, na segunda metade da década de 1980. Essa análise partiu, principalmente, das memórias dos assentados que ainda permanecem na Marrecas e que eram jovens lideranças naquele período. O trabalho é construído a partir dos postulados teóricos de E. P. Thompson, levando em consideração o conceito de experiência, assim como Halbwachs, o conceito de memória coletiva, além de autores que discutem a temática. Para o desenvolvimento do referido trabalho lançamos mão em um primeiro momento da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, além da realização de 07 entrevistas com assentados da Marrecas que atualmente são adultos, mas que eram os jovens que lideraram o processo de formação MST e da Marrecas a partir de meados da década de 1980. Deste modo, a pesquisa nos possibilitou observar que durante este processo, por motivos objetivos e subjetivos, e a partir de interlocutores como a CPT, a juventude camponesa se tornou a principal força motriz que conduziu a luta camponesa por "um pedaço de chão" no semiárido piauiense.

Palavras-chave: Movimentos sociais. MST. Juventude camponesa. Memória.

ABSTRACT

Historically, the Brazilian countryside has been constructed as a space of conflicts, the land structure, strongly marked by the concentration of land, can be considered as one of the central elements of the agrarian question in Brazil. In the state of Piauí, the reality is not very different, since the formation of the large latifundium, the result of the establishment of large cattle ranches, resulted in the exclusion of a large part of the population from access to land. In the face of this reality, in the last 30 years, the Movement of Workers and Landless Workers (MST- Portuguese abbreviation) has become one of the largest and most important social movements facing the large latifundium in Brazil and the State of Piauí, always acting in a systematic way in defense of the peasants' right of access to land. In this sense, this research is aimed at analyzing and discussing the profile and performance of the landless peasant youth in the process of struggle for land, the formation of the MST and the construction of the first settlement (Marrecas) in the semi-arid region of Piauí, the second half of the 1980s. This analysis started from the memories of the settlers who still remain in Marrecas and who were young leaders in that period. The work is constructed from the theoretical postulates of E. P. Thompson, taking into account the concept of experience, as in Halbwachs, the concept of collective memory, in addition to other authors who discuss the theme. For the development of this work, we first used bibliographical research and documentary research, as well as conducting 07 interviews with Marrecas settlers who are currently adults, but who were the young people who led the MST formation process and of Marrecas from the mid-1980s. Thus, the research allowed us to observe that during this process, for objective and subjective reasons, and from interlocutors like the CPT, peasant youth became the main driving force that led the peasant struggle for "a piece of land" in the semi-arid Piauí.

Keywords: Social movements. MST. Peasant youth. Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Monumento em homenagem aos mortos no massacre de Eldorado dos Carajás, que terminou com a morte de 19 campones.....52
Figura 02 – Movimento do acampamento da Encruzilhada Natalino (1981).....60
Figura 03 – Mapa do Piauí e da região sudeste (semiárido) do Estado.....85
Figura 04 – Romaria da Terra em Oeiras no ano de 1988.....97
Figura 05 – I Congresso Regional da CUT, em Picos – PI.....101
Figura 06 – Encontro de formação política do MST em Teresina – PI.....105
Figura 07 – Ocupação da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí em Teresina em 1989.....111
Figura 08 – Região da ocupação da Marrecas (Zebulândia) no dia 10 de junho de 1989 dia da ocupação.....113
Figura 09 - Marrecas nos dias atuais.....115
Figura 10 – A construção dos barracos de lona preta no primeiro dia de ocupação da Marrecas.....117
Figura 11 – Condições precárias do acampamento.....120
Figura 12 – Reunião realizada no primeiro dia de ocupação.....120
Figura 13 – Primeira ocupação da prefeitura de São João do Piauí.....126
Figura 14 – Ação contra os fazendeiros da região de São João do Piauí.....127
Figura 15 – Primeiras casas construídas no acampamento.....130
Figura 16 – Produção coletiva no assentamento Marrecas.....130
Figura 17 – Representação da mística do MST.....134
Figura 18 – Primeira escola do acampamento Marrecas.....137
Figura 19 – Segunda ocupação da prefeitura de são João do Piauí.....140

LISTA DE SIGLAS

AI – Atos Institucionais

ARENA – Aliança renovadora Nacional

CEBs – Comunidades Eclesiásticas de Base

CEPAC – Centro Piauiense de Ação Cultural

CEPRO – Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNBB – Conferência Nacional de Bispos do Brasil

CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária

CPT – Comissão da Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores Regional

FETAG-PI – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Piauí

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IFMA – Instituto Federal do Maranhão

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

MIRAD – Ministério da Reforma Agraria e do Desenvolvimento

MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MST – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PDS – Partido Democrático Social

PT – Partido dos Trabalhadores

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UDR – União Democrática Ruralista

UFPI – Universidade Federal do Piauí

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 15

2. A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E SUAS SINGULARIDADES NO PIAUÍ A PARTIR DA FORMAÇÃO DO MST.. 35
2.1. A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....35
2.2. O MST COMO PARTE DO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA.....53

3. JUVENTUDE E MEMÓRIA: QUEM SÃO OS JOVENS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE?.....68
3.1. DISCUTINDO AS MULTIFACES DA CATEGORIA JUVENTUDE.....68
3.2. UM DEBATE NECESSÁRIO: O CONCEITO DE MEMÓRIA COLETIVA E SUA RELAÇÃO COM A LUTA PELA TERRA.....77
3.3. TECENDO AS MEMÓRIAS: A JUVENTUDE CAMPONESA DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE NA DÉCADA DE 1980.....83

4. CONSTRUINDO UM NOVO CAMPO: O PAPEL DA JUVENTUDE CAMPONESA NA FORMAÇÃO DO MST E DO ASSENTAMENTO MARRECAS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE.....99
4.1. JOVENS EM FORMAÇÃO: DA GÊNESE DO MST NO PIAUÍ A OCUPAÇÃO DA MARRECAS EM 1989.....99
4.2. “A TERRA É MAIS DO QUE TERRA”: A ORGANIZAÇÃO DO ACAMPAMENTO MARRECAS.....118
4.3. A MEMÓRIA COMO ELEMENTO FORMADOR: A MÍSTICA E A EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS SEM-TERRA.....132

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....144

REFERÊNCIAS.....148

APÊNDICE.....156

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 10 anos, e com mais profundidade após a vitória da presidenta Dilma Roussef[1] (2014) pertencente ao Partido dos Trabalhadores – PT, o Brasil começa a refletir, de forma mais acentuada, em vários setores como o politico, econômico e social as tensões entre as classes sociais. Esse contexto de disputa, principalmente no campo político, resultou em um golpe parlamentar[2] contra até então (2016) presidenta Dilma Roussef. O referido evento, que levou ao poder o vice-presidente Michel Temer (MDB – Movimento Democrático Brasileiro[3]), abriu espaço para uma crise institucional generalizada. Além disso, durante esse período, observamos os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) conduzirem de forma escalonada ataques à classe trabalhadora.

Entretanto, é importante mencionar que tais ataques não são apenas fruto do governo golpista de Michel Temer, mas já vinham acontecendo de forma menos escancarada nos últimos anos do governo de Dilma Roussef, podemos apontar nesse sentido a "Lei Anti-terrorismo[4]" sancionada pela presidente deposta, depois de aprovada pela ampla maioria do Congresso Nacional. Desta forma, nesse conturbado contexto politico e econômico passamos a assistir uma ofensiva da classe dominante à classe trabalhadora. No caso do campo, está em processo a criação de leis que versam em favor dos direitos dos ruralistas e em detrimento dos camponeses, e demais povos que vivem no campo, como veremos adiante:

> [...] o que se percebe nos últimos anos é uma ofensiva contra as conquistas das populações rurais em geral e das também denominadas comunidades tradicionais que estão no caminho da frente de expansão do capital agronegócio. Esse momento de crise política profunda serve como uma fenda bem larga para avançar ao máximo em conquistas institucionais e legislativas em favor dos seus interesses [ruralista], sendo parte desses interesses a destruição, relativização ou relaxamento de leis que garantem a realização da reforma agrária, da decretação de terras indígenas e de territórios quilombolas e da legislação trabalhista, engolindo todos os antagonismos de classe em favor apenas de uma das classes, a dos proprietários de terra, os ruralistas (MITIDIEIRO, 2015, p. 167).

[1] Ex-Ministra-chefe da Casa Civil no governo do Presidente Lula (2005-2010), eleita a primeira Presidenta do Brasil em 2010 pelo PT (Partido dos Trabalhadores), sendo reeleita em 2014 pelo mesmo partido, sofrendo o impeachment do seu mandato em 2016.

[2] Chamamos aqui de golpe parlamentar, o processo de impeachment da presidenta Dilma Roussef sob a acusação de crime de responsabilidade fiscal, mas com uma base muito mais política do que jurídica.

[3] Importante mencionar que esse partido passou por uma mudança de nome recentemente em 2017, antes disso tinha como nome Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

[4] Lei N° 13.260, de 16 de Março de 2016, e Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5° da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nos 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Ver <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm>.

O trecho acima aponta para qual caminho a legislação sobre campo vai seguindo nos últimos anos e o resultado foi o aumento de conflitos no campo, como mostra a CPT (Comissão Pastoral da Terra) em sua publicação dos 40 anos da instituição, realizada em 2015. Pode-se afirmar também, segundo os números publicados pela Pastoral recentemente, que além do ano de 2015, o ano de 2017 também foi marcado pelo elevado número de conflitos e mortes no campo, de acordo com os dados apresentados 2017 atingiu os maiores índices de camponeses mortos desde 2003.

Além do elevado número de mortes e conflitos no campo em 2017, esse ano apresentou ainda um grande retrocesso para os povos do campo que lutam pelo acesso a terra e seus direitos. Pois a transformação da medida provisória 759/2016 na Lei 13.465[5], pelo presidente golpista Michel Temer, apoiado por ampla maioria no Congresso Nacional, representa um grande ataque ao campesinato, aos indígenas, aos quilombolas e demais povos do campo, e também da cidade. Sérgio Sauer em entrevista ao jornal Brasil de Fato comenta:

> O objetivo é atender ao mercado de terras e à expansão dos negócios, especialmente a expansão das fronteiras agrícolas a partir do modelo hegemônico de desenvolvimento agropecuário, resultando em mais concentração fundiária, exclusão e expropriação da população pobre do campo (SAUER, 2017).

Destarte, frente a esse problemático cenário de ataques aos povos do campo, observamos a necessidade de estudos que apresentem o camponês como sujeito do processo histórico de transformação do campo. Contudo, se mencionar apenas a realidade atual como motivadora dessa pesquisa, não se contemplaria todo o processo histórico que levou a essa escolha, sendo necessárias então algumas considerações, do meu próprio *fazer-se.*

Assim, pode-se afirmar que, desde jovem, estive envolvido com os movimentos sociais, principalmente, com o movimento estudantil da Universidade Federal do Piauí – UFPI, e foi no movimento estudantil, a partir de militantes que trabalhavam com projetos educacionais em assentamentos da reforma agrária no Piauí, que me aproximei do MST. Até então, só conhecia esse movimento pelo noticiário da TV, em que, na maior parte das vezes, era retratado de forma negativa, "como aqueles que queriam tomar as terras dos outros". Nesse sentido, chamava minha atenção à forma como a Revista Veja e TV Globo tratavam e

[5] A lei dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorara eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providencias Ver LEI N° 13.465, de 11 de julho de 2017, <https://www.planalto.gov.br>.

ainda tratam o Movimento, para a compreensão disso basta analisar a capa da referida Revista, de 10 de maio de 2000, onde ao lado da bandeira do movimento se coloca a seguinte afirmação "A Tática da Baderna".

Em parte, pode-se inferir que os ataques promovidos por alguns meios de comunicação ao MST mostram que a representatividade que o Movimento havia alcançado nacionalmente, e até internacionalmente, incomodava aqueles que estavam ligados às classes dominantes no campo brasileiro. Desta forma, passei a admirar a trajetória construída pelos Sem Terra na intransigente luta em defesa dos camponeses, especialmente pelo direito à terra e combate ao grande latifúndio.

Voltando à minha aproximação com o MST, foi importante a oportunidade que tive de conhecer o projeto PRONERA[6] (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), voltado para a formação de educadores e educadoras do campo, e pensado a partir de uma proposta contra hegemônica de educação. Este projeto, além de ser vinculado à UFPI, envolvia vários atores sociais diretamente ligados à luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Piauí – FETAG-PI, entre outros.

Mesmo não fazendo parte organicamente do PRONERA, a relação com vários militantes que trabalhavam no projeto me possibilitou visitar alguns assentamentos, entre eles, o assentamento Marrecas, localizado na cidade de São João do Piauí[7], a 499 km de Teresina. A organização dos assentamentos, assim como, as histórias de vida dos assentados me faziam pensar sobre a importância do Movimento para aqueles que depois de muita luta conquistavam um pedaço de terra almejando, a partir de então, uma vida longe dos desmandos dos grandes proprietários de terras.

Em contato com as pessoas do assentamento e pesquisadores do tema percebi que Marrecas era um marco da luta pela terra no Piauí, sendo ainda mais importante por ser o primeiro assentamento do MST no Estado. No referido assentamento tive contato com a

[6] O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária, o programa também capacita educadores para atuar nos assentamentos e coordenadores locais - multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. As ações do programa nasceram das articulações da sociedade civil, e tem como público alvo jovens e adultos dos projetos de assentamento criados e reconhecidos pelo INCRA. Ver INCRA <http://www.incra.gov.br/educacao_pronera>.

[7] Localizada na Mesorregião sudeste do Estado do Piauí, nas proximidades do território da Serra da Capivara, com população de aproximadamente 20 mil habitantes. Ver IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Também é relevante mencionar que "Sua história insere-se no contexto do aparecimento de quase todas as povoações piauienses: a concessão de grandes extensões de terras a particulares, para implantação das fazendas de gado e cavalo, utilizadas para viabilizar a penetração e consequente colonização das terras do sertão" (SILVA, 2012, p. 46).

juventude camponesa do MST, suas memórias, seus sonhos, anseios e suas lutas, assim como também observei suas singularidades.

Essa aproximação com os assentados possibilitou conhecer várias histórias de luta e esperanças, passando a constituir uma experiência singular para minha formação enquanto historiador, mas não só, sendo também fundamental para minha formação enquanto ser humano. Desta forma, o processo de constituição daqueles homens e mulheres, e de igual maneira do próprio Movimento Sem Terra, me legou a necessidade de procurar meios para manter parte das memórias construídas coletivamente, presentes dentro do Movimento.

Assim como o contato com o PRONERA, foi na UFPI que tive a oportunidade de participar de um estágio no programa do Governo Federal Projovem Adolescente[8], uma das quatro modalidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Este programa atendia, exclusivamente jovens da faixa etária de 15 a 17 anos. Consistia-se num serviço socioeducativo que integrava as ações de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e que passou recentemente por mudanças e reestruturações. Na atualidade o programa encontra-se reformulado e é parte do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

É importante salientar que as atividades do estágio foram realizadas, em sua maior parte, com jovens da zona rural, uma vez que fui orientador social do único Projovem direcionado à zona rural. Isso me fez perceber como o campo (zona rural) recebe um tratamento negativamente diferenciado, uma vez que, entre os mais de 30 projovens apenas 01 era voltado para zona rural de Teresina – PI, e foi justamente estagiando com os jovens e adolescentes do campo que comecei a entender um pouco da realidade dos camponeses.

Além dos elementos citados anteriormente, a minha própria experiência enquanto educador também me aproximou da realidade do campesinato, pois em meus aproximados dez anos como professor de educação básica da rede pública de ensino, destes pelo menos seis anos foram dedicados à educação de jovens que cursavam o ensino médio na zona rural[9].

[8] O Projovem Adolescente, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social, é voltado para jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e jovens vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial, como o Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, ou ainda jovens sob medidas de proteção ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Como forma de promover e garantir a intersetorialidade na modalidade Projovem Adolescente foi constituído um comitê, sob a coordenação do MDS. Ver MDS <http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/projovem>.

[9] Aqui é importante diferenciar o entendimento de escola do campo e escola da zona rural, a primeira parte da perspectiva de que a escola do campo é construída a partir da realidade do campo e pelos povos do campo, além de procurar resgatar o conceito de camponês; a segunda caracteriza-se pela forma como é institucionalizada pelo poder público as escolas "formais" que não se localizam nas cidades, onde apenas reproduzem a mesma estrutura das escolas urbanas na zona rural (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999).

Trabalhei todo esse período, como professor de várias disciplinas do Ensino Médio em uma escola formal no povoado Barro Vermelho, pertencente à pequena cidade de Poção de Pedras, no interior do Maranhão. Com isso, passei a construir uma relação muito próxima com a juventude camponesa, assim como à educação da zona rural.

Essa experiência, como professor do Ensino Médio, na zona rural, também me possibilitou a observação sobre quais os aspectos que caracterizam a juventude camponesa, entendendo que existem diferenças entre esses jovens, que embora residentes do mesmo espaço geográfico, têm experiências distintas. Desta forma, não poderíamos considerar como iguais jovens filhos de latifundiários/fazendeiros e jovens filhos de camponeses que, desde muito cedo, quando ainda crianças, aprendem qual o peso da enxada, do arado e das atividades domésticas.

Portanto, durante todos esses anos, ministrando aulas na zona rural, pude observar que a educação praticada nesse espaço social está distante da realidade do campo, pois a mesma simplesmente reproduz o modelo educacional tradicional da cidade sem observar as singularidades, objetivos, desejos e expectativas do campo e de seus sujeitos. Fato que, muitas vezes, faz com que os jovens percam o interesse em permanecer no campo justamente por não encontrarem na escola uma educação que os compreendam como sujeitos, fazendo com que esse fator também influencie, em muito, no pouco interesse desses jovens pela escola/educação.

Esse processo reforça, principalmente, no imaginário da juventude camponesa, a falsa ideia de que a escola no campo deve funcionar como uma ponte para que estes jovens abandonem a zona rural, reforçando assim a ideologia que ainda permeia a maior parte da população, de que o campo é visto como lugar de gente “atrasada”, “analfabeta” e por isso seria um ambiente “inferior” em relação ao da cidade. Tal ideologia força os camponeses, em sua maioria jovens, a procurarem romper com suas raízes da terra em direção às cidades. (KOLLING, NERY, MOLINA 1999).

Por outro lado, o Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra defende outra concepção de campo e de educação onde o campo seria um lugar de sujeitos sociais, que assim como os moradores das cidades protagonizam sonhos, lutas e constroem sua própria história. Desta mesma forma, a escola, o trabalho, o lazer, todas essas questões, têm que ser pensadas a partir da realidade daqueles que vivem no campo (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999).

Depois de todas essas experiências com o campo, em especial com os jovens, posso dizer que a escolha de pesquisar a juventude camponesa do MST foi se construindo a partir da

minha vida estudantil e profissional. Portanto, ao longo desse processo observei as contradições existentes entre os grupos que compõem o campo, e presenciei a difícil realidade enfrentada pelos camponeses, no que pese a estrutura fundiária e o acesso a terra, entre outros problemas vivenciados por estes sujeitos.

Então, ao iniciar o levantamento bibliográfico sobre a luta pela terra e o MST no Piauí, verificou-se que era uma temática pouco explorada, e quando recortou-se o objeto desta pesquisa para juventude camponesa que construiu o assentamento Marrecas, essas referências tornaram-se ainda mais escassas. O que revelou a necessidade da construção de um trabalho que mostrasse a luta dos jovens do campo, pelo acesso à terra nas regiões sudeste e sul do Estado do Piauí.

Portanto, o problema decorrente do exposto é: Como a partir das memórias dos jovens que participaram da ocupação da Marrecas em 1989, podemos identificar quem foi e qual papel da juventude camponesa na construção do assentamento Marrecas-PI/MST, ou seja, quer se entender, a partir das memórias dos jovens sem-terra[10], como estes se organizaram e se tornaram jovens Sem Terra[11] e quais elementos foram importantes nesse processo. Como hipóteses, se trabalhará com a perspectiva de que os jovens foram fundamentais na formação do MST e do assentamento Marrecas no Piauí, e que a relação dos mesmos com seguimentos da Igreja Católica facilitou o processo de formação do MST e do assentamento Marrecas no Estado, e que o *fazer-se*[12] Sem Terra é plural devendo ser compreendido de forma dinâmica, ligados às experiências econômicas, políticas e também culturais, como pensa E. P. Thompson.

Assim, frente a tais indagações esta pesquisa tem por objetivo analisar a participação dos jovens camponeses durante processo de luta pela terra que deu origem, ao MST no final

[10] Tomamos aqui a discussão desenvolvida por Caldart (2012) em seu livro "*Pedagogia do Movimento Sem Terra*", para entendermos a diferença entre os sem-terra, e os Sem Terra, esses primeiros trataremos todos aqueles camponeses ou não que não tem terra para plantar, construir sua casa, etc., eles não têm uma identidade de grupo a não ser a falta da terra.

[11] Ainda utilizando a ideia de Caldart (2012), os Sem Terra com iniciais maiúsculas e sem hífen, quer dizer que estamos falando não de qualquer sem-terra, mas sim daqueles que fazem parte do MST, que tem um conjunto de símbolos que os identifica como pertencentes de um grupo, que constitui uma identidade que vai muita além da falta da terra, mas representa um processo de construção enquanto sujeitos conscientes de seu lugar na história e no campo.

[12] A ideia do *Fazer-se* apresentada no texto e utilizada nesse trabalho remonta a E. P. Thompson (2011, 2012, 2012) em suas obras, principalmente, nos livros *A Formação da Classe Operaria Inglesa,* esse autor passa a discutir a categoria de experiência, acreditando que é na experiência cotidiana a partir dos valores e costumes que se constrói uma identidade da classe operária inglesa. É a partir dessa categoria que observamos a formação da juventude camponesa do MST, assim como a própria construção dos trabalhadores e trabalhadoras desse movimento, sendo nas experiências coletivas do cotidiano, na mística do movimento, que os camponeses e jovens camponeses se percebem enquanto classe.

dos anos 1980, e a primeira ocupação de terras em 1989, que resultou no primeiro assentamento (Marrecas) do Movimento no Piauí.

Para melhor compreensão do trabalho é importante explicitar que o marco histórico referencial desta pesquisa se reporta ao período que abrange os anos de 1985 até 1994, pois segundo as narrativas e os documentos coletados foi a partir do final do ano de 1985 que começou a aproximação entre os camponeses piauienses com o MST, assim como as discussões para organização da primeira ocupação de terra do MST, no Piauí – a Marrecas – que aconteceu em 1989, na cidade de São João do Piauí - PI.

Contudo, como a pesquisa procura entender também o período inicial pós-ocupação (acampamento[13]) fez-se necessário delimitar o referencia temporal até o ano de 1994, pelo fato de ser esse o ano que Marrecas torna-se assentamento[14], por conta do recebimento das cartas de anuência[15], ou seja, o recorte da pesquisa compreende o período de organização anterior à ocupação e os anos de acampamento. No entanto, este recorte não deverá impedir de se ultrapassar esse recorte cronológico, para compreender melhor o processo de construção e consolidação da Marrecas-PI.

A pesquisa metodologicamente apresenta a memória dos assentados como fio condutor na execução desse trabalho, deste modo, será usado o conceito de memória coletiva[16] cunhado por Halbwachs (2003). Estas memórias, em conjunto com outras fontes que serão apresentadas a seguir, possibilitarão compreender quem era essa juventude camponesa que participou da formação do assentamento Marrecas em São João do Piauí, e como se construiu a juventude nos primeiros anos de acampamento.

Para analisar essa realidade passada, a partir da memória dos assentados, retomamos Halbwachs (2003), pois para ele, embora o ato de lembrar seja individual as lembranças estariam inseridas em quadros de referências que se constroem a partir dos grupos, ou seja, mesmo que materialmente sozinho, as lembranças dos indivíduos se ancoram nas memórias

[13] Assim como o próprio MST, trataremos acampamento e assentamento como coisas distintas, pois o período que chamamos aqui de acampamento é o interstício entre o dia da ocupação 10 de junho de 1989 e o ano de 1994, que é quando passa-se a chamar a Marrecas de assentamento pelos próprio militantes, pois é o ano em que recebem a carta de anuência.

[14] Utilizaremos o termo assentamento para designar de maneira geral a Marrecas, ou seja, refere-se ao objetivo que o Movimento tinha desde o início. Logo, quando falamos formação do assentamento Marrecas, estamos nos referindo a todo período e ações que possibilitaram chegar até essa nomenclatura em 1994 e que perdura até a atualidade.

[15] A carta de anuência que os entrevistados se referem nas entrevistas era o documento entregue pelo governo estadual garantindo que a terra não seria mais reintegrada ao antigo dono, que o processo iria seguir para futura aquisição dos termos de posse (BENEZETE, 2017).

[16] É importante comentar que, segundo Sá (2007, p. 293), a memória coletiva pode ser conceituada como aquela que "[...] designa as memórias que, em seu processo de construção, são objetos de discursos e práticas coletivas por parte de grupos sociais razoavelmente bem definidos".

construídas nos grupos. Esses quadros serão parcialmente compreendidos a partir das memórias dos jovens que, por sua vez, constituem-se na relação com os outros e na coletividade, pois "ninguém ou nada é lembrado em si mesmo, deslocado das relações sociais, interpessoais" (CALDART, 2000, p.59).

Portanto, pensando justamente na construção de um arquivo de memória foi que se observou Ecléa Bosi (2003) que em sua discussão sobre a "substância social da memória", apresenta a importância de ter acesso aos testemunhos vivos daqueles que se quer conhecer a história:

> Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstruir comportamentos e sensibilidades de uma época! O que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi só sugerido e encoberto pelo medo… […] Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento (BOSI, 2003, p. 16-18).

Nesse sentido, por meio da memória, torna-se possível a produção de testemunhos históricos que, no caso desta pesquisa, contribuem para construção da história do MST no Piauí e à formação do primeiro assentamento do Movimento no Estado. Assim, é através dos relatos orais de sujeitos, que no final da década de 1980 eram lideranças tanto do Movimento, quando da ocupação da Marrecas, que pretende-se compreender a juventude antes, durante e depois desse processo.

Outro ponto relevante é entender o objeto da pesquisa em sua perspectiva histórica, a partir da análise dos elementos que compõem a luta pela terra no Brasil. Além disso, observar como o MST se constrói nesse processo dentro do Estado do Piauí, levando em conta uma apreciação dialética do objeto, para então compreender como a juventude camponesa se apresentou no processo de formação e desenvolvimento do primeiro assentamento do MST no Estado.

Portanto, nessa perspectiva busca-se compreender não só a sociedade, como também as categorias a serem trabalhadas a partir de um entendimento que nada foge do processo histórico, pautado na materialidade das vivências humanas, construindo dialeticamente as constantes transformações na sociedade. Esse pensamento converge com o que pensava Thompson, sobre o *fazer-se*, dialeticamente, dentro de contextos históricos a partir das experiências materiais no seio de uma classe ou grupo social (MARTINS, 2006).

Outra estratégia, para o desenvolvimento deste trabalho, foi construir uma pesquisa com uma amplitude de fontes. Iniciando pela pesquisa bibliográfica, que segundo Lima e

Mioto (2007), é importante enquanto procedimento metodológico, pois nos possibilita a definição de objetos de estudos e, dessa forma, subsidiando a análise dos dados obtidos, constituindo-se numa ferramenta importante na construção do conhecimento científico. A pesquisa bibliográfica aproximou as categorias centrais do trabalho, as quais serão abordadas adiante: *Experiência, Juventude, Memória Coletiva, Camponês.* Feita a pesquisa bibliográfica se realizou análises de livros, artigos, Teses e Dissertações referentes à temática abordada na pesquisa.

Após essa primeira etapa, se iniciou a pesquisa documental e entrevistas, a primeira realizada nos acervos das Secretarias Estaduais do MST e da CPT, localizados em Teresina – PI, onde foram coletados documentos importantes para realização desta pesquisa, como por exemplo, um Dossiê sobre a seca e os conflitos de terras no Estado do Piauí[17]. E, juntos a estes, outros documentos que se encontravam com as lideranças do assentamento Marrecas, principalmente fotografias.

As fotografias são principalmente do dia da ocupação e do período do acampamento, as mesmas são importantes, pois possibilitam a compreensão do processo descrito nas entrevistas, uma vez que, de acordo com Monego e Guarniere (2012, p. 02) a fotografia "[...] funciona como uma espécie de passado preservado". Nesse sentido, a fotografia constituiu uma relevante fonte para auxiliar no processo de reconstrução de uma memória coletiva em torno da ocupação da Marrecas, muito embora o uso dessa fonte requeira limites e cuidados, pois quem fotografa seleciona o que deve ou não ser "cristalizado" e consolidado como memória para o grupo.

Sobre as entrevistas essas foram realizadas a partir das visitas feitas ao assentamento Marrecas em São João do Piauí – PI, e tiveram início no segundo semestre de 2016. As narrativas (relatos orais), colhidas durante a pesquisa, constituíram na principal fonte da pesquisa do trabalho, para isso foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, técnica muito importante nas pesquisas sociais, pois, "além de captar melhor o que os pesquisados sabem e pensam, permitem também, ao pesquisador, observar a postura corporal, a tonalidade da voz, os silêncios etc." (MARSIGLIA, 2009, p. 392).

Sobre as entrevistas e a chegada ao assentamento Marrecas é importante salientar, como mencionado no início desta introdução, que o referido assentamento era conhecido há 10 anos. Entretanto, como não havia mais contato com os assentados, procurou-se retoma-los

[17] O Dossiê foi construído pelo Departamento dos Trabalhadores Rurais ligado a CUT e a FETAG, com o apoio da CPT e do CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural), finalizado em 1998. O Dossiê trata dos problemas no campo piauiense, discutindo, principalmente as questões ligadas a seca e a concentração de terras durante a década de 1980 e início de 1990.

a partir de outro pesquisador (Marcos Fernandes Lima[18]) que também pesquisa o assentamento.

A primeira visita para realização da pesquisa, aconteceu em novembro de 2016, nesta visita foi acompanhada por Marcos Fernandes, que ao chegar ao assentamento apresentou a Madalena, principal liderança da juventude dentro da Marrecas. Por se tratar de uma visita exploratória, neste primeiro momento, optou-se por não se fazerem entrevistas, apenas foi apresentado em que consistia a pesquisa e qual o objetivo da mesma. É importante ressaltar que Madalena se mostrou muito solícita e interessada em contribuir, contando que algumas lideranças do movimento tem interesse em construir um memorial sobre o assentamento, e que este trabalho seria mais uma peça nesse processo.

Ainda nessa primeira visita, tivemos a oportunidade de conhecer outras lideranças do assentamento, Madalena, sempre muito disponível, apresentou os principais locais da Marrecas. Além disso, as conversas com Madalena, nesta primeira visita, possibilitaram observar o quão importante foi a ocupação da Marrecas em 1989, para o fortalecimento do MST e da luta pela terra no Piauí.

Posteriormente, em janeiro de 2017, foi feito um novo contato com Madalena a fim de saber o melhor período para voltar a Marrecas, ela conversou com alguns militantes que a mesma sabia que eram jovens na época da ocupação e que estavam na linha de frente do processo e marcou o retorno para fevereiro. Assim, em fevereiro de 2017 foram realizadas entrevistas com dois assentados: Inácio e Arlindo, e, a partir das informações fornecidas por eles, foi possível identificar os nomes de outros assentados que eram jovens e participaram como lideranças do processo de construção do MST e da Marrecas no final da década de 1980.

Após essas duas visitas ainda foram realizadas outras duas, totalizando quatro visitas ao assentamento, que duraram entre três e cinco dias. Os períodos escolhidos para as visitas foram decididos a partir da disponibilidade dos entrevistados, essa disponibilidade era informada por Madalena. É importante salientar que durante os dias em que foram realizadas as entrevistas, optou-se por se permanecer no assentamento, hospedado nas casas dos próprios assentados e partilhando de suas vivências.

Sobre as entrevistas, foram realizadas em locais escolhidos pelos próprios entrevistados e sem a presença de terceiros, todos preferiram ser entrevistados em suas casas,

[18] Marcos Fernandes Lima é mestre em história pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, sua pesquisa discute sobre a importância da família na construção do assentamento Marrecas, além disso, foi professor do assentamento Marrecas pelo PRONERA.

com exceção de Anísia que optou por ser entrevistada na biblioteca da escola do assentamento. Para melhor organização da entrevista foi feito um roteiro que se encontra em apêndice ao trabalho, o roteiro não era fechado e algumas perguntas surgiam de acordo com o desenvolvimento da entrevista.

Ainda sobre as visitas ressalta-se que não houve qualquer interferência das lideranças do assentamento, na condução da pesquisa. Um dos problemas encontrados foi não ter sido possível entrevistar todas as jovens lideranças que participaram do processo de ocupação e do acampamento, pois algumas dessas pessoas não se encontram mais no assentamento. Outra dificuldade foi a distância[19] e tempo para realização da pesquisa de campo, uma vez que não houve liberação do trabalho[20] para realização da pesquisa. Todavia, mesmo com essas dificuldades acredita-se que o trabalho de campo foi realizado com êxito, e a pesquisa construída de forma independente.

Ainda sobre as entrevistas é importante salientar que foram realizadas ao todo 07 entrevistas. A escolha dos entrevistados se baseou em um critério objetivo, foram ouvidos os assentados que no ano da ocupação (1989) eram jovens lideranças do Movimento e integravam a comissão organizadora do processo de ocupação, e como mencionado anteriormente, as demais lideranças não foram entrevistadas devido o fato de não estarem mais no assentamento, ou porque foram para outros Estados ou porque saíram do MST, o que tornou inviável a realização das entrevistas com os mesmos.

Todos os entrevistados autorizaram a utilização de seus nomes e outras características que estão apresentadas adiante. Para melhor apresentar as informações sobre os entrevistados foi construído um quadro descritivo contemplando algumas informações sobre os entrevistados da pesquisa:

[19] Como mencionado anteriormente a cidade de São João do Piauí localiza-se a aproximadamente 500 km da cidade onde resido, além disso, da cidade de São João do Piauí para o assentamento é de piçarra o que dificulta o acesso.

[20] Como o mestrado trata-se de MINTER, oferecido pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB ao Instituto Federal do Maranhão – IFMA, não houve afastamento para realização da pesquisa, apenas para realização das disciplinas e para escrita final da dissertação. Por isso, algumas vezes foi muito difícil realizar a pesquisa de campo (entrevistas com os assentados da Marrecas), por conta da burocracia para me ausentar do trabalho.

Nome	Sexo	Idade na época da ocupação	Idade atual	Cidade de Origem	Ocupação
Anísia	Feminino	27	55	Simões[21]	Professora
José Ivan	Masculino	28	56	Simões	Agricultor
Inácio	Masculino	25	53	Curral Novo do Piauí[22]	Agente portaria da escola
Mª de Jesus	Feminino	23	51	Curral Novo do Piauí	Agricultora
Arcanja	Feminino	28	56	Simões	Professora
Benezete	Masculino	22	50	Padre Marcos[23]	Professor
Arlindo	Masculino	19	48	Pio IX[24]	Agricultor/Dirigente do assentamento

Fonte: Entrevistas realizadas pelo pesquisador em 2017.

Como se pode observar no quadro acima, no ano de ocupação da Marrecas em 1989, os entrevistados tinham entre 19 e 28 anos de idade. Contudo, esse recorte de faixa etária não deve ser tomado como o único elemento que define o que é ou não juventude, pois segundo os autores e as discussões realizadas a seguir, observa-se que a juventude é diversa e não pode ser definida exclusivamente pela idade. Logo, realizou-se as entrevistas com aquelas pessoas que os próprios assentados consideravam que eram jovens lideranças época da ocupação.

Deste modo, a categoria juventude foi abordada a partir das experiências dos jovens que vivenciaram, de forma concreta, os processos de socialização referentes a esse período da vida (WEISHEIMER, 2013). Posto que, de acordo com Abramo (2005) também é necessário que a juventude não seja analisada de forma isolada e homogênea, mas sim, por meio de suas relações construídas a partir de suas múltiplas singularidades.

> Tentar uma aproximação cientifico-analítica ao mundo da juventude exige, nesta ordem de ideias, um radical ascetismo de vigilância epistemológica que nos obriga a partir do pressuposto metodológico de que, em certo sentido, juventude não é, com efeito, socialmente homogênea. Na verdade, a juventude aparece *socialmente dividida* em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das perspectivas e aspirações (PAIS, 1990, p. 149).

[21] Cidade localizada na região sudeste do Estado do Piauí, faz divisa com Pernambuco, com população de aproximadamente 14 mil habitantes. Ver IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>.
[22] Cidade localizada na região sudeste do Estado do Piauí, com aproximadamente 5 mil habitantes, tendo mais de 85% da receita do município vindo de fora da mesma. Ver IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>.
[23] Cidade localizada na região sudeste do Estado do Piauí, com população de aproximadamente 7 mil habitantes, sendo a cidade brasileira com a menor taxa de moralidade infantil. Ver IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>.
[24] Cidade localizada na região sudeste do Estado do Piauí, com aproximadamente 20 mil habitantes, tendo uma destacada produção de caju e mármore. Ver IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>.

A Juventude na perspectiva de autores como Pais (1990), Weisheimer (2013) e Abramo (2005), é entendida em sua pluralidade, nesse sentido, rejeita-se as visões estreitas que tentam impor à discussão sociológica da juventude padrões e características universalizantes. Desta forma, esses autores consideram que o mais apropriado nos debates sobre juventude seria o entendimento sobre a existência de juventudes, uma vez que, essa categoria se reconfigura de acordo com as análises de classe, etnia, gênero, orientação sexual, religião, entre outros aspectos, que constroem as mais diferentes identidades das juventudes:

> Diante da complexidade do fenômeno social e da diversidade como esta se manifesta, salientamos a necessidade de definirmos com precisão de qual juventude estamos falando. Para isso, propomos que se recorra aos processos de socialização como critério objetivo capaz de permitir a caraterização das diferentes juventudes (WEISHEIMER, 2013, p. 28).

Dialogando com o autor acima, e observando que não existe uma única juventude, mas sim juventudes, e que as mesmas se diferenciam em vários aspectos como apontado a pouco, é possível delimitar a abordagem desta pesquisa a um seguimento mais especifico dentro do leque que faz parte dessa categoria de juventudes. Logo, dentre as muitas juventudes, elencou-se a seguimento juventude camponesa como sendo central neste trabalho. Entretanto, esses jovens do campo trazem consigo experiências singulares que possibilitam o entendimento de que também são elas multifacetadas.

Outro ponto interessante, para pensar a juventude camponesa, seria observar que o campo no Brasil se constitui em um cenário bastante diverso e multifacetado. Pode-se identificar que existem regiões com alto grau de modernização, onde predomina o agronegócio, e regiões que não apresentam quase nenhum desenvolvimento produtivo, como é o caso de parte do semiárido do Nordeste do país (CARNEIRO, 2007). Essa múltipla realidade constrói indivíduos, relações sociais, econômicas, políticas e culturais diversas.

É fundamental entender que além dos demarcadores colocados acima, existem diferenças geradas pela localização e socialização dos mesmos, ou seja, um jovem do "interior/povoado" é diferente de um jovem "assentado – MST". Comenta ZORZI (2013) que "as diferenças nas localizações geográficas e nos processos de socialização contribuem, também para construção de sujeitos diferentes. Logo, ao entrar em contato com as suas realidades, deve-se considerar esses aspectos". (ZORZI, 2013, p. 155)

Seguindo o raciocínio de Zorzi (2013), o campo nos apresenta uma gama de sujeitos marcados pelos seus processos de sociabilidade. Nesse sentido, entre esses diversos sujeitos, elegeu-se a categoria camponês. Primeiro optou-se por trabalhar com esta categoria porque o

próprio MST se reivindica um movimento camponês, como aponta Stedile (1999, p. 31), "Acho que o MST nasceu como um movimento camponês, de agricultores acostumados com o trabalho familiar e que resolveram lutar pela terra".

Acredita-se que o debate sobre o ser camponês vai além da relação de produção. O camponês carrega em si todo um conjunto de valores e cultura voltada para o campo. De acordo com Marques (2008), mesmo com o avanço da modernização do campo, e a possível transformação dos mesmos em "operários" do campo, ainda existem grupos que permanecem em processo de resistência, como exemplo o próprio MST:

> Em primeiro lugar, o campesinato, mesmo tendo perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Pode-se identificar, portanto, em diversos países, na atualidade, setores mais ou menos expressivos, que funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa, tanto em sua forma de produzir, quanto em sua vida social (WANDERLEY, 1996, p. 06).

Deste modo, o camponês permanece vivo, ao mesmo tempo, em que procura manter o seu estilo de vida e costumes, e ao longo deste processo o MST cumpre um papel importante, pois atua no sentido de possibilitar a permanência desses sujeitos no campo. Outro ponto importante é que pela complexidade dessa categoria este trabalho considera a ideia de que os camponeses são aqueles que trabalham no campo, e principalmente, a partir das relações familiares, entretanto, por um recorte de classe, excluiu-se os grandes e médios proprietários de terras, que formam o latifúndio.

No Brasil, a formação do campesinato teve suas particularidades pela forma como se construiu a indústria agrícola no país, entretanto, o pouco espaço oferecido ao campesinato na sociedade colonial não significa sua inexistência, mas sim que sua construção histórica no Brasil foi marcada "pela luta para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade" (WANDERLEY, 1996, p. 08). Deste modo, historicamente, o campo brasileiro se construiu como um espaço de conflitos, a estrutura fundiária fortemente marcada pela concentração de terra, pode ser considerada como um dos elementos centrais da questão agrária no Brasil e que vem se aprofundando a partir do surgimento do agronegócio (FERNANDES, 2000).

Na compreensão da questão agrária atual é necessário refletir sobre as transformações ocorridas no campo a partir da década de 1960, durante esse período o campo começa a passar por um processo de modernização que resultou na expulsão de camponeses de suas terras. A

Revolução Verde[25], como ficou conhecida, aprofundou os problemas da questão agrária no país, provocando aumento da luta pela terra e tornando a necessidade de uma reforma fundiária cada dia mais evidente. Diante desse cenário o MST vai se formando em conjunto com outros movimentos no próprio processo de luta pela democratização do campo.

Assim tem-se que a formação do MST, em âmbito nacional, resultou da articulação de lutas concretas pelo acesso à terra, empreendidas a partir do final da década de 1970, especialmente, na região Centro-Sul do país (FERNANDES, 2000). O Movimento, desde sua gênese, teve na ocupação do latifúndio sua principal ação para realização da reforma agrária no país. Mais do que isso, o MST, à medida que foi crescendo, passou a construir uma nova concepção de sociedade alicerçada em um projeto popular e coletivo:

> Quando dizemos que o *nosso projeto é* ***popular,*** queremos dizer que ele pretende organizar a sociedade em torno dos interesses, do potencial humano e dos valores dos grupos sociais que vivem do trabalho e da cultura, que, como vimos, são a imensa maioria. Só assim a solidariedade, em vez do egoísmo, pode passar a ser o princípio organizador da nossa vida em comum (BENJAMIN, 2000, p.20).

Para uma melhor análise do Movimento é necessário olhar para o momento histórico em que ele surgiu. Destarte, a construção do MST se insere num contexto de efervescência política marcado pela crise do regime militar (1964-1985), anos da história do Brasil caracterizados pela repressão do governo militar, contra segmentos sociais que se manifestavam a favor da democracia (FERNANDES, 2000). Outra característica deste período foi o crescimento dos movimentos sociais em todo país, resultando no processo de abertura política que culminaria com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, para a presidência e vice-presidência, respectivamente.

Além do contexto político e econômico, é importante pensar sobre o papel da CPT como organização ativa no combate ao latifúndio e à concentração de terras no Brasil, e como agente essencial na formação do MST. Dentre os vários Movimentos Sociais criados pela Igreja Católica no país, foi talvez a CPT, o qual tem como alicerce teórico e religioso a

[25] A Revolução Verde é o nome dado ao processo de modernização mundial da produção agrícola iniciado pós-segunda guerra mundial. O objetivo era criar tecnologias e insumos que possibilitassem aumentar a produção de alimento no mundo, isso passou a ser possível com a mecanização e intensificação da produção agrícola. Os resultados, entretanto, têm se mostrado maléficos ao meio ambiente, mas não só, esse processo tem gerado a expulsão de camponeses do campo e, no caso brasileiro, aumentado a concentração de terras nas mãos de grandes grupos do agronegócio, além de ter provocado o acirramento das disputas de terras entre esses grupos e os movimentos sociais rurais e indígenas. Ver NUNES, 2007. Artigo "O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de desenvolvimento rural".

Teologia da Libertação[26], quem mais esteve ligada ao campesinato e à luta pela reforma agrária (LIMA, 2017).

Desta forma, o Movimento Sem Terra fez parte, juntamente com outros movimentos (metalúrgicos, sem-teto, entre outros), de um grande processo de reorganização e/ou do surgimento de vários Movimentos Sociais[27] no país (que passam a se organizar e serem entendidos de forma diferente). Nesse sentido, Sader (1988), consegue em seu livro, *Quando novos personagens entram em cena*, captar vários elementos dos movimentos surgidos nesse período:

> Ao observarmos as práticas desses movimentos, nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e moradia, eles "inventaram" novas formas de política. Mas a história dos movimentos sociais não é apenas a sua história interna. Os trabalhadores são resultado não somente de suas próprias ações, mas também da sua interação com outros agentes (SADER, 1988, p. 20).

Pode-se dizer então, em consonância com a citação acima, que o MST é produto desses "novos personagens" que passam a se formar na luta direta contra a realidade política-econômica-social excludente que se formou no país. É nesse contexto de transformações políticas e sociais, resultado dos últimos anos de ditadura militar, (1975-1985, reabertura política), que os Sem Terra, como passam a ser conhecidos os militantes do Movimento, desenvolvem suas formas de organização e estratégias de acesso à terra e tornam-se um dos maiores movimentos sociais do Brasil nas décadas de 1990 e 2000:

> A primeira foi a de ser um movimento popular, em que todo mundo pode entrar. Nesse caráter popular, teríamos ainda uma subdivisão. De um lado, popular no sentido de que dentro da família camponesa vai todo mundo. Participam o idoso, a mulher e as crianças. [...] O movimento na medida em que inclui todos os membros da família, adquire uma potencialidade incrível. O adolescente, por exemplo, que antes era oprimido pelo pai, percebe que numa assembleia de sem terra ele vota igual ao pai. Ele decide igual, tem o

[26] Segundo Mitidiero Junior (2008) é difícil precisar quando e onde teve inicio a Teologia da Libertação, contudo, existem alguns eventos que podem ser considerados importantes no processo de construção do movimento. O Concilio do Vaticano (1962-1965), e os encontros episcopais de Medelín (1968) na Colômbia e Puebla (1979) no México. Foi nesse período que a Igreja Católica se abriu às interpretações da realidade social da população pobre.

[27] Trabalharemos com o conceito de Movimentos Sociais segundo Ammann (1997), onde o caráter de contestação é colocado como o elemento principal dos movimentos sociais urbanos ou não, para a autora se trata de "uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou preservação da ordem estabelecida na sociedade" (AMMANN, 1997, p.19).

> mesmo poder, tem vez e voz e se sente valorizado (STEDILE; FERNANDES, 1999, p.32).

O MST, então, passa a construir um movimento de massas que rapidamente chega a vários Estados do Brasil, e ao chegar ao Piauí em 1985, o Movimento Sem Terra se defronta com uma estrutura fundiária que não fugia à regra apresentada no restante do país. É a partir das memórias narradas pelos assentados que conheceremos o processo da primeira ocupação do MST no Piauí. Segundo os relatos, o assentamento Marrecas, localizado no sudeste piauiense, foi formado por camponeses sem-terra que viviam na região da cidade de Picos[28]-PI, tornando-se um símbolo da luta pela terra no Piauí.

Foi durante as entrevistas com aqueles que participaram da ocupação que acessou-se uma memória coletiva construída e preservada sobre lutas, desejos e expectativas do grupo. É interessante pensar que as memórias (daqueles que eram jovens durante o processo de formação da Marrecas) construídas dentro do MST, no processo de construção do *fazer-se* camponês, estão calcadas na coletividade (CALDART, 2000). Esta ideia por sua vez, aproxima-se da teoria de Halbwachs:

> Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levaremos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se [confundem]. [...] Mas do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuou a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em mim muitas das ideias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com elas (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Destarte, as memórias são construídas coletivamente como descrevem acima Halbwachs (2003) e Caldart (2000), e mesmo o ato de lembrar sendo individual as lembranças estariam inseridas em quadros de referências que se constroem nos grupos. As memórias dos indivíduos se ancoram na coletividade, nas lembranças dos outros, ou seja, as lembranças se fortalecem quando se está dentro do grupo. Nessa perspectiva o MST vem se constituindo

[28] Picos é a terceira maior cidade do Piauí, com aproximadamente 80 mil habitantes, também conhecida como a "capital do sul piauiense", constituindo um importante polo comercial do Estado e a mais importante cidade do centro-sul do Piauí. Na segunda metade da década de 1980 a cidade se destacou pela efervescência dos movimentos sociais, com fundação da CUT regional, do MST, e com a forte atuação da Igreja Católica na figura de Dom Augusto, que era também líder da CPT no Estado. Ver IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=220800>.

num Movimento (grupo) que se faz e se constrói na luta pela terra, erguendo consigo uma memória própria, compartilhada pelos próprios membros.

Entretanto, é importante salientar que embora o MST seja um movimento nacional, a maior parte das memórias é edificada nas experiências de cada indivíduo que participa coletivamente da luta pela terra nas diferentes regiões do país, que por sua vez, se apresentam em tempos distintos e nas mais diferentes realidades e contextos sociais e políticos. E foi a partir de uma experiência específica de luta pela pose da terra, no interior do sertão piauiense, que surgiu o assentamento Marrecas – MST, compondo um espaço de formação do camponês que luta pela terra e torna-se sujeito de sua própria história.

Neste sentido, infere-se que a juventude que participou do processo de formação do assentamento Marrecas do MST no Piauí é recortada por experiências que atuam na construção de uma memória do grupo. Esses jovens passam, em conjunto com os demais militantes, a construírem o que Caldart (2012) chama de "Pedagogia do Movimento"[29], que, segundo a autora, se forma a partir da luta pela terra, da forma de viver e se organizar dos militantes, assim como, da própria história e memórias do Movimento. Nesse sentido essa pedagogia:

> brota do cultivo da memória e da compreensão do sentido da história e da percepção de ser parte dela, não apenas como resgate de significados, mas como algo a ser cultivado e produzido. A memória coletiva é fundamental para construção de uma identidade (CALDART, 2000, p. 58).

Nessa perspectiva, a memória se apresenta tanto para o Movimento, quanto para esta pesquisa, como sendo um meio para reconstrução da história e para compreensão de uma realidade passada. No caso da pesquisa aqui apresentada, a memória dos assentados da Marrecas auxilia na compreensão do processo de construção do *fazer-se* jovem Sem Terra, assim como, do próprio MST no Piauí. Deste modo, as memórias destes sujeitos mostram como as suas ações e experiências vivenciadas constroem uma consciência e identidade de ser homem, mulher e/ou jovem camponês do MST.

Portanto, a categoria experiência, de E. P. Thompson apresenta-se como essencial na construção desse trabalho, constituindo parte integrante da análise para compreender o Movimento Sem Terra e a luta pela terra no Brasil. A experiência, na perspectiva thompsiana, possibilita a mediação entre a ação concreta e a consciência, possibilitando a transformação

[29] Termo utilizado por Caldart para dar nome ao seu livro, e ainda sendo utilizado pela mesma, para designar a forma de conduzir e orientar os indivíduos, mas que nesse caso quer dizer que é um jeito próprio, pertencente ao MST, a partir de uma forma de ver o a sociedade e o campo (CALDART, 1999).

de homens e mulheres em sujeitos da história. Thompson (2008) demonstra em seu livro, *A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII*, como as experiências vividas por homens e mulheres na transformação de valores e tradições ligadas à alimentação, naquela época, possibilitou a organização dos grupos menos abastados para lutar por seus direitos:

> É por certo verdade que os motins eram provocados por grandes aumentos de preços, por práticas abusivas da parte de comerciantes ou pela fome. Mas opróbrios como estes ocorriam no quadro de um consenso popular acerca do que eram as práticas legítimas e as práticas ilegítimas do mercado, da moagem da produção de pão, etc. Esse quadro, por seu turno, assentava num sólido e tradicional entendimento acerca das normas e obrigações sociais, e das funções econômicas inerentes aos diversos sectores da comunidade, que, no seu conjunto, podem ser descritos como economia moral dos pobres. Afrontar semelhantes preceitos morais constituía habitualmente um motivo para acção directa – tanto quanto a efectiva privação (THOMPSON, 2008, p. 23).

Thompson demonstra como os motins que perturbaram a ordem na Inglaterra do século XVIII, embora relacionados com aspectos diretamente econômicos, poderiam ser melhores explicados pelos aspectos culturais ligados aos valores morais da alimentação dos pobres. Nesse sentido, o autor apresenta outros aspectos que não só o econômico como facilitadores da construção da consciência de classe ou de um grupo.

E desse modo, pode-se notar que o autor evidencia em seu texto a organização do povo pobre, que resultou na proliferação de motins, como decorrente das experiências de homens e mulheres pobres que tiveram seu direito moral, de uma alimentação ao preço justo, usurpado por produtores e mercadores capitalistas que romperam com uma forma de economia culturalmente instituída até então.

Thompson afirma, em seus escritos sobre *A formação da classe operaria inglesa*, que para se entender uma classe tem-se que analisá-la a partir de suas experiências, em seus aspectos econômicos, mas não só, deve-se ampliar o olhar para as questões culturais, que também são responsáveis para identificação do grupo enquanto classe. Essa teoria permite pensar acerca do *fazer-se* camponês Sem Terra, não como algo pronto e acabado, mas como sujeitos socioculturais em formação a partir de suas próprias experiências.

Sendo assim, este trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro capítulo encontra-se dividido em dois momentos, inicialmente tratando o processo de formação do latifúndio e as lutas pela terra no Brasil e no Piauí. No segundo momento, refletindo sobre o processo de formação do MST no Brasil e sua chegada ao Nordeste, analisando o contexto econômico, político e social vivenciado no Brasil da década de 1980.

No segundo capítulo, inicialmente apresenta-se o debate sobre a construção e desenvolvimento da categoria Juventude e as singularidades da juventude camponesa. Em seguida discute-se o conceito de memória coletiva e como a mesma se constitui como fio condutor das narrativas, que dão base para entender o processo de ocupação e construção do assentamento Marrecas em São João do Piauí – PI. E por fim, a partir das entrevistas, se apresenta a juventude camponesa piauiense antes de fazerem-se Sem Terra.

Já o terceiro capítulo, a partir dos relatos das jovens lideranças do MST que participaram da ocupação da Marrecas em 1989, busca analisar como se deu e qual o papel da juventude nesse processo. Além disso, ao longo do capítulo, debate-se como se constrói o Sem Terra, com base nas experiências e consciência construída a partir de elementos como a mística e a educação.

Nas considerações finais apresenta-se a síntese dos principais pontos abordados ao longo do trabalho, como a importância das categorias experiência e memória coletiva para o desenvolvimento do mesmo, assim como confirmou-se a importância da juventude dentro do processo de construção do MST e do assentamento Marrecas no Piauí.

2. A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E SUAS SINGULARIDADES NO PIAUÍ A PARTIR DA FORMAÇÃO DO MST

Ao falar da estrutura agrária do Brasil, atualmente, depara-se com um campo marcado por conflitos entre os mais variados grupos sociais que reivindicam a terra como parte necessária para sua sobrevivência, de um lado estão os camponeses, indígenas, quilombolas, entre outros grupos, que historicamente foram privados do acesso à terra; e do lado oposto encontramos o grande latifundiário. Esses conflitos são resultados de uma composição fundiária extremamente desigual, onde salta aos olhos a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas e grupos econômicos. Quando historiciza-se a questão agrária no país observa-se que o campo brasileiro não é o simples resultado de arranjos da economia capitalista atual, mas responde a um processo histórico marcado pela apropriação desigual da terra.

2.1. A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A historiografia brasileira mostra que os conflitos pela posse da terra acontecem desde a "invasão"[30] dos europeus às terras que hoje constituem o Brasil, no inicio do século XVI (MOURA, 2000). Assim, a questão agrária no Brasil é histórica, processual e duradoura, visto que permanece presente, mesmo que de forma diferente, no cotidiano do campo brasileiro ao longo de mais de cinco séculos. Pode-se dizer ainda, que a mesma está intrinsicamente ligada ao processo e modelo de colonização imposto ao Brasil pelos europeus. Nesse sentido, entende-se as lutas dos povos indígenas do Brasil, contra os invasores europeus, como a primeira forma de luta pela terra no Brasil, essa resistência à expulsão resultou em um verdadeiro massacre dos povos nativos que aqui viviam a centenas de anos:

> O massacre, o genocídio de milhões de milhões de índios virá responder e satisfazer a essa necessidade do conquistador. Mas, o índio reagiu bravamente à expulsão das suas terras. Lutou desde o primeiro instante em que as caravelas lusas aqui aportaram com cruzes e arcabuzes para escravizá-lo. Essa tragédia, pouco contada pela produção universitária ainda

[30] Ver vídeos da Série **Índios no Brasil** parte 2, <https://vimeo.com›Vídeo nas Aldeias› Vídeos>. Os mesmos foram feitos por grupos indígenas brasileiros, onde relatam várias questões sobre o genocídio que seus povos sofreram desde a chegada do homem branco em suas terras. Assim como eles, acreditamos que a chegada dos portugueses a essas terras foi o que Morissawa (2001) chama de **verdadeira invasão,** por se tratar da usurpação, de uma terra já ocupada há milhares de anos, de forma extremamente violenta, gerando o extermínio da maior parte dos povos que estavam estabelecidos nessas terras além do oceano atlântico.

> não terminou. É um dos muitos problemas inconclusos da nação brasileira (MOURA, 2000, p. 80-81).

Dessa forma, nota-se que a história do Brasil apresenta em seu cerne a luta pela terra como elemento fundamental, e que permeia nossa sociedade até os dias atuais. Moura (2000) apresenta o problema da expulsão e genocídio dos indígenas como um problema do ontem, mas que permanece como "ferida aberta" até os dias atuais, pois mesmo depois de 500 anos os povos indígenas continuam tendo suas terras invadidas e usurpadas por fazendeiros, mineradoras, madeireiras, entre outros grupos, responsáveis pelo aprofundamento da questão agrária no país[31].

Destarte, encontraremos também desde os primeiros anos do processo de colonização da América portuguesa, uma estrutura agrária baseada na grande propriedade (sesmarias[32]), que serviu como alicerce do sistema econômico conhecido como plantation[33]. No aspecto político, a opção da coroa portuguesa foi dividir o território em imensas faixas de terras que funcionariam como unidades politico-administrativas, chamados de Capitanias Hereditárias[34] (GERMANI, 2006). Essa estrutura político-econômica pensada para as novas terras portuguesas demonstraram interesse dos "invasores" em implantar em seu novo território um sistema de colonização voltado, quase que exclusivamente, para exploração:

> É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros

[31] A série **Índios no Brasil** parte 7, <https://vimeo.com › Vídeo nas Aldeias› Vídeos>. Mostra os principais problemas vivenciados pelos povos indígenas do Brasil no que diz respeito à demarcação e invasão de suas terras. Apresenta também a fala desses grupos relatando as mortes de indígenas que resistem a essa usurpação de suas terras pelos grandes latifundiários, colonos, e outros segmentos que invadem suas terras.

[32] As sesmarias eram as grandes propriedades cedidas pelas autoridades da colônia do Brasil a pessoas que tinham interesse de cultivar a terra, responsável pela formação de grandes latifúndios no Brasil. Ver o artigo "**Sesmarias e posse de terras**: politica fundiária para assegurar a colonização brasileira" de Mônica Diniz, no site: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/>.

[33] O Sistema de Plantation existe desde a antiguidade, mas foi mais difundido a partir da colonização do continente americano pelos europeus durante os séculos XV e XVI, naquela época ele consistia, essencialmente, na produção de uma **monocultura**, produzida em extensas propriedades de terras (**latifúndio**), com utilização da **mão-de-obra escrava**, negra ou nativa, e voltada para a **exportação**. No caso da América Portuguesa os produtos que impulsionavam esse sistema foram, principalmente, o açúcar e o café, respectivamente (FURTADO, 2005). Podemos dizer que o sistema continua presente no campo brasileiro nos dias atuais, das quatro características apresentadas acima, apenas à escravidão sofreu alteração, uma vez que essa foi abolida em território brasileiro desde 1888, embora ainda se tenha registro de trabalho escravo em algumas regiões do país.

[34] As Capitanias Hereditárias consistiam em 14 faixas de terras, resultantes da divisão do território pertencente a Portugal no continente americano, essas faixas de terras foram cedidas pelo rei de Portugal a membros da nobreza para que esses a colonizassem em nome da coroa portuguesa. A esses nobres era dado o nome de capitão donatário, e seus deveres e direitos, quanto à administração de seus territórios, estavam contidos em um documento chamado de Foral (DINIZ, 2005).

> gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira (PRADO JR, 2004, p. 23).

Os elementos apresentados por Caio Pardo Jr, mostram como o processo de colonização, responsável pela construção da sociedade brasileira, desde os primeiros anos do domínio português, tinha um caráter claro de exploração das riquezas naturais da região, sem a preocupação com o desenvolvimento socioeconômico do território brasileiro. O sistema agroexportador preocupado quase que, exclusivamente, com a produção de gêneros tropicais voltados para o mercado europeu apontavam para o descaso da metrópole com relação à construção de uma sociedade autônoma:

> Aos portugueses e, em menor grau, aos castelhanos, coube, sem dúvida, a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultura adotada depois por outros povos. [...]. A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção (HOLANDA, 1995, p. 48).

Essas grandes propriedades (sesmarias) foram estruturadas com o objetivo de produzir a monocultura do açúcar, produto valioso na Europa e que gerou altos lucros a metrópole portuguesa naquela época, a adaptação da lavoura açucareira ao solo e clima da colônia foi outro elemento importante nesse processo de construção da indústria agrícola na América portuguesa (FURTADO, 2005). A construção dos grandes engenhos de açúcar em território brasileiro obedecia à lógica do capitalismo comercial, que vinha se consolidando como sistema hegemônico na Europa, após a crise do sistema feudal.

Observando a historiografia, nota-se que o vasto território, e o pequeno contingente populacional da metrópole, naquele período, também podem ter favorecido a formação do grande latifúndio nas terras da nova colônia de Portugal. Além disso, a falta de recursos por parte da coroa portuguesa, e o pouco interesse da alta nobreza em vir colonizar as novas terras, dificultava a organização territorial da colônia (FURTADO, 2005). Nesse contexto, a divisão das terras em capitanias hereditárias apresentou-se como a maneira mais eficaz de organização administrativa, os capitães donatários, como eram chamados aqueles que recebiam as capitanias, tinham entre seus direitos a cessão de sesmarias, que consistia em grandes propriedades de terras para todos aqueles ligados à nobreza portuguesa que tivessem interesse de explorar as terras brasileiras:

> O regime de posse da terra foi o da propriedade alodial e plena. Entre os poderes dos donatários das capitanias estava, como vimos, o de disporem das terras, que se distribuíram entre os colonos. As doações foram em regra muito grandes, medindo-se os lotes por muitas léguas. O que é compreensível: sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários (PRADO JR, 2004, p. 33).

Dessa forma construía-se o processo de concentração de terras no Brasil, e com ele o acirramento da luta pela terra entre aqueles que receberam o direito real para explora-las, e aqueles que vão se constituir à margem desse processo, mas que, por sua vez, precisavam da terra para prover sua própria sobrevivência. Nas palavras de Prado Jr (2004) a grande propriedade se tornará a grande marca do campo brasileiro, e permanece quase que inalterada nos dias atuais.

No Piauí, embora o processo de concentração de terras tenha suas particularidades, não difere da linha geral apresentada em todo país, pois, segundo a historiografia piauiense, a concentração fundiária no estado é resultado da ocupação das terras pela pecuária (ARAÚJO; NUNES, 2016). É a criação de gado de forma extensiva e a grande quantidade de terras, até então não ocupada pelos europeus que possibilitou a formação das grandes fazendas de gado na região e, "consequentemente", a concentração de terras nas mãos de poucas famílias (ARAÚJO; NUNES, 2016).

Desse modo, desde a tardia chegada dos europeus às terras piauienses tiveram início os conflitos pelo território que era habitado por povos indígenas (FRANÇA, 2013). Estes conflitos resultaram na expulsão e morte de um grande número de indígenas, este fato pode ser observado a partir do Censo do IBGE 2010, no qual os Estados do Piauí e Rio Grande do Norte apresentam os menores números de pessoas que se autodeclaram indígenas. Durante esse período a forma de aquisição desses grandes lotes de terras acontecia a partir da cessão de sesmarias, como visto anteriormente, e estes sesmeiros (fazendeiros) tinham quase poder absoluto nessas terras, agindo quase que a revelia da coroa:

> Diante dessa realidade, os trabalhadores que se apossavam de um pedaço de terra para cultivar (denominados como posseiros) não encontravam apoio junto aos sesmeiros, que detinham o controle da posse das terras. [...]. No decorrer do século XVIII os sesmeiros continuaram prestigiados pelo poder colonial, garantindo, assim, o controle do poder local. Esse poder era assegurado pelas milícias particulares formadas por agregados, escravos, indígenas e mamelucos. Assim os embates entre latifundiários (sesmeiros) e

> sem-terra (posseiros) geraram um conflito que durou quase 100 anos, [...] (ARAÚJO; NUNES, 2016, p. 34-35).

Nota-se que os séculos XVIII e XIX, no Piauí, constituíram um período de intensos conflitos de terras entre sesmeiros e posseiros[35], e quase sempre terminavam com a expulsão dos posseiros que já viviam nessas áreas há muitos anos, mas como não tinham os documentos de aquisição, os mesmos eram expulsos sem nenhuma indenização pelas benfeitorias realizadas nas terras em que habitavam (FRANÇA, 2013).

De acordo com a legislação colonial, as terras continuaram sendo cedidas até, praticamente, ocuparem quase todo o território brasileiro, logo, essa questão só passaria a ser regulamentada no período do Brasil Império (MORISSAWA, 2001). É importante salientar que essas grandes propriedades de terras, em teoria continuariam pertencendo à coroa portuguesa. Entretanto, na prática não era assim que acontecia, pois, com o passar do tempo, os sesmeiros tornavam-se os verdadeiros donos desses vastos territórios:

> No final do século XVIII, graças à liberdade com que as sesmarias eram concedidas, os latifundiários ocupavam todas as regiões economicamente importantes, geralmente as mais próximas às cidades e aos portos. Já em 1822, as terras estavam quase todas repartidas, a não ser aquelas habitadas pelos índios. Havia latifúndios com 132 km de extensão! Os donos não permitiam o estabelecimento de lavradores nas suas terras, a não ser como dependentes. Isso fez com que muitos se tornassem posseiros de pequenas porções existentes entre uma propriedade e outras, e os mais arrojados fossem para locais muito distantes, que não interessavam aos fazendeiros (MORISSAWA, 2001, p. 70).

O sistema de distribuição de sesmarias possibilitou a concentração de terras no território brasileiro e, consequentemente, uma formação fundiária desigual do campo no país. À medida que a população foi aumentando no Brasil Colônia e, posteriormente, no Brasil Império, as terras férteis e mais bem localizadas passaram a ser objeto de disputa entre sesmeiros (tinham os títulos de doação das terras em seu nome, mas que em muitos casos não produziam nelas) e os posseiros (aqueles que, na maioria das vezes, ocupavam as terras para retirar sua subsistência).

Diante dos conflitos pela posse da terra e, principalmente, pela possibilidade cada vez mais próxima do fim da escravidão no país, o imperador D. Pedro II sanciona, em 18 de

[35] Agricultores que ocupam, geralmente, pequenas propriedades de terras, que muitas vezes, não estão sendo utilizadas, mas que não têm os documentos oficiais das mesmas, na maioria das vezes, praticam a agricultura de subsistência (DINIZ, 2005).

setembro de 1850 a Lei n° 601, conhecida como "Lei de Terras", que versa sobre a regulamentação das terras brasileiras:

> Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e de extrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação extrangeira na forma que se declara.
>
> Art. 1º Ficam prohibidas as acquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra (CASA CIVIL, LEI. 601, 1850).

A partir desse documento iniciava-se o período que MARTINS (1986) chama de "cativeiro da terra"[36], ou seja, aqueles que detinham registro de terras (sesmarias) passavam oficialmente a serem donos das mesmas, assim como aqueles que tivessem a posse da terra, se cumprissem os pré-requisitos mencionados na própria Lei. Aos demais que não tivessem terras, e aos escravos que futuramente seriam libertos, a terra só poderia ser adquirida através da compra, como consta no artigo 1° da Lei acima, dessa forma, tinha-se a consolidação e legitimação da concentração fundiária no país. Sendo importante salientar também que, por essa Lei, ficava permitida a venda de terras brasileiras a empresas estrangeiras, o que vai garantir, posteriormente, o acúmulo de terras por parte dos grandes empreendimentos internacionais.

A Lei de Terras (1850), na prática, garantia e legitimava o latifúndio, e assegurava mão-de-obra para trabalhar nele, pois, os escravos, que seriam libertos anos depois, a partir da luta de vários movimentos abolicionistas, ficariam impossibilitados de adquirir terras, uma vez que, não tinham recursos para comprar um "pedaço de chão" para produzir seu próprio alimento. O caminho mais provável para eles era continuar trabalhando nas fazendas de monocultura espalhadas pelo país, esse também foi o caminho seguido pela maior parte dos imigrantes europeus que vieram para o Brasil na segunda metade do século XIX. Segundo Stédile (2002, p. 6) "E, com o aumento de nossa população sertaneja, mesclada, que surgiu, no final do século XIX, uma nova classe social: os camponeses. E, com eles, surgiram os primeiros movimentos sociais tipicamente camponeses".

[36] Ver Bernardo Mançano Fernandes (2000) "*A formação do MST no Brasil",* o autor se reporta primeiro ao processo do cativeiro, onde indígenas e negros eram escravizados e não tinham acesso à terra, e depois ao processo de quando a terra se torna *cativa* com a lei de terras, também impossibilitando que os antigos cativos, agora "livres", tivessem acesso a ela.

Com a Proclamação da República em, 1889, muda-se a estrutura de poder político e administrativo, que com o passar do tempo provocam mudanças sociais e políticas, principalmente no Rio de Janeiro, contudo, elementos como o autoritarismo e a grande desigualdade entre as classes sociais permanecem como centrais (CARVALHO, 2003). No aspecto econômico o país mantém-se como agroexportador, tendo a grande propriedade como marca fundamental do campo (MARTINS, 1986). Nesse cenário os conflitos por terra permanecem frequentes na história do Brasil, destaque para os Movimentos Sociais conhecidos como messiânicos,[37] como foi o caso de Canudos[38] – Bahia e o Contestado[39] – Paraná. Ambos apresentados como exemplos de organização dos camponeses para enfrentar os detentores do capital e da terra no país.

Ambos os movimentos (Canudos e Contestado) eram formados por camponeses sem terra, e construíram comunidades ocupando terras públicas ou particulares, demonstrando insatisfação com a estrutura fundiária existente no Brasil até então. Esses movimentos camponeses, não tinham consciência social de classe, mas já mostravam organização diante à desigualdade e violência praticada pelo governo e latifundiários no campo. Nesse contexto pode-se observar também que a postura do governo frente a tais movimentos era bastante violenta, como mostra Morissawa (2001, p.88) "Nos dois movimentos camponeses citados, vale lembrar que eles foram destruídos devido à intervenção massiva da força pública, [...]". O que significa que o governo organizou um grande contingente do exército e da polícia para não só reprimir, mas destruir toda a comunidade.

Como pode-se observar, o surgimento de um novo regime político no país pouco alterou a lógica da economia capitalista predominante no Brasil, desde a chegada dos

[37] As principais lutas camponesas do início da república brasileira receberam essa designação por terem à frente um líder religioso, visto por muitos como messias (salvador), que faziam a conexão entre o divino e o povo, e assim poderiam guiá-los pelos caminhos da salvação. Esses movimentos também tinha um caráter fortemente comunitário e social (GIUMBELLI, 1997).

[38] Canudos foi o maior movimento camponês do início do período republicano no Brasil, resultando em uma das maiores guerras civis da história do Brasil. O arraial de Canudos foi fundado no ano de 1893, no sertão da Bahia, o povoado chegou a contar com mais de 10 mil habitantes, e formava uma comunidade baseada na agricultura, com uma rígida estrutura administrativa. Canudos tinha regras próprias e era visto como uma afronta pelos governantes e latifundiários da região, que passaram, juntamente com governo federal, a empreender expedições para destruição do arraial, até que em 1897 tropas do governo destruíram completamente Canudos e massacraram quase toda sua população, representando um dos maiores massacres da história do Brasil. Ver o livro *Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos:* Da destruição do belo monte ao aparecimento do MST de Clóvis Moura (2000).

[39] A Guerra do Contestado é visto como um dos principais movimentos de luta pela terra da recém-criada República do Brasil. Movimento que assim como Canudos era liderado por um religioso, Monge José Maria. O movimento aconteceu em uma região de litígio entre os Estados do Paraná e Santa Catarina e teve início em 1912, ela foi resultado de disputas pela terra entre os camponeses e latifundiários. O governo, para defender o latifúndio, contou com mais de 7 mil soldados para acabar com o movimento e levou quase 10 mil camponeses à morte, tendo fim em 1916 (GIUMBELLI, 1997).

portugueses no XV. O latifúndio e a produção agrícola para exportação continuavam sendo o sustentáculo da economia brasileira, que agora procurava se incorporar ao capitalismo monopolista[40], isso demonstra que o campo brasileiro, com exceção da escravidão, continuava com vários elementos do sistema de plantation:

> Foi com base na produção e exportação agrícola que o capitalismo na América Latina buscou consolidar-se entre 1880 e 1930, principalmente, com base no controle do transporte e dos portos de exportação de trigo, banana, cacau e café, e dos frigoríficos e das grandes plantações. Tivemos, principalmente, na produção agrícola uma produção de matérias-primas e alimentos para nações imperialistas industrializadas. Este quadro não sofreu significativas mudanças mesmo mais tarde, a partir das décadas de 1930 e 1940, com a pseudo-industrialização nacional mediante o chamado processo de substituição de importações, que se fez com base nos excedentes das exportações agrícolas (BAUER, 2009, p. 46).

Desta forma, tem-se mais uma vez o velho travestido de "novo", com a economia permanecendo voltada para a monocultura de produtos agrícolas. No campo, permanecia a desigualdade e concentração fundiária, que só era questionada pelos movimentos camponeses, como os citados anteriormente, Canudos – BA e Contestado – PR. Esse período conhecido como República Oligárquica[41] era dominado pelas elites rurais, que detinham os poderes políticos e econômicos, e tratavam qualquer luta promovida pelos trabalhadores rurais, ou não, como caso de polícia, mesmo assim, essa postura não impossibilitou o surgimento de movimentos camponeses em vários estados do Brasil (MOURA, 2000).

De acordo com Morissawa (2001, p.88) "[...] até 1964, as lutas camponesas, embora como eventos isolados, aconteciam em quase todo o território brasileiro". Ou seja, do período que corresponde ao governo de Getúlio Vargas até o período da ditadura militar, a realidade dos trabalhadores do campo no país permaneceu pouco alterada e os conflitos eram em sua maioria localizados, espontâneos e quase sem organização política.

Todavia, é durante esse período que o campo brasileiro começa a sofrer as transformações advindas do processo de modernização do campo, que estava se iniciando a partir do final da década de 1950, a chamada Revolução Verde. Para ter uma ideia de, como

[40] O Capitalismo Monopolista representa uma fase do capitalismo também conhecida como Capitalismo Financeiro, essa fase teve início no final do século XIX, depois da 2° Revolução Industrial com o advento do Imperialismo. Resultou de um processo de acumulação de capital por parte de empresas que se tornaram gigantesca, monopolizando determinados setores da economia, aumentando assim, a exploração e alienação dos trabalhadores (NETTO, 1992).

[41] Período da República brasileira que vai de 1895 a 1930, tinha como uma das características a concentração dos poderes políticos e econômicos nas mãos dos grandes proprietários de terras que produziam várias monoculturas, principalmente, café, esses formavam oligarquias que dominavam a política, garantiam assim seus interesses, como por exemplo, a manutenção do grande latifúndio (PRADO JR, 2004).

as terras do campo brasileiro estavam distribuídas nesse período, década de 1950, podemos recorrer a Caio Pardo Jr, em seu livro *A questão agrária no Brasil*, nesta obra, o autor apresenta números da região Nordeste aonde, em algumas regiões, a concentração fundiária chega a números alarmantes, e pouco mais de 6% dos proprietários rurais detinham em torno de 80% das terras cultiváveis, mesmo esses números variando entre as regiões, ele se repete na maior parte do país, com exceção dos Estados do Espírito Santo e os da região Sul do país (PRADO JR, 1979). Observa-se assim, que nas décadas de 1950 e 1960, o campo permanecia marcado pela desigualdade social e concentração fundiária. Nesse contexto, a maior parte dos camponeses encontrava-se sem-terra, e transformando-se em mão-de-obra barata para os grandes empreendimentos agrícolas que estavam surgindo no horizonte:

> Trata-se da considerável parcela da população rural que devido à concentração da propriedade, não encontra outra alternativa para prover à sua subsistência que alhear a sua força de trabalho e se pôr a serviço dos grandes proprietários e fazendeiros. Circunstância essa aliás que torna possível o grande empreendimento agromercantil. Sem mão-de-obra disponível, o grande estabelecimento agropecuário, a usina, o engenho, a fazenda de tipo comercial de que se estrutura a economia agrária do Nordeste – como a do Brasil em geral –, não poderia existir. A concentração da propriedade fundiária tem assim o duplo efeito: primeiro, o de conceder ao empreendimento agromercantil uma base territorial conveniente para a realização de seus objetivos, e em seguida, de assegurar ao mesmo empreendimento a mão-de-obra indispensável de que se necessita (PRADO JR, 1979, p. 42-43)

Nesse processo de modernização do campo, pela conhecida Revolução Verde, observa-se a utilização cada vez maior de máquinas na produção agrícola, diminuindo assim a necessidade de mão-de-obra no campo. Isso levou a expulsão de uma significativa parcela de camponeses do campo que agora, sem lugar para trabalhar, migravam para os centros urbanos, e possibilitou também a formação de um contingente de trabalhadores ociosos dispostos a vender sua força de trabalho para a burguesia agrária que estava se estabelecendo no campo brasileiro.

> Este processo, que começou a desenvolver-se entre 1950 e fins da década de 1970, produzindo como principal consequência a apropriação direta das terras pelos grandes monopólios, latifundiários, pela expansão de suas terras, é o mesmo que impulsionaria os camponeses a lutar por sua obtenção. A mesma necessidade de terras destes dois setores de classes distintas explica as grandes lutas camponesas das décadas de 1950 e 1960 (BAUER, 2009, p. 49).

A formação dos grandes monopólios agrícolas ligados à burguesia internacional e nacional, além de expulsar do campo os camponeses que não tinham terra, também tornou difícil a permanência dos pequenos proprietários de terras, que passaram a sofrer com a expulsão e os processos de grilagem[42] de suas terras. Diante de aviltante realidade, os camponeses passam a se organizar e empreender lutas pela permanência e contra a exploração sofrida no campo.

Entre estes grupos de camponeses que passam a se levantar contra a exploração dos grandes proprietários de terras, tem-se as Ligas Camponesas, que embora já existissem na década de 1940 como "espécie de sindicato" ligada ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), ganham mais destaque a partir de meados da década de 1950 em Pernambuco e Paraíba (SOUSA, 2015). Neste período, esses grupos de camponeses passaram resistir de forma mais forte, à exploração da sua força de trabalho, que se tornava cada vez maior com o aprofundamento do regime de foro[43], e como exemplo, desse processo cita-se a origem da importante Liga da Galiléia[44] (STÉDILE, 2002).

As Ligas Camponesas rapidamente se disseminaram pelo Nordeste e outras regiões do país, tornando-se um movimento de grande expressão nacional, a partir do final da década de 1950. Nesse período, tem-se na Liga de Sapé[45] um dos principais núcleos de luta camponesa no país, a Liga de Sapé era liderada inicialmente por João Pedro Teixeira[46] e depois de sua morte por sua esposa Elizabeth Teixeira[47]. Além disso, nos últimos anos a atuação das Ligas torna-se cada vez mais radical, levando também o movimento a refletir de forma mais ampla sobre a questão agrária brasileira.

---

[42] É a ocupação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O termo tem origem no antigo artifício de se colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis ficassem amarelados (em função dos dejetos dos insetos) e roídos, conferindo-lhes, assim, aspecto mais antigo, semelhante a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro (INCRA, 2009).

[43] Em linhas gerais o regime de foro, consiste no "contrato" realizado entre o proprietário da terra e o camponês, o primeiro cede a terra para o segundo que trabalhará na mesma, sendo este último obrigado a pagar uma quantia em dinheiro ao proprietário da terra (STÉDILE, 2002).

[44] Uma das mais importantes de Ligas Camponesas, localizada em Pernambuco, resultado das lutas dos arrendatários de terra contra os desmandos e altos impostos cobrados pelo proprietário da terra, se tornou símbolo da luta camponesa no final da década de 1950, foi utilizada como cenário para produção do filme um *Cabra marcado para morrer* de Eduardo Coutinho (STÉDILE, 2002).

[45] Uma das maiores Ligas camponesas do país, localizada na região da Paraíba que através da luta camponesa contra a exploração conseguiu muitas vitórias, como por exemplo, o fim do cambão que era o trabalho gratuito nas terras do proprietário da terra (STÉDILE, 2002).

[46] Um dos principais nomes das Ligas Camponesas, liderando a grande Liga de Sapé, morto por policiais a mando de latifundiários da região onde morava (COUTINHO, 1984).

[47] Uma das principais lideranças da Liga camponesa de Sapé, após a morte de João Pedro Teixeira, sendo perseguida pela ditadura militar a partir de 1964, quando as Ligas Camponesas foram destruídas (COUTINHO, 1984).

Ainda nesse período, as Ligas Camponesas, juntamente com a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas), formavam as principais organizações que atuavam no campo. Como afirma Stédile (2002, p. 83) "Com estes dois organismos atuando na organização legal dos camponeses, várias partes do país foram sacudidas por arrojados empreendimentos [...]".

Tem-se então a organização de um movimento camponês mais amplo, que nos últimos anos de atuação passou a entender que a democratização do campo só seria possível com uma reforma agrária radical. As Ligas Camponesas foram, durante os anos que antecederam a ditadura militar, um dos principais movimentos sociais do país, tendo como um de seus principais líderes Francisco Julião[48], até ser desmantelado pela ditadura militar que se iniciava em 1964 (SOUSA, 2015).

As Ligas Camponesas também estiveram presente no campo piauiense, isso porque nesse período de modernização do campo a estrutura fundiária no Estado não fugia à regra nacional (SOUSA, 2015). Segundo Prado Jr (1979) nas décadas de 1950 e 1960, havia regiões do Estado onde 10% dos proprietários rurais detinham cerca de 80% do território, demonstrando uma grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários.

Assim como aconteceu em outros estados, as Ligas Camponesas no Piauí foram resultado de um processo de organização dos camponeses, com o auxilio de comunistas ligados ao PCB que atuavam no Estado. De acordo com Sousa (2015), para se entender esse fenômeno, em que os camponeses se tornaram sujeitos de sua própria história, na luta pelo direito à terra, não se pode dissociar a relação destes com os comunistas. Ainda segundo Sousa, as regiões onde as Ligas foram mais atuantes no Piauí foram às cidades de Campo Maior, Teresina e Parnaíba.

A ULTAB era uma organização ligada ao PCB e que procurava através da aliança operário-camponês criar as condições para o início de um processo revolucionário no país. Essa organização comandava lutas em várias regiões do campo brasileiro, e assim como as Ligas Camponesas procuravam construir uma organização estruturada e consciente de seu papel dentro da luta de classe, possibilitando aos camponeses transcender as questões imediatas, como a acesso à terra, e pensar em transformações sociais mais profundas (SOUSA, 2015).

Portanto, pode-se inferir que tanto a ULTAB com as Ligas Camponesas cumpriram um importante papel na luta pela terra no Brasil, representando espaços de organização dos

[48] Francisco Julião, advogado, e uma das principais lideranças das Ligas Camponesas em Pernambuco, ligado ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), sendo eleito deputado estadual e federal por esse partido (SOUSA, 2015).

camponeses que tomaram conta de parte do campo brasileiro, como podemos observar no livro organizado pela Arquidiocese de São Paulo, *Brasil: nunca mais*:

> Um período de forte inflação, mas os trabalhadores conseguem, regra geral, reajustes salariais equivalentes ao aumento do custo de vida. No campo, são criadas as Ligas Camponesas, que atingiram, em 1964, um total de 2.181, espalhadas por 20 Estados. Proliferam as lutas rurais que, de modo semelhante ao ocorrido nas cidades, causam pânico entre fazendeiros conservadores, dispostos a tudo para impedir a Reforma Agrária (ARNS, 2013, p. 56).

Nesse sentido, diante do avanço dos movimentos camponeses, assim como do aprofundamento das tensões políticas e sociais, causado em parte pela iminência da aprovação das Reformas de Base[49] propostas pelo governo de João Goulart (Jango[50]), o exército brasileiro apoiado pela burguesia e setores da Igreja Católica deflagram um golpe civil-militar que daria início a uma ditadura no país (NETTO, 1991).

Com o advento do regime militar no Brasil em 1964, acontecem mudanças políticas, econômicas e sociais. No aspecto econômico se contrapondo a política nacionalista que vinha sendo adotada por João Goulart, o novo regime foi marcado pelo processo de abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, aumentando a dependência econômica do país com relação ao imperialismo, principalmente, norte-americano, resultando no crescimento das desigualdades sociais no país (NETTO, 1991). A política, por sua vez, foi marcada pela concentração de poder nas mãos dos militares e exclusão da população dos centros de decisão:

> O que importa acentuar, nesta funcionalidade econômica e política do Estado emergente depois do golpe de abril, é que ela determinava, simultaneamente, as suas bases sociais de apoio e de recusa. Nas condições dadas – inclusive, para além das classes subalternas, a de setores da própria coalizão vitoriosa. Por isto mesmo, reside naquela dupla funcionalidade do Estado pós-64 o seu caráter essencial: ele é antidemocrático e antinacional (NETTO, 1991, p. 29).

[49] As Reformas de Base consistiam num conjunto de reformas em diversas áreas econômicas e sociais, tais como Reforma tributária, educacional, agrária, pensadas pelo governo de João Goulart. Nesse cenário a Reforma Agrária recebia uma oposição radical dos setores ruralistas do país e, ao mesmo tempo, representava a esperança dos camponeses. As reformas significavam para parte da elite, exército e igreja brasileira a porta de entrada para o tão temido comunismo, e serviu de justificativa para instauração da ditadura militar no Brasil (LARA e SILVA, 2015).

[50] João Belchior Marques Goulart, popularmente conhecido como Jango, era um político brasileiro que se tornou presidente em 1961, após a renúncia do presidente eleito Jânio Quadros, já havia sido vice-presidente do governo de Juscelino Kubistchek, e ex-ministro do trabalho do governo de Getúlio Vargas. Foi retirado da presidência em 1964, após um golpe civil-militar, articulado por grupos da elite, exército e igreja católica, com o apoio do E.U.A. Foi acusado de comunista, se exilou na Argentina (LARA e SILVA, 2015).

Além disso, a instauração desse novo regime significou o fim dos poucos direitos democráticos construídos nos anos que sucederam a o Estado Novo, de Vargas, assistiu-se assim, uma escalada nas decisões autoritária dos generais e na intensificação da perseguição política aos opositores, que resultavam em centenas de presos políticos, desaparecidos ou mortos. Para muitos naquela época, todas essas medidas seriam justificáveis diante do "mal maior" que era o comunismo.

Com relação ao campo o governo militar decide atuar em duas frentes, a primeira se tratava de reprimir e desmantelar os principais movimentos camponeses que atuavam no país, a segunda em criar mecanismos que "acalmassem" os ânimos dos trabalhadores rurais que passaram a lutar pela reforma agrária, nesse sentido foi instituído o "Estatuto da Terra" que corresponde a Lei nº 4.504,[51] de 30 de novembro de 1964, na qual pode-se afirmar que seja a primeira lei que discute mais profundamente a questão da reforma agrária no Brasil (FERNANDES 2000).

O "Estatuto da Terra" tratava da regulamentação das propriedades rurais, classificando-as pelo tamanho, de acordo com a região, e pela funcionalidade, se comprometendo a acabar com o latifúndio e minifúndio. Também versava sobre a necessidade e execução da reforma agrária, instituindo assim a desapropriação das terras que não cumprissem sua função social, e determinava a criação do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), que seria o responsável pela questão agrária e fundiária no Brasil (MORISSAWA, 2001):

> A lei instituiu também a *desapropriação* seja de latifúndio ou minifúndio que estivessem em desacordo com o que impunha, sem direito a contestação judicial do proprietário, a não ser em termos de valores indenizatórios. [...] Uma das inovações do Estatuto da Terra foi a definição de *função social* da terra. Segundo essa definição, o proprietário que utiliza a terra com respeito ao meio ambiente, de forma racional e adequada, e cumpre a legislação trabalhista, está dando à terra sua função social (MORISSAWA, 2001, p. 99).

[51] A lei mostrava-se bastante progressiva ao falar em Reforma Agrária e Política Agrícola, como podemos ver no **Art. 1°** Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1° Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país. (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>)

A Lei, entretanto, não passou de uma "lei para inglês ver"[52], pois na realidade a mesma não saiu do papel, e mesmo diante do não cumprimento da Lei pela maior parte dos grandes proprietários, o governo nada fazia (SANTOS, 2011). As desapropriações eram quase inexistentes, e o IBRA, órgão responsável pela fiscalização e aplicação da lei, pouco fazia a respeito. Pode-se dizer que, o que funcionou foi a abertura de novas fronteiras agrícolas, como a região da Amazônia, para as empresas internacionais e o Sistema de Colonização[53] que fornecia mão-de-obra barata para esses empreendimentos. Deste modo, a letargia na qual funcionou a Lei do "Estatuto da Terra", possibilita inferir que o real motivo da mesma era procurar travar os avanços dos movimentos que estavam sacudindo o campo naquele período:

> O objetivo dos militares com a edição do Estatuto da Terra era frear as reivindicações populares, deslocando o locos do conflito, que saiu da sociedade e se direcionou para o próprio estado. Este era o interesse imediato do governo, apenas este, e não executar de fato o programa da reforma agrária, que neste país nunca se concretizou (HEIM; SILVEIRA, 2013, p. 6).

O Estado procura mostrar para os trabalhadores do campo, com o "Estatuto da Terra", que estava preocupado em solucionar a falta de terra para aqueles que nela queriam trabalhar, e extinguir o latifúndio improdutivo que constituía parte das terras do país. Assim, o Estado tentava desmobilizar os movimentos sociais rurais, criando a falsa ideia que não seriam mais necessárias as lutas, e que a lei garantiria o acesso à terra para todos, como estava escrito no Artigo 2° da lei 4.504/64 que dizia "É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei".

A política econômica de abertura ao capital estrangeiro implementada pelos governos militares, refletiu diretamente na organização do campo. Como dito, anteriormente, nesse período o mundo estava vivendo a chamada Revolução Verde, o campo passava por um processo de modernização e o agronegócio passa a ser apresentado como a melhor forma de desenvolvimento econômico para os países periféricos, como era o caso do Brasil (SANTOS, 2011).

---

[52] É a designação para leis que existem, mas que na prática não são executadas. Essa frase está relacionada às pressões que os ingleses faziam sobre o governo brasileiro no período imperial para acabar com o tráfico negreiro, como dependia dos ingleses o governo brasileiro criou a lei para satisfazer os ingleses, mas a mesma não era executada e por isso os brasileiros diziam, que era uma lei apenas para inglês ver.

[53] O sistema de colonização foi um dos mecanismos criados pelo governo autoritário instalado em 1964, e visava deslocar os camponeses para áreas onde tivesse muita terra disponível, visando assim, distencionar as regiões onde existiam grandes conflitos de terra entre os latifundiários e os trabalhadores rurais, como era o caso da região sul do país. Estes trabalhadores recebiam terras em locais distantes de suas regiões de origem e sem nenhuma infra-estrutura, os incentivos governamentais para a produção eram quase inexistentes e a maior parte dos agricultores passava a trabalhar para as grandes empresas agrícolas em troca de salários baixíssimos ou então retornavam para suas regiões onde engrossavam as massas dos sem-terra (HEIM E SILVEIRA, 2013).

Nesse sentido, o governo militar permitiu a entrada de muitas multinacionais que tiveram o direito de explorar o campo brasileiro, principalmente, nas regiões pouco habitadas do país, como era o caso de parte do Centro-Oeste, Amazônia, entre outras, essas regiões passaram a ser conhecidas como as novas fronteiras agrícolas (BAUER, 2009). O resultado dessa apropriação do campo pelo agronegócio internacional foi o aumento da concentração de terras e da exploração dos trabalhadores rurais, como demonstra Morissawa (2001, p. 103), quando fala da ocupação das terras da Amazônia,

> Garimpeiros caíram na malha da grande empresa de mineração. O pequeno agricultor foi absorvido pela grande empresa agropecuária. Os sem-terra e os peões passaram a viver numa condição de quase servos nas fazendas. [...] Os posseiros foram expulsos de suas pequenas roças. Os seringueiros e os castanheiros entraram em conflito com as madeireiras, lutando para preservar as florestas, pois elas são a fonte de sua subsistência.

As características acima refletem as condições "impostas" aos camponeses durante o processo de apropriação do campo brasileiro pelo agronegócio, resultando que estes não tinham alternativas a não ser aceitarem a realidade em que estavam inseridos. Com o passar dos anos, e o gradativo crescimento da repressão, ficava cada vez mais difícil para os movimentos sociais atuarem na luta pelos direitos dos trabalhadores, entretanto isso não impedia a existência de conflitos no campo, mas que, pela negligência do poder público, terminavam quase sempre com a morte de camponeses.

A ditadura militar tem o auge da repressão no governo do general Médici,[54] contudo, com o fim de seu governo e o aprofundamento da crise de 1973[55] o regime militar entra em um período de desgaste político e econômico o que vai possibilitar o surgimento de organizações e movimentos urbanos e rurais, como é o caso da CPT (Comissão Pastoral da Terra), fundada em 1975, formada, principalmente, por bispos e clérigos da Igreja Católica, que tinham inspiração na corrente religiosa conhecida como Teologia da Libertação. Esta organização passa a defender a reforma agrária, assim como, organiza os camponeses de várias regiões do país para lutar pelo seu direito à terra (LIMA, 2017). Não será aprofundado

[54] Emilio Garrastazu Médici era um general do exército na época da ditadura militar, pertencente à linha dura, foi eleito de forma indireta para a presidência do Brasil de 1969 a 1974. O seu governo foi marcado pelo aprofundamento da repressão e utilização da propaganda patriótica, e pelo milagre econômico (período de crescimento da economia brasileira) (ARNS, 1985).

[55] Conhecida como a crise internacional do petróleo, quando a mesma chega ao Brasil, o país era governado pelo general Ernesto Geisel. A crise foi resultado do aumento do preço do petróleo, e teve forte impacto sobre a economia nacional que dependia desse produto. A crise aumentou a insatisfação popular com o regime militar, o que impulsionou o surgimento dos movimentos sociais contra a ditadura (NAPOLITANO, 1998).

o debate sobre a CPT nesse momento, pois será adiante contemplada na segunda parte deste capitulo.

No fim da década de 1970, e inicio da década de 1980, teremos um aumento significativo das lutas sociais em todo país. Os movimentos sociais passavam por um processo de transformação. Este momento é trabalhado por Sader (1988) quando fala que os *novos personagens entram em cena*, o autor não está falando apenas de novos sujeitos sociais que passaram a se manifestar, mas também de novas formas de organização e práticas que passam a ser incorporadas pelos movimentos sociais no Brasil. Nesse contexto de crise da ditadura, os militares não veem alternativas a não ser acelerar o processo de abertura política que vinha acontecendo desde 1975:

> Na linguagem dos militares da ESG, era chegada a hora de "descompressão" do regime; ou seja, a sociedade civil era chamada a participar do sistema político, mas tutelada e vigiada pelas Forças Armadas, evitando que os conflitos caminhassem para uma ruptura radical com a ordem social, política e econômica vigentes (NAPOLITANO, 1998, p. 77).

É nesse contexto de ebulição social e enfraquecimento do regime militar que surge o MST (Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra), que nos últimos anos vem se constituindo como um dos principais movimentos de luta pela reforma agrária no país. O MST, juntamente com a CPT, tornam-se as principais organizações no enfrentamento do grande latifúndio e na construção da reforma agrária no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. O movimento surge de forma oficial a partir das reuniões realizadas entre os dias de 21 a 24 de janeiro de 1984 na cidade de Cascavel no Estado do Paraná, no que passou a ser chamado posteriormente de 1° Encontro Nacional do MST (CALDART, 2012). Entretanto, assim como a CPT, se falará sobre este movimento de forma mais aprofundada na segunda parte deste capítulo.

Com o fim da ditadura militar, o florescimento dos movimentos sociais no campo e a promulgação da constituição cidadã de 1988, acreditava-se que a questão agrária passaria por profundas transformações, no entanto, não foi isso o que aconteceu. A manutenção da desigualdade no campo Segundo Stédile; Fernandes (1999, p. 67) aconteceu porque "A UDR teve muita influência nos governos estaduais e, principalmente, na Constituinte de 1988. Praticamente a única derrota social que ocorreu na Constituinte foi à questão agrária, pois em todos os outros itens houve avanços". Destarte, os autores ainda argumentam que o agronegócio continuou avançando e a criação de organizações como a União Democrática

Ruralista – UDR[56] continuou garantindo a aprovação de outras leis que beneficiaram os grandes proprietários de terras, como foi caso do código florestal em 2012[57].

Os governos democráticos que se seguiram continuaram relegando a questão agrária a um segundo plano, dentro das suas prioridades, o número de assentamentos prometidos durante os processos de campanhas é muito inferior aos concretizados ao término dos mandatos. Como exemplo, pode-se observar o governo Sarney que "assentou 84.852 famílias – apenas 6% da 1,4 milhão delas, que deveriam ter sido beneficiadas, de acordo com as promessas de seu programa de reforma agrária" (BRANDFORD e ROCHA, 2004, p. 82). Isso evidencia que a política de desapropriação de terras continuava morosa e desinteressada, assim como a assistência técnica fornecida pelos governos aos pequenos produtores.

A década de 1990 consolidou o agronegócio no Brasil, e como consequência o aumento na concentração de terras. Segundo o censo agropecuário de 1995/1996 o 1% das propriedades rurais que ocupavam 44% das terras no país em 1985, dez anos depois, em 1995 passaram a ocupar 45%, ou seja, houve um aumento na concentração fundiária no país (MORISSAWA, 2001). Isso é possível por conta dos vários incentivos fiscais e econômicos que os governos possibilitam aos grandes empreendimentos agropecuários, em detrimento a política de democratização do acesso à terra e à agricultura familiar.

Destarte, a questão agrária brasileira permaneceu pouco alterada nos anos que sucederam a ditadura militar, o latifúndio e o agronegócio ainda continuam sendo as principais características do campo brasileiro. Diante deste cenário, O MST, assim como vários outros movimentos camponeses, permaneceu no combate a essa realidade. A década de 1990 foi marcada pelos enfrentamentos entre o movimento camponês, principalmente o MST, os grandes proprietários de terras e o governo, que muitas vezes atuavam juntos contra os movimentos sociais, como foi o caso do massacre de Eldorado dos Carajás[58], no Estado do Pará.

---

[56] A União Democrática Ruralista teve sua fundação informal em 1985, a partir de então passou a atuar em diversas frentes para combater os movimentos sociais rurais e a reforma agrária. É composta pelos grandes proprietários de terras, atuando dentro e fora do Congresso Nacional, durante a segunda metade da década de 1980, foi responsável pela morte de centenas de trabalhadores e lideranças dos movimentos camponeses, como exemplo a morte do Padre Josimo Tavares, no Maranhão; e do seringueiro Chico Mendes, no Acre, um dos grandes defensores das terras da Amazônia (SILVA, 2012).

[57] Referente à Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, que estabelece normas gerais sobre a Proteção da Vegetação Nativa, e que segundo SAUER (2017) gera insegurança alimentar e visam a eliminar a função socioambiental da terra (SAUER, 2017).

[58] Cidade que está localizada na região sudeste do Estado do Pará, próxima a Serra do Carajás região rica em minérios de ferro, ouro e até urânio, que por conta dessa grande riqueza recebeu o nome de Eldorado dos Carajás, pode-se dizer que a cidade surge como desdobramento do Grande Projeto Carajás (BRANFORD; ROCHA, 2004).

Figura 01 - Monumento em homenagem aos mortos no massacre de Eldorado dos Carajás, que terminou com a morte de 19 camponeses. Fonte: Site do MST.

O Massacre de Eldorado dos Carajás no Pará representa um dos episódios mais impactantes da história dos movimentos camponeses no país, no dia 17 de abril de 1996, cerca de 1.500 famílias que marchavam até a cidade de Marabá – PA, para reivindicar pelo direito à terra no Estado. Resolveram interditar a rodovia que dava acesso à cidade de Marabá e exigiram ônibus e comida, ao final da tarde chegaram ao local mais de 100 policiais de Marabá sem identificação, quando teve início o confronto que resultou na morte de 19 trabalhadores rurais e dezenas de feridos, entre eles, líderes do MST. Os indícios mostram que mais da metade dos mortos foram executados a queima-roupa ou com tiros na cabeça. Nem todos os responsáveis foram punidos, como por exemplo, os mandantes que eram grandes proprietários da região, e só recentemente houve punição a uma pequena parte dos militares envolvidos (BRANFORD; ROCHA, 2004).

> Como se vê, o massacre de Eldorado dos Carajás, assim como o de Corumbiara, já não são um fato deslocado do lugar, mas obedecem a essa lógica diabólica da penetração do capitalismo no campo. Em países dependentes os quais necessitam da violência para manter os seus privilégios e a taxa de lucro capaz de proporcionar poder e riqueza a uma minoria privilegiada. A violência também é um fato econômico, como já assinalara Marx. Esse processo de modernização tecnológica (penetração do capitalismo no campo) cria as condições para o desemprego da mão-de-obra

> camponesa e, ao mesmo tempo, a formação de um assalariado agrícola também subordinado a influência das reminiscências da escravidão, constituindo-se um subproletariado rural ainda preso, por uma série de vínculos econômicos e extra-econômicos, culturais e sociais, às relações pré-capitalistas. (MOURA, 2000, p.100-101).

Diante da manutenção de uma estrutura agrária que privilegia uma minoria, os conflitos no campo tornam-se cada vez mais recorrentes. Os números apresentados pela CPT referentes ao ano de 2015 mostram que foram registradas 50 mortes provenientes de conflitos no campo, esse número é o maior desde 2003. Nesse sentido, a questão agrária permanece como um problema irresoluto (CPT NACIONAL, 2015). Portanto, ante essa realidade será feita adiante uma reflexão sobre como MST se insere nesse processo, combatendo o latifúndio e na luta pela reforma agrária.

2.2. O MST COMO PARTE DO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA

Quando João Pedro Stédile (considerado o principal líder do MST) foi entrevistado pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, entrevista que deu origem ao livro *Brava Gente* (1999), o qual trata das características da luta pela terra e do próprio MST no Brasil, Stédile reponde que o MST é resultado de um processo que envolve uma série de fatores, dessa forma, não pode-se entender o Movimento de forma unívoca, pois, sua formação reúne fatores econômicos, políticos e culturais entre outros aspectos. O movimento se formou e continua se construindo a partir de suas experiências, no *fazer-se* de uma classe camponesa que vai se configurando a partir da própria luta pela terra. Nesse sentido, podemos entender a formação dos camponeses Sem Terra como algo processual e plural como foi, por exemplo, segundo Thompson, a formação da classe operária inglesa no século XIX:

> A formação da classe operaria é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior – a "Revolução Industrial" – atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e indefinível de humanidade, transformando-o em seu outro extremo uma "vigorosa raça de seres" (THOMPSON, 2012, p. 17-18).

A formação do MST, assim como a da classe operária inglesa, nasce da relação entre as experiências objetivas e subjetivas que se desenvolveram em cada cenário social. No caso do MST, as experiências se apresentam aos camponeses e vão possibilitando a eles acessarem elementos que permitam a relação entre uma experiência vivida e uma experiência percebida,

essa relação, segundo Thompson (2011), faz homens e mulheres avançarem em um processo de formação de sua própria consciência enquanto classe. Deste modo, a construção do MST se aproxima do que ocorreu com a formação da classe operária inglesa no século XIX, constituindo um fenômeno que não ocorreu de forma estanque, mas a partir de um processo contínuo do *fazer-se* do próprio Movimento.

Nessa perspectiva, como dito anteriormente, não se pode atribuir o surgimento do MST a um único fato ou fenômeno, seja ele político, econômico, social ou cultural. Contudo, busca-se mesmo que de forma breve, elencar alguns elementos que de alguma forma estiveram ligados ao processo de formação do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra no Brasil.

O processo de formação do MST não pode ser entendido fora do processo macroeconômico que o Brasil vivenciava a partir do final da década de 1950, era o período da construção de grandes monopólios empresariais voltados para produção agrícola, resultado de um fenômeno conhecido como Revolução Verde (PREVOT, 2010). Esse processo de modernização da agricultura fazia, e continua fazendo, parte do modelo político econômico capitalista desenvolvido no país, aprofundado pelos últimos governos da ditadura militar e seus sucessores da Nova República:

> Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde vivem. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para cidade como solução para seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive (STEDILE; FERNANDES 1999, p. 17).

Como falado na primeira parte deste capítulo, as transformações que o campo passou após a segunda guerra mundial, modificaram não só o processo produtivo, mas toda a vida no campo. Nos países periféricos, como é caso do Brasil, as relações de trabalho no campo foram drasticamente transformadas, a rápida mecanização levou um grande contingente de camponeses a abandonarem o campo em direção aos grandes centros urbanos, contudo havia aqueles que resolviam resistir (PREVOT, 2010).

A experiência vivenciada pelos camponeses durante o período de mecanização do campo, a partir do final da década de 1950, apresentou uma realidade que rompia com valores e costumes cultivados pelos camponeses ao longo de décadas. A cultura camponesa baseada na produção familiar, na solidariedade entre homens e mulheres do campo foi sendo

dilacerada pelo agronegócio, pela produção em larga escala e a mercantilização do trabalho do camponês. Essa experiência de rompimento com o modo de vida presente no campo afeta diretamente a consciência (experiência percebida) dos trabalhadores do campo podendo, ou não, produzir uma consciência de classe:

> A experiência chega sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas passam fome: os que sobrevivem pensam o mercado de outra forma. Pessoas são presas: na prisão meditam sobre a lei de novas maneiras [...]. Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados (THOMPSON *apud* MORAES; MULLER, 2006, p. 32-33).

Essa experiência levou os camponeses à perda de terras, alterações nas formas de trabalho e consequentemente, as lutas dos camponeses contra essa realidade se multiplicaram nesse período em todo o país. Logo, essa realidade excludente do campo brasileiro apresenta-se como condição objetiva para gestação do MST. Foi envolto nesse cenário econômico e a partir da luta concreta pela terra, que em 1979, no sul do país, teve início o processo de formação do Movimento Sem Terra.

A memória, enquanto elemento de disputa de poder, também apresenta caminhos para compreensão da construção do MST, pois ao se reivindicarem "herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas" (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 18), os Sem Terra traçam, assim, uma linha de continuidade de luta pela terra que os possibilita consolidar uma identidade dos camponeses na luta permanente em defesa do direto à terra enquanto função social.

Essa relação não se estabelece a partir de uma memória construída em um tempo ou espaço comum, entre Ligas Camponesas e MST, mas a partir de uma memória sobre as Ligas Camponesas que é utilizada pelo MST muitas vezes para legitimar a atuação do Movimento. Não que se queira negar as semelhanças em que se assentam ambos os movimentos e suas memórias, ou seja, as lutas em defesa dos camponeses e seu direito à terra, mas chamar a atenção para as formas como a memória pode ser utilizada.

O movimento das Ligas Camponesas é apresentado, pelo próprio Stédile, como um referencial histórico que se liga ao MST não por uma continuidade direta (uma vez que os movimentos se estabeleceram em espaços e tempos diferentes), mas por uma relação entre a forma de se organizar e agir. Por meio dessa memória, sobre as Ligas Camponesas, o MST procura dar uma legitimidade histórica à sua organização que possa, com isso, ajudar a

sustentar princípios e práticas importantes para manutenção da luta pela terra e a reforma agrária.

A partir dessa relação, que o Movimento Sem Terra buscou estabelecer com as Ligas Camponesas, Lima (2017, p. 68) observa que "João Pedro Stédile assinala a preocupação do Movimento de criar, ainda nos seus primórdios, uma 'identidade política'. Uma construção que não se faz sem disputa, inclusive no campo da memória". O autor chama atenção para a importância da memória na construção de uma identidade para o Movimento, procurando distinguir sua forma de atuação a partir da proximidade com as Ligas Camponesas em detrimento a outras organizações daquela época. Essa relação faz-se necessária enquanto "herança" de uma forma de atuação política de enfrentamento ante as desigualdades no campo.

Nesse sentido, as Ligas Camponesas transformaram-se em uma grande referência para os movimentos camponeses depois da década de 1960, mesmo sendo um movimento de curta duração, uma vez que, com a deflagração do golpe civil-militar, as Ligas foram duramente reprimidas até chegarem ao fim. Destarte, o surgimento do MST também está intrinsicamente relacionado ao elemento político. Neste caso, ao contexto autoritário que o país vivenciava no final da década de 1970 e início de 1980 (SILVA, 2012). Esse período foi resultado do golpe civil-militar de 1964, a ditadura foi deflagrada no Brasil, principalmente, em resposta às Reformas de Base propostas pelo até então presidente João Goulart:

> Quando, em 1962, o presidente de centro-esquerda João Goulart – proprietário de terras – começou a falar sobre a divisão das grandes propriedades, parecia chegada a hora da reforma agrária (BRANDFORD e ROCHA, 2004, p. 24).

Diante das transformações propostas pelo governo, a classe dominante, o exército e a cúpula da Igreja Católica brasileira se organizaram e instauraram o regime militar que durou 21 anos, 1964-1985. Nos primeiros anos, que vai de 1964 até 1975, tem-se os anos mais duros do regime, esse período é marcado pelo processo de estruturação da ditadura militar, principalmente, através dos Atos Institucionais[59] (AIs), que teve no AI – 5[60] seu ápice. Os

[59] Normas elaboradas no período de 1964 a 1969, durante o regime militar. Foram editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Esses atos não estão mais em vigor. Ver Portal da Legislação <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>.

[60] Elaborado durante o governo do General-Presidente Costa e Silva, tinha como objetivo responder a onda de manifestações realizadas em protesto à morte de um estudante pela polícia militar. O Ato Institucional n° 5 concedia poderes para o presidente cassar mandatos de parlamentares, decretar recesso do Congresso Nacional,

Atos Institucionais aumentava os poderes do executivo e limitava ainda mais os direitos da população (LARA; SILVA, 2015). Esse período, em que a maior parte dos presidentes-generais pertencia ao grupo do exército denominado Linha Dura[61], ocorreu uma verdadeira escalada da repressão "legalizada" a qualquer tipo de oposição (naquela época chamados de subversivos), seja na cidade ou no campo:

> De acordo com a Doutrina de Segurança Nacional – base ideológica do regime militar –, qualquer cidadão era passível de ser acusado de "subversão", podendo ser detido, torturado e morto, com base numa simples suspeita. As forças policiais-militares, sob pretexto de combater o que chamavam de "guerra revolucionária", não precisavam prestar satisfação a nenhuma autoridade constitucional nem se ater a formalidades jurídicas no combate aos ditos "subversivos" (NAPOLITANO, 1998, p. 35).

No referido período, a repressão e a censura estavam na ordem do dia do governo. O truculento processo de formação do regime resultou em um grande número de pessoas mortas e presas, principalmente lideranças de grupos políticos, sindicatos e movimentos sociais contrários ao regime. Diante da dura repressão naquele período, os movimentos sociais, sindicatos, "partidos políticos[62]", assim como suas formas de atuações passaram a não responder mais aos anseios da população, desse modo, a realidade objetiva passou a "impor" novos caminhos para os movimentos sociais que estavam, naquele instante – e a partir dele – se constituindo:

> Ao observarmos os movimentos sociais que dão uma nova configuração social aos trabalhadores no cenário público, na segunda metade dos anos 70, nos damos conta da existência de novos significados atribuídos às suas condições de vida, e esses novos sentidos nem se desprendem "naturalmente" do cotidiano popular e nem decorrem dos discursos previamente instituídos sobre os trabalhadores. Eles constituem reelaborações filtradas em novas matrizes discursivas – quer dizer: novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre si e com o meio e, portanto, abordam diversamente a realidade (SADER, 1988, p. 143).

---

além do poder de suspender o direito de *Habeas Corpus* para crimes considerados políticos (PORTAL DA LESGISLÇÃO).

[61] Representavam aqueles que formavam o grupo de ideias mais autoritárias dentro do regime militar, eram contrários ao grupo da linha branda. Enquanto os militares da linha branda defendiam um retorno mais rápido à democracia, a linha dura defendia a prolongação da ditadura e perseguição daqueles que, de alguma forma, eram denominados de socialistas/comunistas (NAPOLITANO, 1998).

[62] Embora saibamos que durante a maior parte da ditadura militar perdurou o bipartidarismo, que consistia na existência oficial de apenas dois partidos ARENA (Aliança renovadora Nacional) e o MDB. Contudo além desses partidos reconhecidos pelo governo ditatorial, existiam outros que atuavam na clandestinidade e que embora não reconhecidos pelo governo se organizavam como tal, como exemplo temos o PCB, assim como, o PC do B (Partido Comunista do Brasil) que resultou da divisão do primeiro (NAPOLITANO, 1998).

Dessa forma, os movimentos sociais passam a se reinventarem de diversas maneiras, principalmente, durante os governos dos Generais Ernesto Geisel[63] e João Batista Figueiredo[64]. A ditadura, embora ainda tenha se mantido viva por longos 10 anos, caminhava mesmo que de forma "lenta, segura e gradual" para reabertura política. E é justamente durante esse segundo momento, de crise da ditadura, quando acontece a criação de vários movimentos sociais, no campo e na cidade, dando início a um período de grande efervescência política e social no país:

> O que talvez seja um elemento significativo, que diferencia os movimentos sociais da década de 70, é que eles não apenas emergiam fragmentados, mas ainda se reproduziam enquanto formas singulares de expressão. Ou seja, embora tenham inclusive desenvolvido mecanismos de coordenação, articulação, unidade, eles se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades, não redutíveis a alguma forma "superior" e "sintetizadora". [...]. A pluralidade de movimentos não está indicando nenhuma compartimentação de supostas classes sociais ou camadas sociais diversas. Está indicando diversas formas de expressão. [...]. Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência (SADER, 1988, p. 198-199).

Sader (1988) observa singularidades nas formas dos movimentos sociais se organizarem e atuarem diante da realidade, a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980. De acordo como o autor, esses movimentos passaram a responder melhor à realidade apresentada naquele período, se comparados com as matrizes discursivas (sindicatos, partidos políticos) tradicionais existentes até então. Pois os movimentos que estavam surgindo traziam novas formas de organização e pensar a realidade.

Contudo, não afirma-se que esses movimentos foram os primeiros e únicos com tais características, mas que, naquele momento histórico, se apresentaram de uma forma nova em relação às matrizes discursivas existentes. Pode-se tomar como exemplo a matriz sindical, onde uma parte dos sindicatos no final da década de 1970 é ressignificado a partir de suas práticas e formas de organização, tendo como principal exemplo o sindicalismo dos

[63] Quarto General-Presidente da ditadura militar do Brasil, revogou o Ato Institucional de n° 5 e deu início ao processo de reabertura política do país, mesmo que esse processo fosse durar ainda muitos anos. Além disso, enfrentou em seu governo uma grave crise econômica, o que fez aumentar o descontentamento popular com o regime (LIMA, 2017).

[64] Ultimo general a governar o Brasil durante a ditadura militar, "escolhido" para conduzir o país ao fim da ditadura militar, enfrentou grandes manifestações sociais contra o regime e o governo, assim como, o aprofundamento da crise econômica recebida pelo seu antecessor (NAPOLITANO, 1998).

metalúrgicos do ABC paulista. Além de um novo fazer sindical, surgem nas cidades os movimentos contra a alta do custo de vida e por moradia; e no campo, temos a construção do MST.

Esses movimentos sociais, que vão se forjando a partir das próprias experiências de lutas cotidianas, parecem não ter uma formula pré-determinada de como se construírem, embora não lhes faltasse organização. Tais movimentos vão se formando e adquirindo consciência no próprio processo e experiência de luta, se configurando como um *fazer-se* coletivo e contínuo onde se entende todos como sujeitos históricos, isso nos faz lembrar o que descreve Thompson ao falar da formação e conscientização da classe operária inglesa, pós revolução industrial:

> Essa autoconsciência coletiva foi realmente o grande ganho espiritual da Revolução Industrial, contra o qual deve-se colocar o esfacelamento de um modo de vida mais antigo e, em muitos aspectos, mais humanamente compreensível (THOMPSON, 2012, p. 598).

Logo, constata-se que além das transformações econômicas do campo, que levaram os camponeses a se organizarem, também não tem-se como separar a gênese do MST da realidade política que o país viveu no final da década de 1970 e início dos anos de 1980. Sendo assim, o Movimento Sem Terra faz parte dos movimentos sociais que, além de suas lutas específicas, se apresentaram inseridos em uma luta mais ampla contra o regime autoritário implantado no Brasil, desde 1964, constituindo um conjunto de movimentos sociais que participaram do processo de redemocratização do país.

Além disso, à luz do conceito de *fazer-se,* de E. P. Thompson é possível compreender o processo de formação do MST a partir das experiências concretas da luta pela terra no sul do país. Desta forma, acredita-se que a ocupação da Fazenda Macali e a formação do acampamento da Encruzilhada Natalino foram importantes experiências que ajudaram a forjar mecanismos de resistência e de práticas de solidariedade daqueles camponeses, e foi transformando o cotidiano daqueles sem-terra, por meio do próprio MST, que eles passaram a se organizar e lutar pela terra e outros direitos sociais.

A ocupação da fazenda Macali, ainda durante a ditadura militar, cumpriu um importante papel na construção do Movimento e na luta contra o regime, uma vez que desafiava a ordem instituída. O governo tentou de várias formas desocupar a região, mas esbarrou nas táticas de resistência e perseverança dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra,

como por exemplo, quando a polícia chegava as mulheres e crianças formavam barreiras para que os policiais não entrassem (BRANDFORD e ROCHA, 2004):

> Conforme demonstrado por Telma Marcon, Macali foi uma importante vitória psicológica das famílias sem-terra. "Aumentou a confiança, pois mostrou que poderiam conquistar terra no próprio Estado, por meio de organização e de luta." [...] encorajou outras famílias a juntarem-se à luta (BRANDFORD e ROCHA, 2004, p. 32).

Nesse sentido, a vitória dos ocupantes alimentou a esperança de vários sem-terra em conseguir terra para produzir seu próprio sustento. Posterior a ocupação da Macali surgiu o acampamento da Encruzilhada Natalino, talvez um dos episódios mais emblemáticos de luta, resistência e conquista da terra no país. O acampamento que se formou ao lado de um importante entroncamento rodoviário no sul do país, e que durou mais de 3 anos, consistiu-se em um fato político de proporções nacionais e internacionais (MST, 2014).

Figura 02 - Movimento do acampamento da Encruzilhada Natalino (1981), a cruz significa o sofrimento dos camponeses e cada lenço branco amarrado a ela representa as crianças que morreram durante o período de acampamento. Esse acampamento tornou-se símbolo da luta pela terra no Brasil. Fonte: Site do MST.

Após meses de resistência o acampamento chamou atenção do Governo Federal em Brasília, que designou para acabar com a Encruzilhada Natalino, o "Coronel Curió" (famoso

pela atuação contra a guerrilha do Araguaia[65]), assim a região foi declarada área de segurança nacional. O "Coronel Curió" tentou de várias formas extinguir o acampamento, mas sem sucesso, o que o levou a se retirar depois de um mês de intervenção militar. Enquanto o exército atuava contra os sem-terra, os acampados recebiam a solidariedade da maior parte da população brasileira, principalmente, o apoio de setores da Igreja e da CPT, que organizavam todas as doações para as famílias acampadas (MST, 2014):

> Antes de partir, Curió emitiu um comunicado de 22 páginas atacando o que chamava de *movimento dos sem terra*, designação que não atribuía às famílias sem terra, mas às organizações que as apoiavam, em particular a CPT. Reservou especial veneno para o padre Arnildo, que acusou de liderar uma "igreja vermelha", [...]. Em 1983, havia otimismo no ar. Com o apoio da CPT, as famílias sem terra começaram a organizar reuniões em muitas cidades do sul. Homens e mulheres aglomeravam-se em reuniões nos salões das igrejas e nas casas para falar dos acontecimentos da Encruzilhada Natalino (BRANDFORD e ROCHA, 2004, p. 38-39).

Para muitos o MST surgiu ali, na resistência e ousadia da luta pela terra, diante do governo autoritário. A CPT desenvolve uma função importante nesse processo de ocupação e resistência dos sem-terra, assim como no processo de organização desses trabalhadores e trabalhadoras rurais. A forte religiosidade desses camponeses os aproximava dos setores mais progressivos da Igreja, que já há algum tempo desenvolvia atividades contra a ditadura, e nesse contexto, a CPT tornou-se uma referência na luta pela terra no país[66] (ZANINI; BACCEGA, ZAPPIA, 2011).

Destarte, não se pode dissociar o processo de formação do MST no Brasil da construção e atuação da CPT. A Pastoral, desde seu nascimento, apresentava-se como um grupo ligado, principalmente, a Igreja Católica e sensível às necessidades materiais daqueles que estavam sendo expulsos do campo, além de se preocupar com os conflitos agrários. Outro elemento importante é que a CPT possuía uma forte ligação com Teologia da Libertação:

> Desde então, foi afastado qualquer tipo de pré-determinação divina que justificasse problemas sociais mundanos; a velha idéia de que a pobreza é uma virtude agradável aos olhos de Deus ***caiu por terra***. A utopia do Reino

[65] Constituiu um dos principais movimentos guerrilheiros de oposição ao regime militar que se iniciou em 1964, atuando nas décadas de 1960 e 1970 em parte da região da Amazônia, formada por membros do PC do B, a maioria dos guerrilheiros foram mortos pelas forças armadas sob o comando do Coronel Curió (MST, 2014).

[66] É importante salientar que a relação entre camponeses e religiosidade, mencionada aqui, não remete ao messianismo religioso responsável pelos movimentos camponeses (Canudos e Contestado) do final do século XIX e inicio do século XX no país. Trata-se de um pensamento religioso preocupado com a condição terrena de seu rebanho e não só com a salvação posterior da alma, essa corrente de pensamento recebeu o nome de Teologia da Libertação.

> de Deus passa a ser pensada como etapas de transformações sociais necessárias na realidade terrena. A teologia nasce, portanto, da tentativa e do engajamento de parte dos setores eclesiais para territorializar a igreja, dando uma feição mais real e objetiva à missão dessa instituição no mundo (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p.75).

Os clérigos da Teologia da Libertação passaram a trabalhar com a releitura das escrituras sagradas a partir de uma perspectiva de transformação e não de conformismo, como acontecia até então. Esse pensamento via os mais necessitados como sujeitos sociais e por isso empreenderam transformações que não ficaram apenas no campo das ideias, mas passaram a fazer parte da prática daqueles que defendiam essa teologia. Entre os principais teólogos desse movimento podemos citar Leonardo Boff, Gustavo Gutiérrez, Hugo Assmann (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

Esse movimento teológico se desenvolve principalmente, na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, a partir da necessidade material da população latino-americana, fortemente marcada pela exploração social. Acreditavam e defendiam que só uma prática religiosa libertadora poderia levar à transformação daquela realidade. Foi a Teologia da Libertação responsável pela aproximação de parte da Igreja Católica aos movimentos sociais existentes no campo e na cidade durante a segunda metade do século XX, encorajando a população a organizar movimentos para lutar pelos seus direitos, utilizando, para isso, as passagens das próprias escrituras:

> É nesse momento que nasce a posição que ficará imortalizada na emblemática frase que se tornou símbolo da Igreja Libertadora: ***"a opção preferencial pelos pobres."*** Então, a igreja deve dar toda a preferência ao trabalho com os pobres, deve organizar-se e expressar-se por meio de pequenas comunidades cristãs (Comunidades Eclesiais de Base – CEBs) e deve favorecer a caminhada do povo para libertação, entendendo o pobre como sujeito da sua própria história, e não como objeto da ação caritativa e solidaria da Igreja. Para isso a Teologia da Libertação propunha uma nova Leitura da Bíblia e a escolha de textos se daria com base em novos posicionamentos (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 95).

No Brasil, Teologia da Libertação se desenvolveu bastante. Ela influenciou na construção de várias organizações ligadas diretamente à Igreja Católica ou não, sempre direcionadas aos movimentos populares. Pode-se inferir também, que o próprio contexto de exceção, vivenciado pela população brasileira durante a ditadura militar, exigiu desse setor da Igreja uma postura combativa com relação às injustiças sociais. É importante salientar que está se falando de setores específicos da Igreja, pois como foi mencionado anteriormente,

parte da Igreja havia apoiado o golpe civil-militar. Contudo, com o recrudescimento da ditadura setores da Igreja Católica, entre eles os ligados a Teologia da Libertação passam a se opor ao regime vigente. E a criação da CPT em pleno o governo ditatorial pode exemplificar a postura desses setores.

A CPT foi criada em 1975 com objetivo de combater, principalmente, o avanço das empresas agrícolas que avançavam sobre as terras dos camponeses, indígenas, posseiros, entre outros, grupos que viviam no campo, nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Nessa perspectiva, a CPT surge da necessidade daqueles que lutavam para permanecer nas terras que já habitavam há anos. Além disso, a Comissão Pastoral da Terra representou a materialização de uma teologia religiosa mais ampla que já atuava no campo brasileiro, principalmente, a partir da década de 1960 com as CEBs[67] (Comunidades Eclesiásticas de Base). Este movimento que congregava padres e bispos entre outros integrantes da Igreja Católica, estaria ligado em sua maior parte, à Teologia da Libertação:

> A CPT quer ser "fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra" engajando-se na construção do Projeto Popular para o Brasil. Tem como objetivos:
> - Prestar um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e água.
> - Estimular e reforçar seu protagonismo em suas lutas pela reforma agrária e agrícola (CARTILHA CPT, 2004, p. 5).

A preferência pelos pobres camponeses é algo que demonstra o caráter popular da Pastoral, ligando-a diretamente à Teologia da Libertação, além disso, observa-se o modo coadjuvante em que a comissão se propôs a atuar, preocupada em garantir o protagonismo dos camponeses, na luta por terra, água e direitos. Esse pensamento possibilitou o desenvolvimento de movimentos camponeses, como por exemplo, o MST, que embora nascendo da relação com a CPT, tinham autonomia nas suas decisões, além de uma linha política própria.

A CPT surge como um serviço voltado para o assessoramento, e não para substituição, dos camponeses na luta pela terra. Fato importante para construção de uma organização voltada para prática do homem do campo, tornando-os sujeitos e protagonistas de sua própria

[67] As Comunidades Eclesiásticas de Base - CEBs representam uma forma de organização ligada à Igreja Católica, onde os fiéis de uma paróquia se subdividem em pequenos grupos (comunidades), para assim desenvolverem atividades como, por exemplo, a leitura da Bíblia, sempre refletida a partir das condições de vida dos fiéis. As CEBs se organizaram no Brasil, principalmente, a partir da década de 1960 sob influência da Teologia da Libertação, sua atuação "desenvolveu-se, com especial ênfase, no campo, objetivando realizar a reforma agrária. [...], conscientizar a todos do processo de expropriação capitalista no campo" (ZANINI, BACCEGA, ZAPPIA, 2011, p. 101).

história. Logo, a CPT possuía uma intervenção voltada para luta prática dos trabalhadores, rompendo com a religiosidade idealista presente nas comunidades camponesas e que marcaram os movimentos camponês-religiosos (messiânicos) que ocorreram no Brasil, entre o final do Império e inicio da República, como podemos observar na analise de (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 200):

> A meu ver, o que faz com que a CPT e as ações produzidas por ela se diferenciem das manifestações camponesas com forte sentido utópico e messiânico é que a cultura religiosa e a teologia fundamental que influenciaram essa Comissão não foram aquelas presentes na religiosidade camponesa e, muito menos, na teologia oficial/tradicional; elas se originaram na Teologia da Libertação. Embora as ações da Pastoral da Terra tenham forte apelo profético, portanto utópico, a materialidade e a práxis da/na realidade terrena são o objeto da transformação.

É necessário mencionar que a atuação da CPT baseada na práxis/materialidade e não só no aspecto profético foi fundamental no combate à exploração e injustiças no campo, principalmente no contexto de repressão promovido pela ditadura militar. Já no tocante à participação da CPT na construção do MST, podemos destacar que seu caráter ecumênico foi um importante elemento para manter a unidade do Movimento, já que outros grupos religiosos também atuavam junto aos camponeses naquele momento. De acordo com o próprio Stedile (1999), que era ligado a Pastoral, na época da formação do MST, essa seria a instituição que mais esteve envolvida no processo da construção do Movimento Sem Terra:

> Agora, há um segundo elemento muito importante na gênese do MST. [...]. É o trabalho pastoral, principalmente da Igreja Católica e da Igreja Luterana. O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, em Goiânia (GO) foi muito importante para reorganização das lutas camponesas. [...]. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: "Espera que tu terás terra no céu". Pelo contrário, passou a dizer: "Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra". A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 20).

Observa-se assim, o importante papel da CPT na organização dos camponeses, o que facilitou a construção do MST. Desse modo, pode-se inferir que as discussões sócio-políticas desenvolvidas pela Pastoral da Terra facilitaram a receptividade e assimilação, posterior, das ideias e práticas trazidas pelo MST para o conjunto dos camponeses, essa conscientização foi fundamental, principalmente, se levarmos em consideração o regime de exceção que o país vivenciava. Stédile (1999) também comenta sobre a postura da CPT, diante do processo de

construção do MST nos encontros de 1982, em Goiânia (GO), que antecederam a fundação formal do Movimento que só ocorreria em 1984;

> Nesse encontro aconteceu um debate muito interessante. Apareceu a proposta de que a CPT deveria constituir internamente uma comissão de luta pela terra. Seria uma espécie de comissão sem-terra. Ideologicamente, esse foi o debate principal. Daniel Rech, da própria CPT, foi uma das pessoas que se posicionaram de forma mais contundente contra essa proposta. Ele teve a percepção política de que era importante os trabalhadores rurais sem terra terem sua própria organização (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 46).

O debate realizado até então não deixa dúvida da importância da CPT no processo de formação do MST nacionalmente. Comenta Fernandes (1999) que mesmo sem a CPT, os camponeses, provavelmente, teriam se organizado, mas dificilmente o resultado seria um movimento amplo e nacional como o MST. E mesmo que alguns defendessem que os Sem Terra deveriam se organizar diretamente ligados a CPT, os debates apontaram para necessidade de se construir um movimento autônomo.

Portanto, em 1984, cria-se formalmente, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST. Como demonstrado até este momento, o Movimento Sem Terra foi resultado de um emaranhado de fatores econômicos, políticos e sociais. O MST representou a construção de um movimento de massas que tinha como objetivo construir a reforma agrária e lutar contra as injustiças impostas pela burguesia capitalista, no campo e na cidade:

> O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu da articulação das lutas pela terra que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região centro-sul do Brasil, e que aos poucos foram se *territorializando* pelo país inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná. Esse encontro teve participação de trabalhadores rurais de doze estados, onde já se desenvolviam ocupações ou outras formas de luta ou de resistência na terra, bem como de diversas entidades que se colocavam como apoiadoras ou, em alguns casos, articuladoras dessas lutas (CALDART, 2012, p. 105).

O primeiro Encontro Nacional do Movimento foi importante, pois foi onde pôde ser apresentado um panorama da luta pela terra em todo o país, uma vez que o encontro contava com a presença de camponeses de todas as regiões do Brasil. Também foram discutidos e construídos os principais objetivos do MST, assim como pensadas estratégias para difusão do

movimento em todo o território nacional. A participação de entidades como a CUT[68], Conselho Indigenista Missionário – CIMI[69], também foram fundamentais para dar legitimidade e construir a união na luta pela terra no país (CALDART, 2012).

De acordo com Morissawa (2001) um dos pontos levantados no Primeiro Encontro Nacional do MST, consistia em discutir como se daria o processo de disseminação e chegada do Movimento em outras regiões do país. Sobre essa ação é importante salientar sobre a chegada dos Sem Terra à região Nordeste, onde as singularidades dos camponeses exigiram do MST novas formas de atuações frente à realidade que se apresentava.

A presença do MST na região Nordeste do Brasil era necessária, pois as lideranças dos Sem Terra sabiam que para o movimento ter uma grande atuação nacional, seria necessário atuar em terras nordestinas (STÉDELI; FERNANDES, 2005). Dessa forma, o MST depois de consolidar um padrão de organização e atuação na região sul do país, passa a construir estratégias de como chegar até as demais regiões do Brasil. Além do mais, o Movimento Sem Terra entendia que pela questão da representação histórica[70], o Nordeste cumpriria um papel determinante nesse processo de expansão.

Contudo, essa incursão pelo Nordeste foi bastante complicada, pela dificuldade de organização dos camponeses para realização de atividades mais radicalizadas, como por exemplo, as ocupações de terras e de órgãos públicos. De acordo com Debiase (2016) os relatos das lideranças nordestinas que participavam dos eventos do MST, não eram muito animadores, o que se falava é que os camponeses do Nordeste eram passivos e conservadores para participarem de enfretamentos diretos contra os grandes proprietários de terras e o próprio governo. Essa ideia sobre os camponeses nordestinos pode ser entendida a partir da afirmação de Mitidiero (2008, p. 252):

> São exemplos do conservadorismo: a aceitação da hiper-exploração do trabalho, a aceitação da superioridade incondicional das elites constituídas de seres humanos privilegiados, a idéia de que a desigualdade social é um

[68] A Central Única dos Trabalhadores representa a maior central sindical existente no Brasil, congregando a maior parte dos sindicatos do país. Foi fundada em 28 de agosto de 1983 em São Paulo no final do período da ditadura militar. Vale destacar que a central sindical fez parte do movimento pela redemocratização do país, e nos anos 2000 sofreu uma série de rupturas dos grupos internos que atuavam mais a esquerda. Ver CUT <https://cut.org.br/conteudo/historico/>.

[69] É uma organização ligada a Igreja Católica, mais especificamente, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB, foi criada em 1972, em pleno auge da ditadura militar, visando integrar os povos indígenas à sociedade brasileira, assim como, atuar como mediador dos conflitos de terras resultantes do processo de demarcação das terras indígenas. Ver CIMI <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/>.

[70] Segundo Stédile (1999) o Nordeste tinha uma representação histórica por ser marcado pelos conflitos pela terra desde o período do Brasil colônia, além disso, os principais levantes e movimentos que o MST tem como referencia aconteceram no Nordeste, como por exemplo, Canudos – BA, e principalmente as Ligas Camponeses de quem o MST se considera herdeiro, então era necessário uma atuação forte no Nordeste por toda sua história.

> fenômeno natural, a aceitação e exacerbação, no dia-a-dia da sociedade, da hierarquia social e a resistência às idéias transformadoras por grande parte da população.

Logo, essas características do campesinato nordestino não eram frutos apenas, das relações atuais entre grandes proprietários e camponeses, mas reflexo de uma configuração histórica que remonta ao processo de colonização do Brasil, no século XVI. As características presentes na maior parte dos camponeses do Nordeste misturavam aspectos políticos e culturais, historicamente, construídos e consolidados, dificultando as transformações sociais no campo nordestino.

Diante desse cenário, o MST passou a formar lideranças na região Sul do país para que pudessem migrar para as demais regiões a fim de atuarem como auxiliares no processo de organização dos camponeses do nordeste a partir do MST. Segundo Debiase (2016) na maioria dos Estados nordestinos estes militantes que chegavam atuavam em conjunto com a CPT ou com outros segmentos da Igreja Católica. Ainda de acordo com a autora, a religiosidade era um elemento que servia de "ponte" entre os militantes vindos do Sul do país e os camponeses nordestinos, ou seja, os militantes se utilizavam de elementos da Teologia da Libertação para convencerem os camponeses a lutarem pelo acesso a terra e os demais direitos sociais.

Assim, chegando ao Nordeste o MST procura cada vez mais, analisar as contradições do campo relacionando-as a partir dos elementos das próprias escrituras (Bíblia), ou seja, discutindo as condições de exploração em que os camponeses viviam, a partir dos ensinamentos cristãos. Isso fez com que a relação do MST com Igreja, principalmente Católica, fosse cada vez mais forte na maior parte Nordeste, como aconteceu no caso piauiense, que será exposto no terceiro capítulo.

3. JUVENTUDE E MEMÓRIA: QUEM SÃO OS JOVENS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE?

Neste capitulo será apresentada uma discussão sobre as categorias Juventude e Memoria coletiva. Discutir-se-á no primeiro momento sobre as configurações do termo juventude e a classificá-la como juventudes em vista dos condicionantes que atuam sobre a mesma, impossibilitando de tratá-la de forma universal. Em seguida se entenderá como a memória coletiva é construída e sua importância para compreensão de grupos sociais a partir de vivencia em comum. Essas discussões são fundamentais para entender e analisar as experiências que os jovens camponeses tiveram e que os possibilitaram liderar o processo de construção do MST e de seu primeiro assentamento – Marrecas – no Estado do Piauí.

3.1. DISCUTINDO AS MULTIFACES DA CATEGORIA JUVENTUDE

Quando normalmente se fala em juventude uma serie de significados vem ao pensamento, ideias como problema, rebeldia, futuro, modernidade, contudo essas palavras estão longe de representar a multiplicidade do termo juventude. Diante disto, deve-se procurar compreender como se construiu a categoria social juventude, pois, não se pode entendê-la fora do tempo e do espaço como se fosse algo que existisse naturalmente em todas as sociedade e temporalidades.

> A juventude é uma categoria social que passa a se constituir e a ter o sentido atual com a modernidade. [...]. Isso implica reconhecer que, mesmo que já houvesse jovens nos períodos históricos anteriores, os significados, as características e os papéis sociais atribuídos a esse grupo social eram bastante diversos daqueles que se passou a atribuir a ele recentemente (WEISHEIMER, 2013, p. 16).

Assim sendo, é com o advento da modernidade que surge também a ideia de juventude, como sendo uma fase da vida que se situa entre a infância e a idade adulta, e que apresenta características distintas de ambas. Entretanto, segundo Weisheimer (2013) a ideia de juventude surge inicialmente a partir do processo onde a vida pública foi dando espaço à vida privada, o que levou a reconfiguração da família nuclear, surgindo então a figura do jovem, com qualidades diferentes das crianças e adultos. É importante salientar que esta juventude surge referenciada num espaço e num tempo especifico, ou seja, Europa central durante o século XVIII.

As transformações advindas com o advento do capitalismo na Europa central e as mudanças nas configurações das famílias nessas regiões levaram ao surgimento de uma juventude que trouxe consigo questionamentos e problematizações. Assim os debates a cerca da juventude como objeto de estudo remontam ao século XVIII, como por exemplo, nos escritos de Rousseau, que embora não discutisse de forma especifica a juventude, discutia o processo educacional de indivíduos desde criança até a fase adulta. Além de Rousseau o pedagogo Pestalozzi de forma bem mais engajada procurou responder questões sobre a situação juvenil, durante os processos de transformações geradas pela revolução industrial no mundo do trabalho, procurando entender como tais processos afetavam os comportamentos dos jovens (WEISHEIMER, 2013).

Já na segunda metade do século XIX na Europa, em consonância com o período em que a sociologia se consolidava enquanto disciplina, observa-se segundo Farias e Leão (2007) alguns estudos que discutem sobre a categoria juventude e a condição dos jovens, é o caso dos escritos de Marx em 1868, quando o mesmo analisa o trabalho de crianças e adolescentes, e como eles eram inseridos nos processos produtivos. Já nos Estados Unidos no início do século XX o pesquisador Stanley Hall construiu suas pesquisas no campo da psicologia sobre adolescência, suas características e transformações ligadas a esse período da vida.

> Essa primeira fase de surgimento dos estudos sobre juventude, que foi de Rousseau a Stanley Hall, compreendeu um longo período, em que a sociologia estava se constituindo e ensaiava seus primeiros passos. Desse modo, essas pesquisas iniciais foram fortemente marcadas por perspectivas educacionais, normativas e psicológicas sobre a condição juvenil. Essa situação só viria a ser alterada em meados do século XX (WEISHEIMER, 2013, p. 40).

Observa-se assim que o debate sobre juventude até a metade do século XX ainda permanece pouco abrangente, discutindo a juventude essencialmente a partir dos aspectos educacionais, produtivos e psicológicos. Contudo, foi também nesse período que se consolidou um perfil para o que seria a adolescência. Segundo, Groppo (2017, p. 23-24) a adolescência, fase que dá inicio a juventude, "é associada ao sentimento, emoção, a um excesso de energia, uma época de embriaguez mental e moral, a melhor fase da vida. Ao mesmo tempo, o período com a maior frequência de neuroses e psicoses de todo curso da vida". Além disso, é ainda na primeira metade do século XX nos Estados Unidos que se apresentam importantes estudos sobre a juventude como problema social.

São as pesquisas realizadas por estudiosos da Universidade de Chicago durante as décadas de 1930 e 1940 que apresentam a juventude como protagonista da violência urbana e criminalidade, esse debate tem como referência a pesquisa de Trasher intitulada “The gang” de 1936. De acordo com Groppo (2017) o autor atribui essa disfunção social ao mau funcionamento de instituições como a família, escola e igreja. Além disso, os trabalhos desse autor vão servir de base para pesquisadores na segunda metade do século XX.

Deste modo, é principalmente a partir da segunda metade do século XX que alguns autores passam estudar a categoria juventude, o resultado será a construção e consolidação de estereótipos sobre a juventude e o que é ser jovem, é importante ressaltar que essas caracterizações geralmente apresentam os jovens como um problema social (PAIS, 1990). Embora, essas características passem a ser construídas de acordo com o tempo e o espaço em que os jovens são estudados, muitas vezes elas vão se universalizando, o que termina negando os diferentes processos de socialização em que cada grupo de jovens está inserido. Um exemplo disso é o trabalho apresentado por Léopold Rosenmayr na UNESCO em 1964 que segundo Weisheimer (2013) construiu de certa forma uma ideia universal de juventude:

> O trabalho de Rosenmayr teve grande significado por apresentar a definição de juventude que seria a mais usada pelos pesquisadores desde então e por destacar um processo de universalização da identidade juvenil como impacto da expansão dos meios de comunicação de massa, da generalização da educação compulsória e do surgimento de um mercado de consumo juvenil (WEISHEIMER, 2013, p. 48).

Nesse sentido, é a partir dessas definições que vão se construindo as identidades da juventude, e que muitas delas se mantem até os dias atuais, exemplo disso são os estudos sobre geração realizados por Karl Mannheim. A geração se apresenta como um conjunto de indivíduos de um ou mais grupos que em determinadas situações sociais constroem características semelhantes. Para o autor uma geração vai substituindo a outra em um processo de interação social, entre os grupos (indivíduos) que vão desaparecendo e os que vão surgindo. Nesse processo a juventude teria um papel fundamental, pois segundo Mannheim esse seria o período da vida onde se consolida tudo aquilo que foi adquirido inconscientemente durante a vida (GROOPO, 2015).

Assim, o autor ao tratar das sucessões geracionais, atribui aos jovens o protagonismo nos processos de transformações e mudanças. Como afirma Groopo (2015, p. 10) ao falar do que Mannheim pensa sobre essa fase da vida “A juventude é considerada como agente revitalizador, fonte de energia renovadora da sociedade, dado seu vigor e seu menor

enredamento na ordem social vigente". Ou seja, naturalmente a juventude seria a fase do novo, um período de vanguarda, contudo, isso negaria a ideia de juventude como algo construído socialmente, em que responde de forma diferente de acordo com o espaço e o tempo que se está observando. De qualquer forma, essa definição ainda permanece muito forte na sociedade atual.

Nessa perspectiva, outro ponto torna-se relevante ao se falar de geração e juventude, os conflitos, pois os jovens se apresentam sempre em um mundo já estabelecidos pelos seus antecessores, e assim ela apresenta-se como uma categoria social que segundo SINGER (2005, p. 29) parece que está "[...] condenada à submissão ou ao desespero. Submissão não apenas aos pais e avós, aos patrões e governantes, mas também ao mundo deles". A negação dessa submissão pode aparecer como um dos motivos que leva uma parte da juventude a entrar costumeiramente em conflito com realidade que lhe é apresentada, pois, a mesma não foi pensada por ela. Dessa forma, parte considerável dos indivíduos dentro do período da juventude procura alternativas à submissão imposta pelos adultos o que pode gerar um choque de gerações, e que pode ajudar a explicar a visão mais largamente difundida sobre a juventude:

> *Juventude* é percebida, assim, como uma categoria social que, via de regra, relega aqueles assim identificados a um espaço de subalternidade nas relações sociais. Paradoxalmente, *jovem* é associado a *futuro* e à *transformação* social. Privilegiar a característica de transitoriedade nas percepções sobre juventude transfere, para aqueles assim identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletas, sem vivencias, sem experiência, indivíduos, ou grupos de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Juventude seria pouco *levada a sério*, tratando-se jovens como *adultos em potencial* (CASTRO, 2009, p. 43).

Nesse sentido, a juventude além de uma categoria social marcada pelo ser e vir a ser, também por muito tempo foi e ainda é associada a problemas sociais, e rótulos como o de "irresponsáveis", e isso estaria em parte ligada a questões relacionadas à dificuldade de inserção dos jovens no mundo do trabalho. Além disso, as generalizações de alguns movimentos nas décadas de 1960-70, como por exemplo, os movimentos Beat-niks[71], hippies[72], punk[73], possibilitaram a generalização de estereótipos para toda juventude (PAIS,

[71] Um movimento que se colocava contra a cultura estabelecida, principalmente entre os anos de 1950 e 1960, sendo mais forte nos Estados unidos. O movimento acabou sendo estereotipado pela utilização de alguns acessórios como a utilização de boina e o antimaterialismo (RODRIGUES, 2006).

[72] Movimento de contracultura que predominou na década de 1960, em varias regiões do mundo, principalmente nos Estados Unidos, ligado a bandeiras ambientais e anti-armamentista, e assim como os Beat-niks, eram críticos do sistema capitalista (RODRIGUES, 2006). .

1990). Ou seja, durante esse período a juventude ganha o status de revolucionária, pois se contrapunha aos aspectos políticos e culturais que eram hegemônicos naquele período.

> [...] nos finai dos anos 60, a juventude era um <problema>, na medida em que era definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais (PAIS, 1990, p. 143).

Dessa forma, diante dessa realidade vários sociólogos e pesquisadores lançam seus olhares sobre a juventude, observando que uma visão unilateral sobre a juventude não respondia a pluralidade daqueles que vivenciavam essa fase vida, pois se trata de uma construção social de uma categoria inserida em um tempo e espaço específico. Nesta perspectiva, de acordo com Singer (2005), a imagem da juventude como um período de rebeldia não é uniforme, visto que durante todos os períodos existiu uma parte considerável dos jovens que continuaram a se submeter ao mundo apresentado pelos adultos.

Nesse sentido, analisando as discussões sobre juventude e procurando evitar generalizações que possam reduzir a complexidade desta categoria social, nota-se que a juventude não pode ser entendida e analisada de forma homogênea. Logo, é importante que ao pensarmos na categoria juventude, devemos levar primeiro em consideração os processos de socialização que cada um dos grupos de jovens esteve inserido, o que leva á conclusão de que não existe uma juventude, mas sim juventudes.

Nesta perspectiva, deve-se tratar sobre juventudes, uma vez que deve-se entender a juventude como uma categoria que inscreve de diferentes formas a depender de seus processos de socialização. Isso pode ser exemplificado nas pesquisas realizadas recentemente entre aqueles indivíduos que vivenciam sua juventude na cidade em comparação com aqueles jovens do campo, pois mesmo partilhando da mesma geração, constroem relações sociais distintas por vivenciarem espaços diferentes.

> Se há tempos atrás todos começavam seus textos a respeito do tema da juventude citando Bourdieu, alertando para o fato de que "juventude" podia esconder uma situação de classe, hoje o alerta inicial é o de que precisamos falar de *juventudes*, no plural, e não *juventude*, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição[74]. Esta

[73] Movimento cultural, presente principalmente a partir da década de 1970, que se contrapunha as ideias de vida comunitária pregada pelos movimentos descritos acima, geralmente seus membros tinham uma "aparência agressiva", subvertendo a ordem estabelecida e desenvolveram um estilo de música próprio o Punk rock (RODRIGUES, 2006).

[74] A condição que nos referimos aqui diz respeito à condição juvenil que segundo WEISHEIMER (2013, p. 25) "corresponde ao modo como a sociedade atribui significados às juventudes em determinadas estruturas sociais,

> mudança de alerta revela uma transformação importante na própria noção social: a *juventude*, mesmo que não explicitamente, é reconhecida como condição válida, que faz sentido, para todos os grupos sociais, embora apoiada sobre situações[75] e significações diferentes (ABRAMO, 2005, p. 44).

Sendo assim, a condição de jovem é recortada por uma série de condicionantes que vão muito além do espaço e do tempo do qual fazem parte, ultrapassando o que alertava Bourdieu, pois além da questão da classe social, existem outras como gênero, etnia, religião, o que levaria a juventude de uma categoria de aparente unidade à sua diversidade (PAIS, 1990).

No Brasil, até a década de 1960, pouco se produziu sobre juventude, o que faz com que o conhecimento sobre os jovens antes desse período seja pouco abordado. De qualquer forma, assim como nos Estados Unidos, a discussão sobre juventude até os anos de 1960/70 esteve quase que exclusivamente, ligada a uma juventude, que seria aos jovens de classe média das grandes cidades brasileiras, vinculados aos movimentos estudantis e culturais (ABRAMO, 2005). Ou seja, a abordagem da categoria juventude naquele período não acontecia de forma plural, sendo analisada como algo uniforme, e dessa forma foi se construindo estereótipos sobre a juventude brasileira, a partir apenas de um grupo especifico.

Já a partir dos anos de 1960/70, semelhante ao que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, o debate sobre a juventude no Brasil vai crescendo. De acordo com Abramo (2005) isso acontece porque nesse período os jovens passam a ser entendidos como um problema social, fazendo com que muitos pesquisadores se interessem em discutir sobre esta categoria. Geralmente o objetivo das pesquisas era construir um perfil da juventude brasileira para então buscar politicas públicas que pudessem combater os problemas relacionados aos jovens. E segundo Sposito; Carrano (2003, p. 18) esses seriam os modelos de politicas para juventude a partir de 1950:

> a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (1985 a 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

---

históricas e culturais. Dessa maneira, busca-se destacar que, mais do que uma faixa etária, a condição juvenil é uma posição na hierarquia social. no caso dos jovens uma posição subordinada aos adultos".

[75] A situação, por sua vez, corresponde segundo WEISHEIMER (2013, p. 26) "aos diversos percursos experimentados pela condição juvenil, ou seja, traduz as suas diversas configurações. Esta última categoria é utilizada então para se referir aos variados processos empíricos, condições conjunturais e particularizadas das múltiplas juventudes".

Nesse sentido nota-se que a juventude vai sendo analisada de forma diferente de acordo com o período histórico ou espaço em que ela está inserida, o que demonstra o caráter plural da juventude e a necessidade de sempre se trabalhar com a perspectiva de juventudes. Para comprovar isto, basta elencar o objeto desta pesquisa, os jovens camponeses, que vivem situação distinta dos jovens dos grandes centros urbanos, como por exemplo, no acesso aos serviços públicos.

Observa-se os diferentes processos de socialização que os jovens do campo vivenciam em comparação com os jovens das grandes cidades se encontrará juventudes que embora na mesma condição juvenil, apresentam características distintas. Pode-se utilizar como exemplo, o processo de entrada no mundo do trabalho, uma vez que, no campo as crianças quase que de maneira geral auxiliam os adultos nos processos de produção, embora nos centros urbanos dependendo da classe social e do gênero a que o jovem pertença, isso também possa acontecer, geralmente não é um elemento predominante como acontece no campo (NOVAIS, 2007).

Destarte, devemos procurar compreender a juventude camponesa dentro de suas particularidades referentes aos seus processos de sociabilidades vivenciados no campo. Corroborando o que afirma Regina Novais em debate no Seminário Juventude Rural em Perspectiva (2007, p. 101) "[...] diferenças entre campo e cidade também precisam ser levadas em conta quando falamos de juventude". Logo, deve-se evitar generalizações sobre a juventude brasileira.

É importante salientar também que para se entender a pluralidade da juventude brasileira deve-se ir além da dicotomia cidade versus campo, pois a juventude também é marcada pelo tempo histórico e outros condicionantes. Logo, é nessa mesma perspectiva que a juventude camponesa deve ser analisada, ou seja, deve-se que há uma infinidade de representações juvenis que são recortadas pelos mais variados aspectos:

> Também no interior do que chamamos genericamente "juventude rural" também existem desigualdades e diferenças em termos de cor, etnia, gênero, deficiências, orientação sexual, disparidade regional, local de moradia. A "juventude de hoje" é marcada pela heterogeneidade. Por isso mesmo, é preciso evitar substantivações, essências... É preciso resgatar contextos, processo, apostas políticas (NOVAIS, 2007, p. 101).

Portanto, observa-se que a juventude camponesa também se apresenta recortada por outras muitas questões em seu interior e que devem ser levadas em consideração para construção de um "retrato" mais realista sobre as juventudes do Brasil. Todavia, isso só vem

acontecendo a pouco mais de uma década, pois até o inicio do século XXI não era dado aos jovens camponeses visibilidade social e acadêmica necessária para que os mesmos fossem reconhecidos enquanto sujeitos sociais.

Segundo vários autores que discutem a temática como Maria José Carneiro e Elisa de Guaraná de Castro (2009), essa invisibilidade no meio acadêmico dificulta a compreensão de um importante segmento social que continua secundarizado para parte considerável dos teóricos acadêmicos. Além disso, a falta de informações e análises sobre a juventude camponesa e suas características, dificulta também a construção de politicas publicas para esse seguimento, conforme apresenta WEISHEIMER, (2005, p. 08):

> A "situação de invisibilidade" a que está sujeito esse seguimento da população se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que dessa forma esses jovens não se tronam sujeitos de direitos sociais e alvos de politicas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão. Nesse contexto, a juventude rural aparece como um setor extremamente fragilizado de nossa sociedade. Enquanto eles permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente serão incluídos na agenda governamental.

Entretanto, ao procurar pesquisas e trabalhos sobre esse objeto de estudo observou-se que o mesmo esteve praticamente na invisibilidade até os anos 2000. Essa temática foi negligenciada pela maior parte dos centros acadêmicos do país. O levantamento feito por Nilson Weisheimer em 2005 sobre a produção acadêmica a respeito do tema revelou o pouco interesse de pesquisadores sobre a juventude do campo, o trabalho do autor mostra que entre os anos de 1990 e 2004 a média de trabalhos produzidos anualmente é de quatro trabalhos, isso considerando artigos, dissertações, teses e livros (CASTRO, 2009).

Com esses números nota-se que a produção acadêmica durante o período citado era muito incipiente, e isso talvez possa ser explicado pelo pouco espaço que o campo ainda ocupa dentro da academia e em nossa sociedade. Assim como, a própria forma pelo qual muitas vezes o campo é representado, "definido em oposição ao urbano e associado às ideias de atraso, de escassez ou de falta, o que normalmente evoca uma avaliação negativa e de inferioridade em relação ao seu oposto, o urbano (CARNEIRO, 2007, p. 55). Além do mais, existem alguns autores que afirmam que o rural acabou, negando-o enquanto espaço singular:

> Dois olhares se debruçaram sobre estes processos. Um primeiro, que percebeu neles o desaparecimento completo das sociedades rurais/camponesas. A agricultura se tornaria, neste caso, um mero campo de

> aplicação do capital, à semelhança de qualquer outro setor passível de investimento. [...]. Mas há um outro olhar sobre estes mesmos processos. [...]. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local etc (WANDERLEY, 2000, p.02).

Tudo isso faz com que o jovem camponês não tenha ocupado e ainda não ocupe um espaço de protagonismo e de sujeito de direitos, dentro da sociedade brasileira. Isso pode ocorrer, seja pela falta de políticas públicas voltadas para esse segmento social, ou pela exaltação do meio urbano em detrimento do campo. Entretanto, como já mencionamos anteriormente, essa realidade vem sendo aos poucos alterada pelo crescimento de estudos a respeito de jovens que vivem no campo:

> A novidade do tema da juventude rural nas pesquisas pôde ser identificada a partir dos dados quantitativos sobre a produção bibliográfica e sua trajetória ao longo do tempo, em que observamos uma tendência à expansão dessa produção. Até o ano de 2007, o levantamento identificou 197 obras relativas ao tema. Entre 1960 e 1999, a produção sobre o tema é pouco expressiva e corresponde a 19 referências no total, o que equivale a menos de uma obra por ano. A partir de 2000, podemos identificar o rápido crescimento da produção bibliográfica, que atinge uma média de, aproximadamente, 22 trabalhos por ano, com concentração no ano de 2006 (40 trabalhos), responsável por 20,30% do total da produção (CASTRO, 2009, p. 46).

Ainda de acordo com os levantamentos realizados por Wesheimer (2005) e Castro (2009), pode-se observar que uma parte considerável dos estudos sobre a juventude do campo está relacionada aos processos de migração dos jovens em direção as cidades. Isso para Singer apud Brumer (2007) se daria pelo aprofundamento das relações capitalistas no campo que geram desemprego e dificuldades para manutenção da vida camponesa, além da própria dificuldade de manutenção de áreas cultiváveis por parte dos camponeses que foram sendo expropriados cada vez mais pelo grande latifúndio:

> A *juventude rural* é constantemente associada ao problema da "migração do campo para cidade". Contudo, "ficar" ou "sair" do meio rural envolve múltiplas questões mediante as quais a categoria *jovem* é construída, e seus significados, disputados. A própria imagem de um *jovem* desinteressado pelo meio rural contribui para invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais (CASTRO, 2009).

A saída do campo em direção à zona urbana vem se constituindo como uma pratica frequente desde os anos de 1950 e 1960, resultado das transformações que o campo foi

passando a partir desse período. Nos últimos anos, pesquisadores como Carneiro (2007); Brumer (2007) passaram a observar que a maior parte dos indivíduos que abandonam o campo é jovem, motivos como a pouca autonomia que os mesmos tinham e tem diante de seus pais, a procura de emprego e a possibilidade de completar os estudos nas cidades são elencados como elementos que fazem com que parte da juventude migre do campo em direção as cidades (CARNEIRO, 2007).

As pesquisas apontam também que nos últimos anos as mulheres jovens são as que mais saem do campo em direção as cidades, pois "Em geral, a mulher não é reconhecida como trabalhadora agrícola ou não deseja para si esse papel, [...] que acaba por impulsionar as jovens a níveis mais elevados de educação e à migração para o meio urbano" (CARNEIRO, 2007, p. 60). Além disso, ainda segundo a autora os jovens que mais se mostram insatisfeitos com o campo são aqueles filhos de camponeses não proprietários, ou seja, a falta de condições financeiras de reprodução no campo, muitas vezes alimenta o desejo de uma vida nas cidades.

Nessa perspectiva, pode-se notar que a juventude camponesa também é multifacetada. Diante dessa pluralidade, chama-se atenção para juventude que vive e atua ligada ao Movimento Sem Terra, já que a história de formação do MST a nível nacional é marcada fortemente pela presença da juventude (MARTINS, 2009). De acordo com pesquisas de Silva (2012), Debiasi (2005) que discutem sobre os Sem Terra, era a juventude que conformava grande parte das lideranças do MST na década de 1980, eram jovens que em sua maioria se encontravam ligados à militância na Igreja Católica, como por exemplo, nas CEBs e CPT. Apesar de existirem também aqueles ligados ao movimento sindical e a partidos políticos.

Como mencionado anteriormente no primeiro capitulo, o MST surge em contexto de bastante agitação política no país, a crise da ditadura militar (1964-1985) o que levou ao fortalecimento de vários movimentos sociais existentes, e ao surgimento de outros tantos. A juventude que já atuava desde os tempos de maior repressão contra a ditadura, começa a se organizar em vários movimentos, entre eles o MST. No entanto, mesmo a juventude sendo uma categoria fundamental na formação do Movimento Sem Terra, este não tinha inicialmente um projeto voltado para esse grupo social, como afirma Martins (2009, p. 168):

> Observa-se, assim, que a juventude está presente na história do MST. Porém, isso se torna mais visível a partir da segunda metade dos anos de 1990, momento em que, nacionalmente, cresce o debate e ações em torno dos jovens bem como uma segunda geração de sem-terra passa a se constituir, ocupando espaços e trazendo novas demandas e desafios para o MST, provocando a necessidade de um debate específico sobre a juventude e sobre a sua participação.

Destarte, nota-se que mesmo a juventude sendo um setor que participou ativamente da formação do Movimento Sem Terra, não existia um projeto voltado para a mesmo dentro do Movimento. Segundo Martins (2009) mesmo com algumas exceções, o que se vê é que a geração de jovens que ajudou a construir o MST tornou-se adulta e passou a pensar e comandar o Movimento sem uma preocupação especifica com a juventude, não se entendia os jovens como indivíduos que muitas vezes teriam vivências e características próprias, e por isso necessitavam de espaços voltados e comandados por eles.

Como visto essa questão de se organizar um setor de jovens só vai surgir dentro do Movimento a partir da década de 1990, com programas de formação e atividades políticas voltadas, essencialmente para os jovens. Para isso, o MST buscou em obras clássicas de grande representantes do socialismo mundial, uma representação do jovem, seja na perspectiva de Mao Tsé Tung, Lênin, Fidel Castro e Che Guevara, onde os jovens eram colocados como aqueles que teriam mais força e energia para lutar contra a exploração (MARTINS, 2009). Assim, a juventude passa a ser vista de outra forma dentro do MST, sendo agora entendida como seguimento ativo dentro do processo.

Dessa forma, observando a juventude do MST pode-se conhecer um pouco mais sobre a juventude camponesa e como *fazem-se* Sem Terra, todavia como mencionado anteriormente, a literatura sobre os jovens do campo é escassa, e se tratando de Piauí é ainda mais. Portanto, é a através das memórias dos sujeitos pesquisados neste trabalho que é possível analisar as características dos jovens camponeses que habitavam o semiárido piauiense na década de 1980, e como protagonizaram o processo de formação e construção do assentamento Marrecas em São João do Piauí em 1989 e durante os primeiros anos da década de 1990.

Logo, para reconstruir elementos dessa juventude será necessário analisar a memória coletiva edificada pelo grupo dos assentados da Marrecas. Contudo, para isso faz-se indispensável uma discussão sobre memória e memória coletiva para que seja possível compreender como a mesma pode cumprir um importante papel como fio condutor para reconstrução da trajetória dos jovens camponeses no fazer-se Sem Terra.

3.2. UM DEBATE NECESSÁRIO: O CONCEITO DE MEMÓRIA COLETIVA E SUA RELAÇÃO COM A LUTA PELA TERRA

A memória é um campo de estudo que vem se desenvolvendo bastante nos últimos anos, a mesma constitui uma fonte fundamental na construção desse trabalho. Para reconstruir

a história das jovens lideranças do MST no Piauí e da ocupação Marrecas, parte-se da memória, principalmente a partir dos pressupostos de Halbwachs (2003), que entende a memória como as lembranças de algo vivido ou herdado, ou seja, aquilo que de alguma forma foi experiênciado pelo indivíduo ou pelo grupo do qual ele faz parte, e sempre em uma perspectiva coletiva, visto que para esse autor nossa memória é resultado das relações sociais (TIRIBA e MAGALHÃES, 2017).

O debate sobre memória vem sendo aprofundado por intelectuais de várias áreas do conhecimento há muito tempo. Entretanto, é depois da segunda guerra mundial, mas precisamente com o holocausto[76], que a memória vem ocupando um espaço especial nas discussões feitas por várias áreas do saber, como a História, Sociologia, Psicologia e Filosofia. Todas essas áreas do conhecimento debatem a questão (problema) da memória de forma a aproximar do seu campo de estudo (ASSMANN, 2011):

> Há mais de uma década se fala muito em memória, e isso é atestado por uma literatura técnica crescente cada vez mais densa. O interesse pela memória transcende as costumeiras fases de "temas da moda" na ciência. [...]. Essa variedade de abordagens da questão revela que a memória é um fenômeno que nenhuma disciplina pode monopolizar. O fenômeno da memória, na variedade de suas ocorrências, não é transdisciplinar somente no fato de que não pode ser definido de maneira unívoca por nenhuma área; dentro de cada disciplina ele é contraditório e controverso. "Memória é inexplicável", diz Virginia Woolf (ASSMANN, 2011, p. 20).

A memória é observada a partir de várias perspectivas. Para Halbwachs (2003), ela constrói-se coletivamente. Em seu livro, *Memória Coletiva*, esse autor discute sobre o processo de construção da memória (coletiva) e sua relação com a memória individual. Nessa relação, o autor deixa claro que mesmo o ato de lembrar sendo individual, a lembrança estaria inserida em quadros de referência que se constroem a partir dos grupos, ou seja, mesmo que

[76] Segundo, Assmann (2011) O holocausto assim como toda a segunda guerra mundial representou um momento de agudas transformações mundiais, essencialmente, na Europa. O extermínio do povo judeu, negros, LGBT's e outros grupos sociais, pelos nazistas, juntamente com varias outras atrocidades realizadas durante a guerra, tornaram a memória incapaz de tomar conta de tantas e tamanhas lembranças, ao mesmo tempo, as memórias (lembranças) desse período passaram a receber um espaço privilegiado na história. A busca por essas memórias (lembranças) trouxe dor, sofrimento, possibilitaram reafirmações, mas também esquecimentos, uma vez que, essa memória é seletiva. É importante observarmos também que essas memórias cumpriram um importante papel político no pós-guerra, mostrando, então, que a memória não é totalmente autônoma, mas está ligada, e muitas vezes, condicionada, a questões politicas, econômicas e culturais. Logo, assim como em outros momentos da história, a memória tornou-se estratégica, e no caso do nazismo a memória foi utilizada na construção de um projeto nacionalista alemão, ela funcionou como legitimadora do estado e do povo alemão, gerando como resultado o holocausto e o massacre do povo judeu. Esses últimos, hoje, a utilizam (a memória) para sua legitimação e reafirmação diante de outros povos como, por exemplo, os palestinos. Nesse sentido a construção da memória coletiva de um povo, assim como, de outras memórias, inclusive individuais, é algo em disputa, nas palavras de Le Goff (2008, p. 470), "Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder".

materialmente sozinha, as lembranças dos indivíduos se ancoram nas memórias construídas nos grupos:

> Examinemos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade (HALBWACHS, 2003, p. 72).

As memórias dos indivíduos se ancoram na coletividade, nas lembranças dos outros, ou seja, as lembranças se fortalecem quando se está dentro do grupo. Sendo assim, todos os lugares ocupados pelo ser humano estão repletos de memórias. Nesses espaços, constroem-se vários grupos que se estabelecem a partir das relações entre os indivíduos. Essa relação produz e é produzida por quadros de referências que posteriormente podem ser retomados para compreender parte do tempo e do espaço vivido.

É pensando a memória coletivamente a partir das relações com os outros que se assimila e se internaliza esses emolduramentos do passado, aonde ela vai se constituindo como um processo e não como algo estanque. A memória forma processos de compreensão que organiza temporalmente os eventos, ajudando muitos indivíduos a dividir o tempo em passado, presente e futuro, onde o presente se apresenta como releitura do passado.

> Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir repensar, com imagens idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, 'tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (BOSI, 1994, p. 55).

Assim sendo, a memória não é um ente isolado no espaço, ela está sujeita a dinâmica social que o presente constantemente impõe ao passado. Destarte, as memórias de um indivíduo ou de um grupo seria uma entre varias possibilidades do passado que vai se reconstruindo a partir dos materiais que se tem no presente, elas nunca são o passado em si, mas uma releitura do mesmo a partir dos contextos sociais em que o individuo ou grupo estão inseridos.

Fentress e Wickham (1992) em seu livro, intitulado *Memória Social*, aproximam-se de Halbwachs ao creditarem à memória um aspecto coletivo, entretanto discordam do papel pouco relevante atribuído ao indivíduo na teoria de Halbwachs. Esses autores, embora

defendam a ideia de uma memória construída a partir dos grupos que formam a sociedade, entendem os indivíduos como agentes do processo de construir sua própria memória, ou seja, eles acreditam que a memória é construída socialmente pelo indivíduo a partir de sua relação nos mais variados grupos, e que, por isso, não deveriam ser entendidas, apenas, como reflexo quase que unívoco de um grupo dominante sobre o indivíduo, como pensava Halbwachs:

> Portanto, um importante problema que se depara a quem quer que pretenda seguir Halbwachs neste campo é o de elaborar uma concepção de memória que, sem deixar de prestar plena justiça ao lado colectivo da vida consciente de cada um, não faça do indivíduo uma espécie de autômato, passivamente obediente à vontade colectiva interiorizada. É por esta razão (e também pra evitar a imagem de um inconsciente colectivo junguiano) que vamos usar normalmente a expressão "memória social" em vez de "memória colectiva", a despeito de a segunda expressão ser mais fácil de reconhecer (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.7).

A crítica de Fentress e Wickham é interessante, embora concordem com Halbwachs sobre a coletividade da memória, ao comentar sobre a relevância do indivíduo no processo de construção da memória, eles acreditam que o autor dá pouca ênfase ao papel do individuo na construção da mesma. Contudo, o próprio Halbwachs (2003) afirma que todo ato de lembrar é sempre individual, não desconsiderando, então, o indivíduo dentro do processo. Observa-se isso quando Halbwachs (2003, p. 96) afirma "é impossível que duas pessoas que presenciaram um mesmo fato reproduzam com traços idênticos quando o descrevem algum tempo depois".

Aqui nota-se que os indivíduos que lembram vão, de forma subjetiva, incorrer sobre a memória atualizações diferentes sobre o fenômeno descrito, por isso diz-se que a memória é seletiva, pois cada indivíduo seleciona e organiza sua memória de acordo com o grupo (coletividade) a qual faz parte. Entretanto, essa individualidade na memória não é construída sozinha, mas coletivamente a partir das relações que cada indivíduo tem com o grupo ao qual faz parte. Nesse sentido, tem-se lembranças diferentes de um único fato:

> A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se reproduzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos, ou seja, em definitivo, pelas transformações desses ambientes, cada um tomado em separado, e em seu conjunto (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Dessa forma, acredita-se que as memórias construídas pelos militantes do MST se inserem no pensamento de Halbwachs (2003); Fentress e Wickham (1992), corroborando a ideia de que mesmo na memória individual um fenômeno é marcado fortemente pela presença

do coletivo. Halbwachs, entretanto, também é bastante criticado por apresentar a memória como algo "harmonioso" negando, em certo ponto, as tensões entre os grupos e a relação desses com os indivíduos que os formam a memória coletiva para esse autor, seja ligada a um grupo específico ou uma nação, prima pela duração, continuidade e a estabilidade, isso, por sua vez, pode ser explicado por sua filiação à corrente sociológica durkheimiana:

> Com efeito, para Halbwachs, a identidade colectiva precede a memória, determinando àquela o conteúdo desta, considerando, portanto, que a identidade é estável e coerente. Nesta medida, negligencia a natureza dialógica, negocial, conflitual e intertextual quer da identidade quer da memória, o que reduz o poder explicativo da sua abordagem geral. Com efeito, toda a dinâmica processual decorrente das disputas ocorridas no palco social pela hegemonia da memória, ou seja, as lutas pela dominação, os conflitos, os interesses antagónicos subjacentes à construção social do passado, está ausente da análise de Halbwachs (PERALTA, 2007, p. 6).

Nessa perspectiva, nota-se a dificuldade de Halbwachs em analisar a memória como algo conflitante, contudo, acredita-se que, assim como as demais construções sociais, a memória é forjada nas disputas pelo poder. Logo, "A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória" (POLLAK 1989, p. 04). Isso significa dizer que as memórias na maior parte das vezes não são neutras. Elas podem ser manipuladas e alteradas de acordo com interesses de determinados grupos e classes sociais, e neste sentido, as memórias construídas pelo Movimento se formam em um campo de disputa entre os mais variados grupos e agentes sociais:

> Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 2013, p. 470).

Embora o autor se refira mais diretamente às sociedades onde há predominância da oralidade, é possível inferir que a dominação sobre a recordação e tradição de uma sociedade pode construir uma memória social que possibilita a dominação de um grupo sobre outro, principalmente, quando essa memória se torna oficial, carregando consigo toda uma legitimidade.

A memória enquanto campo de disputas políticas, sociais e culturais, etc., também recebe um espaço de destaque dentro do MST; sendo utilizada como algo que constrói e consolida valores defendidos pelos camponeses e seus militantes, como se verá no terceiro capítulo deste trabalho. A memória coletiva para o MST ajuda a construir e desenvolver o próprio Movimento. Ela se encontra ancorada nos quadros de referências construídos pelos militantes nos processos de ocupações, cursos de formações, lutas, rituais da mística, etc.

Nessa perspectiva, os Sem Terra valorizam a preservação e o cultivo da memória dos camponeses e do próprio MST, pois entende a importância de se cultivar a memória coletiva dentro do grupo para permanecer presente em seu cotidiano, as lutas realizadas no passado. Como se fossem um alimento subjetivo da consciência militante para se permanecer lutando pela democratização da terra e pela transformação da realidade social existente no campo:

> Cultivar a memória é mais do que conhecer friamente o próprio passado. Por isso talvez exista no MST uma relação tão próxima entre memória e mística. Através da mística do movimento os Sem Terra *celebram* a sua própria memória, de modo a torná-la uma experiência mais do que racional, porque entranhada em todo o seu ser humano. Fazer uma ação simbólica *em memória* de um companheiro que tenha tombado na luta, ou de uma ocupação que tenha dado início ao Movimento em algum lugar, é educar-se para sempre *sentir* o passado como seu, e portanto, como uma referência necessária às escolhas que tiver que fazer em sua vida, em sua luta; é também dar-se conta de que a memória é uma experiência coletiva: ninguém ou nada é lembrado em si mesmo, deslocado das relações sociais, interpessoais... (CALDART, 2000, p. 58-59).

Nesse sentido, o MST pensa a memória como elemento importante para constituir a identidade do grupo, e entende a necessidade de "cultivar" sua própria memória a partir da sua visão de mundo e seus princípios coletivos. Transportando para o campo da memória, os movimentos sociais de contestação, como o MST, podem ser inscritos na "abordagem da memória popular", que de segundo Peralta (2007) seria uma perspectiva do estudo da memória social compreendida "pelo facto de se concentrar na resistência popular a ideologia dominante" (PERALTA, 2007, p. 11). Neste sentido, os militantes passam a se entender como sujeitos do passado e construtores da sua própria história, a memória assume um papel cultural e político de unificação do Movimento (grupo).

Entretanto, antes de adentrar ao processo de interação entre o MST e a juventude camponesa do semiárido piauiense, que resultou na primeira ocupação dos Sem Terra no Piauí em 1989, se discutirá como esses jovens viviam antes de se tornarem lideranças do Movimento. Buscando entender quais elementos contribuíram para que fosse a juventude o

principal segmento social a liderar esse processo, assim como identificar fatores importantes para que isso acontecesse.

3.3. TECENDO AS MEMÓRIAS: JUVENTUDE CAMPONESA DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE NA DÉCADA DE 1980

Para analisarmos quem era a juventude e qual papel da mesma no processo de ocupação e formação do assentamento Marrecas é necessário que primeiro se compreenda quem são os sujeitos utilizados como porta-vozes dessa história. Como mencionado na introdução deste trabalho, as entrevistas realizadas na pesquisa tiveram como foco pessoas adultas que durante o período da ocupação eram jovens lideranças dentro do MST no Piauí.

Desta forma, um dos primeiros pontos a salientar é que esses sujeitos entrevistados, antes de residirem na Marrecas, pertenciam a diferentes cidades do semiárido piauiense, Inácio e Maria de Jesus eram de Curral Novo; Anísia, José Ivan e Arcanja eram de Simões; Arlindo era de Pio IX; Benezete era de Padre Marcos, como mostra o mapa abaixo. Isso significa que embora compartilhando de muitos elementos que faziam parte das vivencias de ser camponês naquela região (semiárido), cada um apresenta, antes de morar na Marrecas, e até mesmo depois, morando na Marrecas experiências de vida diferentes.

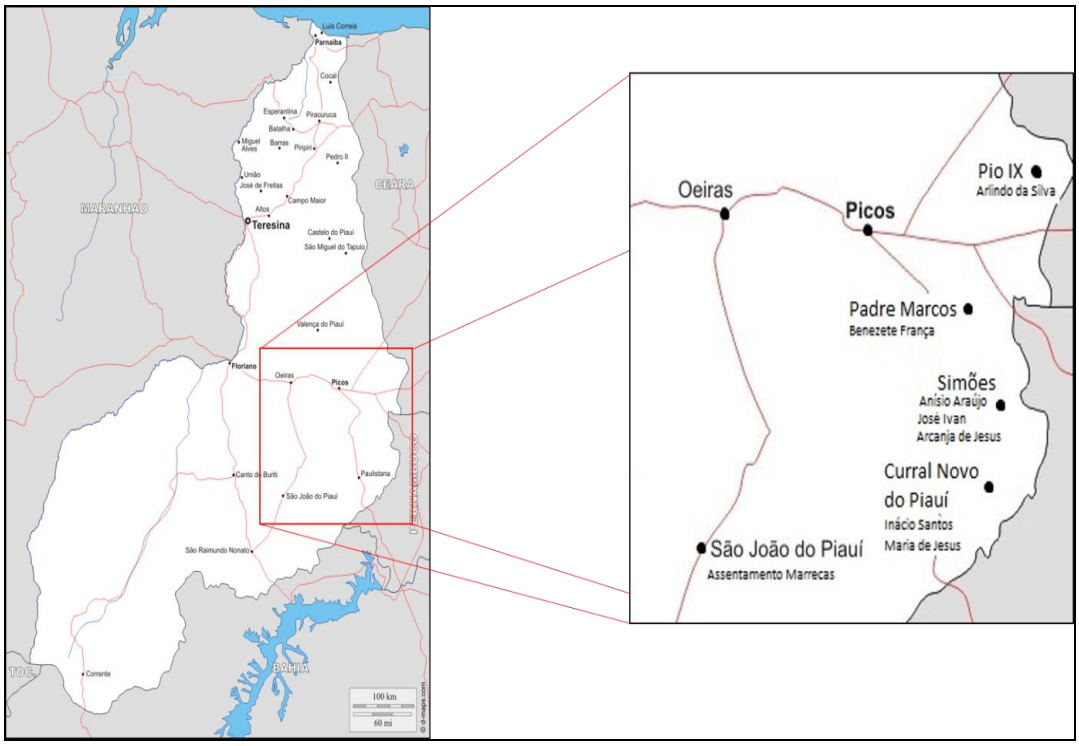

Figura 03 - Mapa do Piauí e da região sudeste (semiárido) do Estado, apresentando a localização das principais cidades que são trabalhadas na pesquisa. Fonte: Google Maps, editado.

O mapa apresenta que a maior parte das jovens lideranças veio de cidades próximas entre si e tendo como expoente regional a cidade de Picos – PI. Sabendo disso, passa-se à discussão apresentando algumas características marcantes da região. Nesse sentido, observa-se que as memórias dos camponeses que viviam, principalmente, na região do semiárido piauiense, durante os anos de 1970 e 1980, apresentam como marca coletiva dois pontos, o primeiro é a *concentração de terras* nas mãos de poucos latifundiários, o que resulta em um grande número de pessoas sem-terra, o segundo consiste na *seca* que castiga o camponês que necessita de água para sua subsistência:

> A "seca" é fundamentalmente um fenômeno de inadaptação da produção agrícola às condições do meio ambiente. [...]. A monopolização do acesso à posse e uso da terra, bastante agravada nos últimos anos, impõe duras restrições aos produtores. A produção agrícola, garantida, sobretudo por pequenos proprietários, pequenos posseiros e trabalhadores sem terra, encontra na estrutura fundiária seu maior percalço, após a inadaptação às condições ambientais (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987, p. 95).

Essa realidade perdura no semiárido piauiense, desde os conflitos entre posseiros e sesmeiros no século XIX, como mencionado no primeiro capítulo. Nesse cenário de dificuldade socioeconômica, vivenciada pelos camponeses piauienses, os conflitos pela terra tornaram-se cada vez mais constantes, pois aqueles que não enfrentavam os grandes latifundiários passavam a viver a partir da venda de sua força de trabalho em troca de sua sobrevivência e de sua família, ou migravam em direção à capital do Estado e ao eixo Rio-São Paulo. E essa realidade pode ser observada nos documentos que constituem o Dossiê sobre a seca no Piauí nas décadas de 1980/90:

> Trabalhadores rurais em vários municípios do Piauí são mantidos em regime de semi-escravidão e em outros chegam até mesmo a uma situação parecida com escravidão por latifundiários e grandes proprietários de terras. [...]. Segundo o bispo de Picos, este tipo de regime a que são submetidos os trabalhadores do campo se verifica principal nos municípios de Pio IX, Miguel Alves, Barras e Luís Correia (DOSSIÊ A SECA NO PIAUÍ, 1998).
>
> A falta de chuvas regulares, de incentivos agrícolas e de uma política fundiária séria tem levado desde há muito tempo o homem do campo a procurar as grandes cidades em busca de abrigo para as condições miseráveis em que vive. Segundo a assistente social Ana Maria Ennes, da Fundação Municipal de Saúde, "isto é o reflexo da situação sócio-econômica e política pela qual passa o país, com o capitalismo selvagem e sem política fundiária séria que fixe o homem ao campo através de condições de infra-estrutura

> para o plantio gerando fluxo migratório do campo para cidade" (DOSSIÊ A SECA NO PIAUÍ, 1998).

O Dossiê revela uma realidade presente no campo piauiense durante o final da década de 1980 e início da década de 1990, dessa forma, o campo piauiense refletia de forma cruel a luta pela sobrevivência. Como mostra o Dossiê, os camponeses não suportando a exploração dos grandes proprietários de terra, e a vida miserável que levavam com suas famílias no campo abandonavam-no a procura de dias melhores nas cidades, embora na maioria das vezes não os encontrassem.

A experiência vivenciada por parte do campesinato piauiense, principalmente aqueles residentes das regiões que correspondiam ao polígono da seca[77], deixou marcas profundas na vida de homens, mulheres, jovens e crianças camponesas. Essas marcas encontram-se vivas nas memórias individuais e coletivas daqueles que tiveram familiares que morreram por falta de políticas públicas que resolvessem as necessidades de suas famílias. As lembranças indicam que a morte era presente no cotidiano das famílias camponesas, como lembra Inácio:

> […] meu pai e minha mãe cuidavam muito de mim, porque olha antes de mim ter, meu pai teve 17 filhos né, e só teve 5 [continuaram vivos], naquele tempo morria de qualquer doença, qualquer epidemia que dava na região morria e nós só sobramos 5 com muita dificuldade de 17. Então foi assim bastante cuidado dos pais né, bastante cuidado […] (INÁCIO, 53 anos, 2017).

Logo, ao iniciar esta análise observou-se que a difícil realidade vivenciada pelos jovens camponeses do semiárido piauiense, aprofundada pelas transformações nas relações de trabalho e no modo de vida dos mesmos, como apresentado no primeiro capítulo e nos trechos do Dossiê, os levava a experiências dramáticas. A luta diária de seus pais para garantir o sustento da família, ante a exploração dos grandes proprietários de terras, alimentava o sonho da conquista do seu próprio "pedaço de chão" para plantar, assim como também nutria o desejo de transformar o campo em um lugar melhor para se viver:

> Assim, a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade. Aprenderam a ver

[77] Compreende uma vasta região do território nordestino e parte de Minas Gerais, abrangendo mais de mil municípios, que tem características como: baixo índice pluviométrico, solos com alto índice de aridez e vegetação da caatinga, entre outras características. É reconhecida através de legislação por sofrer sucessivos períodos de estiagem, necessitando assim de políticas públicas específicas de combate à seca, por parte dos governos. Ver IBGE <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiarido.shtm>.

> suas vidas como parte de uma história geral de conflitos entre, de um lado, o que se definia vagamente como "classes industriosas" e, de outro, a Câmara dos Comuns não reformada (THOMPSON, 2012, p. 414-415).

Thompson nos mostra em suas obras, o papel fundamental da experiência no processo do *fazer-se* classe, esse processo apresentado por ele pode nos ajudar a compreender o *fazer-se* desses jovens, assim como do Movimento Sem Terra no Piauí, o qual será apresentado no próximo capítulo. É nesse cenário que a experiência vivida se confronta e transforma a experiência percebida, produzindo um processo de construção histórica da consciência do grupo.

Essas experiências possibilitam aos camponeses se entenderem como sujeitos dentro do processo de transformação de sua própria consciência. Resultado disso é a compreensão da existência de lados antagônicos (latifundiários x camponeses) entre os grupos que compõem o campo. Além disso, a partir das entrevistas observou-se que os jovens camponeses que protagonizaram a construção do assentamento Marrecas e o próprio MST, se organizaram a partir de um modo de vida e cultura comum ao campesinato, o que possibilitou o *fazer-se* camponês Sem Terra.

Nesse sentido, quando procura-se conhecer esses jovens, os mesmos se apresentam como indivíduos que tiveram uma juventude de dificuldades, marcada pela fome e as necessidades de toda natureza, como por exemplo, falta de serviços públicos como escolas para que pudessem trilhar a vida escolar. Por se tratar de uma região do polígono da seca a falta de água potável era um dos grandes problemas enfrentados pelos camponeses:

> E era sufrido a gente lá [Curral Novo – PI], às vezes não tinha água, a gente ia buscar na distancia de 12 quilômetros, a água para beber, pra lavar. Era muito sofrida a vida lá, mas a gente era feliz [...], a gente brincava, trabalhava, ajudava os pais, respeitava muito também (MARIA de JESUS, 51 anos, 2017).

> Porque antigamente quando a gente era novinho ninguém sabia o que era isso [as coisas que hoje eles tem acesso no MST, como por exemplo, acesso a educação], ninguém estudava, ninguém viajava, ninguém saia de casa, só de casa pra roça, a gente foi muito sofrido, não tinha como sobreviver bem. A gente sobreviveu porque Deus é bom né, a alimentação era muito frágil, a gente trabalhava para sobreviver comprar algo pra comer, porque lá [zona rural de Simões – PI] não tinha o rio, e a terra era infértil, não conseguia produzir muito (ARCANJA, 56 anos, 2017).

Como pode-se notar as lembranças sobre as precárias condições de vida durante a infância e juventude foi algo que marcou a vida dos entrevistados, enquanto uma memória

coletiva do grupo, pois permanece presente e é compartilhada pela maior parte dos assentados que participaram da pesquisa, e isso é possível pela força e união do grupo do qual os mesmos fazem parte.

A narrativa de Arlindo sobre a alimentação que se tinha naquela época centrada apenas em "mandioca, carne de bode e leite de cabra" também revela as dificuldades de quem vivia no semiárido piauiense. Além disso, a questão da terra, ou melhor, a falta de terra cultivável para garantir o sustento dos camponeses, consistia em mais um elemento que dificultava a vida dos mesmos daquela região. Assim sendo, enquanto alguns relatam que seus pais tinha um pequeno lote de terra, mas que na maioria das vezes era insuficiente para manter toda a família, outros não tinham terra e trabalhavam como meeiros[78] ou diaristas[79] para grandes fazendeiros de suas localidades.

Com todas essas dificuldades, as narrativas mostram que a maior parte dos jovens camponeses daquela região começava a trabalhar na lavoura ainda na adolescência. Segundo Anísia "a maioria dos jovens naquela época era de casa para roça, porque nem todos tinha condição de estudar". Contudo, nota-se um elemento interessante, dos jovens que depois se tornaram lideranças do movimento Sem Terra no Piauí na segunda metade da década de 1980, maioria deles por motivos singulares se envolveram menos no trabalho agrícola, que seus irmãos ou outros jovens de suas regiões.

Isso não significa que os mesmo não fossem para roça, mas que essa atividade não tomava todo seu tempo, nos caso de Arcanja e Anísia, isso se dava porque desde a adolescência, as mesmas trabalhavam como professoras; já os irmãos Inácio e Maria de Jesus passavam a maior do tempo em casa, pois devido ao número elevado de mortes de seus irmãos mais velhos recebiam cuidados especiais dos pais; já Arlindo que por ter irmãos mais velhos que ajudavam mais seu pai na roça ficava mais em casa tomando conta dos irmãos menores, entre eles a maior exceção era José Ivan que trabalhava o dia todo na roça e estudava a noite:

> Então tinha a cidade que era um pouco distante e a gente tinha que trabalhar durante o dia na roça e aí pra estudar no ginásio tinha que ser à noite, então a gente tinha que se deslocar também depois que chegava do trabalho tinha que se deslocar a até a cidade (JOSÉ IVAN, 56 anos, 2017).

[78] Camponês (agricultor) que trabalha em terras que pertencem à outra pessoa, via de regra um grande proprietário de terras. Geralmente, o proprietário fornece a terra e o camponês realiza todo o trabalho, ao final a produção e repartida de acordo com o que foi acordado entre as partes (LIMA, 2017).

[79] Modalidade de trabalho rural em que o camponês (agricultor) presta serviços temporários a um proprietário de terras, geralmente nos períodos de colheitas onde a necessidade de mão de obra é maior (MOURA, 2000)

Outro elemento possível de observar a partir dos relatos é que a maior parte destes jovens tinha ao menos concluído o antigo primário[80]. E isso foi fundamental para que participassem das formações promovidas por entidades como a CUT e a CPT e do próprio MST, como se verá no terceiro capítulo. Entretanto, pode-se inferir que embora as juventudes fossem vivenciadas em localidades diferentes, os problemas eram muito semelhantes, dessa forma, os relatos mostram também, como esses jovens tiveram dificuldades para permanecerem estudando na zona rural, e a maioria acessava a escola com distorção idade/série, e isso acontecia por vários motivos, como ter que ajudar os pais na roça ou pela falta de escola na região.

> [...] meus pais são agricultores né, trabalham na roça, eu também trabalhava na roça, ao lado deles desde pequeno, e não tive oportunidade naquele momento de ter um estudo mais aprofundado, não tinha acesso à escola naquele período, só aos doze anos foi que eu consegui ir a escola, um mês de escola particular na época, pra poder me alfabetizar (BENEZETE, 50 anos, 2017).

> Aí a gente teve muita dificuldade né, de estudar, porque naquela época as escolas eram pouca e distante né, não tinha a facilidade né, os alunos não tinha acesso e a facilidade de ter acesso a escola como a gente tem hoje. A gente estudava em uma casa particular, professor pago também na maioria das vezes pelas famílias né, e era também distante, a gente andava uma légua [unidade de medida, equivalente a 6 Km], era seis quilômetros todo dia a pé, porque não tinha transporte né (JOSÉ IVAN, 56 anos, 2017).

A partir das narrativas acima se observa que a maioria não acessava inicialmente a educação formal, tratavam-se de aulas particulares, nas quais, na maioria das vezes, os pais se juntavam para contratar alguém que pudesse alfabetizar seus filhos. Nota-se então a falta de serviços públicos no campo, e a dificuldade de acessar um direito social, a educação, ou seja, a falta de politicas públicas voltadas para os jovens camponeses os forçava a procurarem outras formas de acesso à educação.

Destarte, de acordo com Anísia mesmo os que acessavam a escola só podiam chegar a 4° série do ensino fundamental, e ainda que todos os entrevistados desejassem continuar os estudos, isso seria quase impossível. É diante de tal realidade que muitos pesquisadores como Castro (2009) defendem mais investimentos em educação no campo para superar o problema do analfabetismo e possibilitar a permanência de jovens no campo. Todavia, a realidade era diferente naquela época, uma vez que, na maior parte das localidades quando tinha escola,

[80] Terminologia utilizada pelos entrevistados ao se referirem aos primeiros anos da educação formal, corresponde às séries iniciais do atual Ensino Fundamental. Na época descrita pelos entrevistados representa da 1° a 4° série, que atualmente seria do 2° ao 5° ano do Ensino fundamental.

essas só eram da 1° a 4° série do ensino fundamental, e como se tratavam de camponeses quase sem nenhum recurso financeiro, a possibilidade de continuarem seus estudos na cidade era inviável:

> E ainda tinha mais uma, por exemplo, nós que morava na zona rural só era até a quarta série, chegou na quarta série parou todo mundo, tanto que eu vim fazer o magistério, depois que eu cheguei aqui [Marrecas], aqui eu fiz o magistério, porque lá [na cidade de Simões – PI] só estudava negócio de ginásio [5° a 8° série], que antigamente era ginásio, hoje é ensino fundamental, mas antigamente era ginásio, só quem estudava ginásio era os filhinho de papai que podia botar na cidade, no interior não tinha (ANÍSIA, 56 anos, 2017).

Ainda de acordo com os entrevistados muitos não queriam parar com a educação formal, pois não queriam trabalhar apenas na roça, porém a dificuldade para "continuar os estudos", como visto, fazia com que muitos pensassem em sair do campo, pois acreditavam que na cidade isso seria mais fácil. Esse pensamento corrobora com o que afirma Carneiro (2007, p. 63) onde "Mesmo não relacionando seu futuro à agricultura, muitos jovens preferiam continuar morando na localidade rural, mas sem abri mão do acesso à educação e os novos campo do conhecimento [...]".

Além disso, as narrativas mostraram que o desejo de "continuar os estudos" foi um motivador para que, posteriormente, muitos jovens participassem do processo de organização do MST, como será visto no próximo capítulo. Pois acreditavam que com o Movimento poderiam ter mais força para lutar pela educação no campo, uma vez que, a educação era um setor muito valorizado dentro do Movimento Sem Terra. Assim, muitos como é o caso de Arcanja agradecem ao MST, o fato de terem conseguido continuar com a educação formal, e assim chegar e concluir o ensino superior:

> Na minha vida [o MST] foi tudo né, porque a partir dele que, acho que eu sinto que eu nasci, a minha visão foi outra né, eu cresci comecei a estudar, cheguei a me formar, trabalhar. Hoje eu estou em casa, mas tô muito feliz porque a formatura que eu tive me ajudou a superar a dificuldade que eu fiquei [hoje Arcanja tem alguns problemas de saúde e estar aposentada], eu sinto muito isso (ARCANJA, 56 anos, 2017).

Esse sentimento pelo Movimento pode ser entendido pelo fato de o MST não está apenas preocupado com a conquista da terra, mas também lutava por outros direitos que historicamente foram negados aos camponeses. Logo, como afirma Maria de Jesus, a luta deles quando iniciaram no MST não era só por terra, mas por todos seus direitos como água e

educação, e no caso deste último pode-se dizer que eles conseguiram avançar bastante. E essa preocupação dos jovens e do Movimento com educação pode indicar os motivos de Marrecas haver sido a primeira comunidade rural da região a conseguir o ensino fundamental e também o ensino médio.

É importante salientar que as narrativas de cada assentado entrevistado são construídas a partir das memórias que cada indivíduo acessa durante processo de lembrar. Portanto, no decorrer das entrevistas pôde-se observar que memórias sobre o período anterior a ocupação não apresentam a mesma profundidade e não se complementam como as memórias trazidas a tona sobre o período pós-ocupação que será visto no capítulo seguinte. Isto de acordo com Halbwachs (2003) acontece por alguns fatores, entre eles a mudança no espaço em que se vivia:

> Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura; nossas impressões se sucedem umas às outras, [...]. Diremos que realmente não há grupo nem gênero de atividade que não tenha alguma relação com o lugar – ou seja – com uma parte do espaço (HALBWACHS, 2003, p. 170).

Nesse sentido, pode-se inferir que a memória é reforçada diariamente pelo espaço material que os rodeia, e que a dificuldade que os entrevistados têm de trazer à tona as lembranças do período anterior a ocupação, resulta em parte pela mudança de sair de um lugar para outro. E ainda segundo Halbwachs (2003) esta mudança geralmente traz rompimento com alguns grupos dos quais os indivíduos faziam parte, tornando mais difícil o retorno aos quadros de referências que foram construídos coletivamente a partir dos grupos que se tinha relação antes da alteração do espaço.

Outro ponto interessante é que as lembranças sobre lazer dos jovens nesse período mostram que esse aspecto ocupou pouco espaço na vida dos mesmos. O trabalho precoce talvez ajude a entender isso, pois como visto Anísia e Arcanja começaram a trabalhar como professoras ainda na adolescência, enquanto os demais dividiam seu tempo entre a roça e a dificuldade de conseguir estudar:

> É a diversão que nós tínhamos era futebol, caminhava três quilômetros pra jogar bola aos sábados e domingos, jogar bola com vinte anos logo eu tive estiramento muscular e parei, eu chorava. E aquelas festinhas mesmo, as festas que tinha (INÁCIO, 53 anos, 2016).

O Inácio foi um dos poucos a falar sobre lazer durante a juventude, e que se resumia a futebol e poucas festas. Os demais quando perguntados diziam que não tiveram muito tempo para isso, ou seja, o lazer parece ter sido algo distante da realidade daqueles jovens, entre os entrevistados apenas dois falam rapidamente sobre as atividades que eram realizadas pelos jovens de suas comunidades. Um deles foi Inácio que apenas fala rapidamente como se pôde observar acima, o outro foi Arlindo cujas lembranças trazem consigo um sentimento de frustração:

> Antes dos dezoito anos, com quinze, dezesseis anos eu já militava com quatorze [...] Então foi um pouco isso né, eu não tive tempo pra jogar bola, pra ir a festa, é pra viajar pra fora, os jovens daquele tempo da minha idade, os primos quando inteirava dezoito anos que tiravam documentos, o primeiro sonho deles era ir embora pra São Paulo. Lá ele ia ganhar dinheiro pra comprar um relógio, um toca fita, umas roupas calça jeans né. É eu quase rapazinho vestia volta o mundo, não sei se tu lembra do tecido chamado volta o mundo, tergal né, o tergal, sapato é nesse tempo os sapatos era quechute, umas congas, bascateira e o sapato zuca brás, lembra? (ARLINDO, 48 anos, 2017).

Os relatos de Arlindo sobre o lazer trazem outra relevante questão que atravessou e ainda atravessa a juventude daqueles jovens que vivem no campo, trata-se da saída do campo para a cidade, principalmente, para os grandes centros urbanos. Embora esse não seja o objetivo central deste trabalho, discutir a migração campo-cidade, esse foi um componente presente na vida daqueles jovens, como afirma Arlindo em sua fala, que diz que grande parte dos jovens tinha como sonho sair o quanto antes do interior em direção a São Paulo, para poder ganhar dinheiro.

A migração de jovens do campo em direção à zona urbana, principalmente, em direção aos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, era uma das poucas saídas encontradas pelos mesmos para sair do julgo dos grandes proprietários de terra, ou ter uma maior autonomia com relação aos pais. Segundo alguns autores como Weiseheimer (2005) a temática da migração é uma das discussões mais abordadas quando se fala em jovens camponeses, e de acordo com o autor os motivos para o fenômeno do êxodo rural de jovens são variados, como também demonstra Brumer:

> [...] os motivos dos jovens em sua decisão de sair do meio rural, que enfatizam suas representações negativas sobre a atividade agrícola substanciadas em dificuldades concretas: baixos rendimentos, dificuldade de acesso à terra, dureza do trabalho e das condições de vida [...] (BRUMER, 2007, p. 50).

Assim de acordo com a autora pesava e ainda pesa sobre essa decisão fatores estruturais, como a falta ou precariedade dos trabalhos agrícolas, que se tornaram mais evidentes com o desenvolvimento do agronegócio, um dos responsáveis pelo aprofundamento da questão agrária no país, como visto no capítulo anterior. Brumer ainda chama atenção para a questão dos atrativos que a cidade apresenta e que por fazerem parte do imaginário de muitos jovens também os estimula a deixar o campo.

Deste modo, os motivos que levam os jovens a abandonar o campo em direção aos grandes centros urbanos são variados e isso segundo os entrevistados acontecia com frequência em suas comunidades. A falta de perspectiva no trabalho desenvolvido na maioria das vezes em terras que não pertenciam aos seus pais fazia com que muitos jovens fossem embora. Além disso, a vontade de continuar a educação formal era outro motivo que fazia com que aquela juventude pensasse em sair do campo.

Ainda sobre a migração campo-cidade, Wanderley (2007) apresenta a problemática da renda, uma vez que em pesquisa com jovens camponeses no Sul do país, a mesma constatou que falta de autonomia dos jovens camponeses com relação à figura paterna também era um dos problemas apontado pelos pesquisados para o abandono do campo, pois os jovens queriam ter acesso a uma renda própria. Ou seja, a cultura de que são os adultos (pais) que administram a produção e a renda da família, muitas vezes desestimula a permanência dos jovens no campo.

Logo, a problemática da renda também foi apontada pelos entrevistados como causa para saída de muitos jovens do semiárido piauiense. Entretanto, no caso dos jovens entrevistados, e que se tornaram lideres políticos de suas comunidades no final da década de 1980, foi justamente a centralização das atividades produtivas e da renda nas mãos do pai, que os possibilitou terem mais tempo “livre” para se envolver nas atividades da igreja e nos movimentos sociais, como se verá no capítulo seguinte.

Destarte, mesmo a migração sendo uma constante entre os jovens, apenas um dos entrevistados migrou, isso antes de conhecer o MST, e segundo ele a experiência embora tendo sido curta foi importante para observar como se organizavam os grandes movimentos sindicais na região Sudeste do Brasil, além de servir como estimulo para seu engajamento nos movimentos sociais e sindical:

> Numa ida que fui a São Paulo eu vi os movimentos das greves dos metalúrgicos lá, tanto do ABC paulista como da Grande São Paulo né, e eu

> ficava assim, sem saber como é que aquele pessoal conseguia reunir tanta gente, aí foi que um colega meu falou, que eles fazia parte de um sindicato, então quando eu retornei para o Nordeste, eu passei pouco tempo lá, que eu retornei para o Nordeste, eu procurei a me ingressar no sindicato (JOSÉ IVAN, 56 anos, 2017).

Por sua vez, os demais entrevistados mesmo com possibilidades de migrar optaram por permanecerem em suas comunidades junto às suas famílias. E o desejo pela permanência no campo passa a ser ainda maior quando esses jovens entram em contato com o MST, pois a partir de então, de acordo com Maria de Jesus, passam a ter um objetivo maior "que era ocupar uma terra e ter não só a terra, mas a gente conseguir outros direitos básicos que a gente precisava".

Voltando ao lazer dos jovens camponeses, observa-se que de acordo com as narrativas, as atividades mais prazerosas que eles realizavam estavam ligadas a Igreja Católica, mostrando que a religião ocupava assim um espaço de destaque durante a juventude dos mesmos. A Igreja representava o espaço mais frequentado por aqueles jovens, aonde eles tornavam-se catequistas[81] ou lideres de grupos de jovens em suas comunidades, e participavam das Comunidades Eclesiásticas de Base. Nota-se que todos demonstravam uma grande satisfação ao falar que participavam dos grupos da Igreja durante suas juventudes.

> Aí eu era jovem nesse tempo com dezoito anos pra fazer um trabalho com a juventude né, e com os idosos também, a gente dirigia a comunidade, fazia celebrações e fazia alguns encaminhamentos dentro da comunidade e a partir daí a gente foi amadurecendo né, na vida pública (ARCANJA, 56 anos, 2017).

> Nesse tempo minha mãe era dirigente da comunidade, então nós começamos a trabalhar no catecismo, eu fui catequista, depois coordenador do grupo de jovens, inclusive o maior grupo de jovens do município, maior até que na cidade, depois ainda muito jovem com dezesseis anos, só depois com dezessete anos comecei a participar da delegacia sindical na comunidade. (ARLINDO, 48 anos, 2017).

> Era na Igreja Católica, as CEBs era muito forte naquela época que nós morava lá [Curral Novo – PI], e era muito importante para juventude, a juventude toda participava, porque todo mundo era ligado as comunidades [CEBs], e era bom (MARIA de JESUS, 51 anos, 2017).

> Minha militância se deu, sobretudo na Igreja. Todos vieram de Igreja [refere-se aqueles que tornaram-se liderança na Marrecas], todos eram da Igreja. O grupo de jovens desse tempo era muito forte, o grupo de jovens era forte e

[81] Pessoas que ensinam alguma doutrina religiosa, no caso em questão são os ensinamentos bíblicos e coisas ligadas a Igreja Católica.

> antes do Movimento [MST] nós já fazia manifestação na cidade [Curral Novo – PI] né (INÁCIO, 53 anos 2016).

Interessante notar que os relatos acima se complementam, e mesmo que a maioria pertencesse a localidades diferentes como demonstrado anteriormente no mapa, todos os entrevistados, sem exceção, conheceram a luta pela terra e por meio da Igreja, seja a partir dos grupos de jovens ou das CEBs. É importante salientar também, segundo narrativas, que a liderança em suas comunidades, era possível porque os mesmos sabiam ler e escrever o que facilitava o desenvolvimento de suas atividades na Igreja:

> Então eu acho que eu não sei se é porque nós somos pessoas, como por exemplo, o Arlindo é de Pio IX [PI], o Benezete é de Padre Marcos [PI], eu sou de Simões [PI], eu e a Arcanja, o Inácio é de Curral Novo [PI], Antônio era de Pio IX [PI], aí parece que a cada lugar despertou assim aquela curiosidade de pessoas, desses jovens, de puxar assim uma luta, de mostrar para o pessoal que era possível a gente melhorar a nossa condição de vida né (JOSÉ IVAN, 56 anos, 2017).

Nesse sentido, as lembranças de José Ivan revelam que a juventude camponesa do semiárido piauiense a partir das CEBs e CPT, mesmo antes de conhecer MST, já passava a entender que era necessário se organizar para lutar pelos seus direitos em suas comunidades, mesmo que isso acontecesse ainda sem muita força. Portanto, mesmo antes de organizarem o MST no Estado, os mesmos já desenvolviam atividades de luta em suas regiões, como a luta por água, estradas, educação e outros serviços públicos, assim como já desenvolviam atividades contra a concentração fundiária:

> Eram os jovens, eu lembro de mim [Arlindo], o Francisco de Paulo que hoje também mora aqui em São João do Piauí, o Elias que já foi embora, vários outros companheiros que ficaram lá no município [Pio IX] né, então nós fizemos também uma Romaria da Terra[82] rumo a BR 020, na Serra da Covadonga, para repudiar a concentração de terra (ARLINDO, 48 anos, 2017).

A forte presença dos jovens nos movimentos sociais do campo, apresentada por Arlindo corrobora com ideia de que os mais velhos viam muitas vezes na juventude o potencial para reprodução e manutenção da vida no campo. "[...] a categoria "jovem" é

[82] As Romarias são atividades simbólicas, praticadas em sua maioria pelos católicos para alcançar alguma graça ou para estar em comunhão com os irmãos. Já a Romaria da Terra tem um caráter coletivo, ligada à reflexão da desigualdade no campo e luta pela terra, estão alicerçadas nas ideias do Concilio Vaticano II. No Brasil a CPT realiza Romarias da Terra desde 1978 e sempre com um caráter ecumênico, no Piauí a CPT estadual realizou sua primeira Romaria da Terra em 1988, na cidade de Oeiras, com o lema: Terra, Água, Justiça: Clamor dos Pobres. Ver CPT <https://www.cptnacional.org.br/romarias>.

fortemente valorizada e constantemente acionada nos discursos dos pais e dos movimentos sociais rurais, associada à renovação e ao *futuro* [...]" (CASTRO, 2009, p. 39). Assim pode-se notar que ao mesmo tempo em que a juventude é vista como imatura, paradoxalmente, também é entendida como um grupo importante para manutenção e ampliação dos direitos dos camponeses.

A relação destes jovens com a Igreja e a participação dos mesmos nos movimentos camponeses, foi materializada, principalmente a partir da Comissão Pastoral da Terra do Estado do Piauí. A CPT foi formada no Piauí a partir de 1978, buscando responder as necessidades dos camponeses piauienses, tinha entre seus objetivos, organizar os camponeses e procurar alternativas que solucionassem os frequentes confrontos pela terra, entre os latifundiários e os camponeses.

Além disso, a Pastoral da Terra também assumiu um papel importante no combate à seca, e na luta pela democratização do acesso à água no Estado. Por fim, a entidade cumpriu um papel central na construção de movimentos sociais rurais no Piauí, como o Movimento Sem Terra (como será exposto no terceiro capítulo) e MMTR (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais):

> Foi assim que a CPT Piauí deu seus primeiros passos em 1978, com uma Comissão Provisória. Era formada inicialmente por Pe. Sandro, Ir Rosa e Suzana. Foi ampliada, mais tarde, com outros (ir. Nair, de campo Maior; Pe. Ladislau, de Esperantina; Pe. Nery, de Valença; Josino Petronilo, lavrador de Picos; João Batista, lavrador de Barras). Todos eles começaram a visitar as áreas de conflito e comunidades rurais e se encontravam de forma permanente. Esta ação pastoral, que dava continuidade a outras já existentes, não nascia à margem da Igreja. Contudo, não surgia por determinação da hierarquia. Partia da convivência dos agentes de pastoral com a realidade do povo. [...]. A CPT não nasceu como movimento, mas como um serviço: um grupo de agentes para servir e lutar em favor de uma classe específica do povo, isto é, os pobres da terra. [...] (CARTILHA CPT, 2004, p. 08).

A partir de sua construção a CPT passa a representar, no Piauí, a principal organização na luta pelos direitos dos camponeses, criando e fortalecendo espaços para o desenvolvimento de ações em favor dos pobres do campo. Seu caráter ecumênico, e a participação de pessoas que não faziam parte do corpo eclesiástico da Igreja Católica, também facilitaram a abrangência e crescimento da organização, pois a mesma apoiava os sindicatos rurais que se apresentavam ao lado dos camponeses, e juntos foram os responsáveis pela criação das Romarias da Terra no Estado.

Figura 04 - Imagem sobre a Romaria da Terra em Oeiras no ano de 1988. Fonte: Acervo do MST - PI.

As Romarias da terra se constituíram como um grande aglutinador dos camponeses que passavam a se organizar no campo piauiense. Além disso, foi uma das principais atividades, onde os jovens camponeses participantes desta pesquisa se conheceram e iniciaram a troca de experiências sobre as lutas empreendidas por eles em suas comunidades:

> E uma das coisas que eu não disse aí nós era de vários municípios e se conhecemos, começamos a se conhecer nas Romarias da Terra, que era organizada pela CPT [...]. Então em uma Romaria da Terra, que teve uma em Oeiras, teve gente de vários municípios, aí lá o pessoal disseram que de alguma caravana, se alguém queria dizer alguma coisa, então, por exemplo, de Simões [PI] foi eu, embora tivesse até pessoa do sindicato, mas foi eu que, eu vi todo mundo dizendo, não é possível que Simões vai passar batido, eu vou pegar esse microfone, peguei o microfone e falei, aí todo mundo me aplaudio, muito bom rapaz, você é muito inteligente pra ser tão jovem, aí assim e assim foi por exemplo, o compadre Arlindo também, a leitura dele era pouca, mas ele tinha um talento, parece que ele já foi mesmo de, uma coisa mesmo, um dom de dado por Deus (JOSÉ IVAN, 56 anos, 2017).

Observa-se que a partir dessas atividades e outras várias realizadas pela CPT e os sindicatos rurais em meados da década de 1980, os jovens foram se destacando e passaram a serem cada vez mais convidados para participarem de atividades políticas. Segundo as

narrativas isso aconteceu, principalmente a partir da segunda metade da década de 1980. Entretanto, de acordo com Arlindo, isso só foi possível porque esses jovens abdicaram de muitas coisas durante suas juventudes:

> Então, eu falei já na minha entrevista que eu na minha juventude eu não tive tempo pra decidir o quê que eu tinha que fazer na minha juventude individual, eu sempre tive envolvido em ações coletivas, sempre fui um militante dos movimentos sociais, cresci na luta e casei, e na luta. E hoje eu sinto dentro de mim que eu precisava ter tido esse tempo pra mim curtir mais a minha vida né. [...]. É eu posso afirmar que a nossa luta, a nossa juventude ela foi gastada e desgastada na luta, nós não tivemos muito tempo pra viver um pouco a nossa vida como jovem né (ARLINDO, 48 anos, 2017).

Nesse sentido, pode-se inferir que aqueles que conduziram a luta camponesa no semiárido piauiense se aproximaram das lutas do campo ainda jovens, porém isso os distanciou de vivencias e experiências comuns a outros jovens de suas comunidades. Contudo, quando perguntados sobre a luta pela terra e aproximação com o MST, todos afirmaram que o MST foi fundamental em suas vidas, mesmo que isso tenha custado uma juventude com menos “divertimentos”.

Logo, os jovens que participaram do processo de ocupação da Marrecas e dos primeiros anos no acampamento, e que ainda permanecem no agora assentamento, trazem consigo memórias que muitas vezes são realimentadas pelo próprio grupo. E será a partir das narrativas dessas memórias que, no próximo capitulo, se compreenderá qual o papel e importância da juventude nesse processo.

4. CONSTRUINDO UM NOVO CAMPO: O PAPEL DA JUVENTUDE CAMPONESA NA FORMAÇÃO DO MST E DO ASSENTAMENTO MARRECAS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Neste capítulo, analisa-se o processo de construção do MST no Piauí e como isso acontece em consonância com o planejamento e organização da primeira ocupação de terras do Movimento no Estado – a Marrecas – destacando o papel da juventude camponesa, de como ela vai se constituindo na principal liderança do processo, para isso como apontado na introdução deste trabalho utilizou-se a memória coletiva construída pelos membros do grupo – assentados, que estavam jovens na época no processo de ocupação.

4.1. JOVENS CAMPONESES EM FORMAÇÃO: DA GÊNESE DO MST NO PIAUÍ A OCUPAÇÃO DA MARRECAS

A princípio analisou-se o período em que MST inicia suas atividades no Piauí, e por meio das entrevistas, observa-se que esse processo é semelhante ao que aconteceu na maior parte dos Estados do Nordeste. As memórias partilhadas pelos entrevistados sobre a formação do MST no Piauí apontam como momento relevante à chegada dois militantes do Estado do Paraná, que passaram a atuar em conjunto com CPT e alguns setores da Igreja Católica no processo de organização dos camponeses. Segundo as palavras de Maria Gorete de Souza, militante e dirigente que participou ativamente da formação do MST no Estado do Piauí, a Igreja era quem garantia o suporte material para as atividades e reuniões do Movimento que estava se iniciando:

> O Movimento Sem-Terra começou no Piauí em 85 [1985], logo após o Congresso Nacional do Movimento Sem-Terra em 85, começou então uma articulação aqui no Piauí, e essa articulação, ela se deu, no início, basicamente através da CPT, a CPT que articulou o Movimento Sem-Terra no início. Como se deu isso? Bom, a CPT deu toda a sua estrutura sim, sua estrutura é para fazer a articulação do Movimento. Então veio uma pessoa do Paraná que se chamava Justino, e a mulher dele que eu não me recordo o nome, se era Paula ou Ana né, e vieram para o Piauí para começar a articular o Movimento Sem-Terra, eles... Como se dava essa articulação? Essa articulação, ela se dava basicamente nos encontros da CPT né, então onde tinha... a CPT tinha articulação e o Justino ia até lá para fazer reunião, explicar o que era o Movimento Sem-Terra, quais eram os objetivos do Movimento Sem-Terra, ele participava das reuniões que a igreja fazia, articulada pela CPT, ou mesmo pela paróquia na qual ele ia (SOUZA, 1997, p. 01).

Além da importância da CPT, apresentada acima, existiam também os sindicatos rurais e, principalmente a CUT (Regional Sul em Picos – PI) que estava sendo criada naquele momento, pois seus encontros de organização também serviam como locais de formação e debates sobre o problema da terra no Estado, funcionando como espaços onde se encontravam as lideranças das comunidades da região.

Figura 05 - I Congresso Regional da CUT, em Picos – PI, em agosto de 1987. Fonte: Acervo do MST - PI.

Foi nesses encontros (CPT/CUT/sindicatos) que os jovens, já integrantes de lideranças religiosas e politicas em suas comunidades, tiveram contato com o MST e com algumas discussões, por exemplo, como se davam as lutas camponesas em outras regiões do país, além de debates sobre a conjuntura politica nacional e internacional. É importante mencionar que de acordo com as narrativas o contexto de efervescência política dos anos de 1980, foi um fator que impulsionou o engajamento dos mesmos no MST e na luta pelo direito à terra:

> Na minha visão eu vejo o seguinte, nós estávamos vivendo naquele momento uma transição de ditadura militar, e uma luta por espaço, e eu diria que pra juventude dos anos 80 ainda ou parte dos anos 90 um pouquinho dos anos 90, a juventude, ela tinha em pouco de horizonte, e eu me perguntava por que, que eu quero isso? Por que, que eu quero lutar por isso? né [...] bom então a juventude né nós naquele momento você via isso presente (BENEZETE, 50 anos, 2017).

> A Pastoral da Juventude, o Movimento Estudantil na década de 1980, era muito atuante, principalmente, os grupos de jovens da Igreja Católica né, [...] A juventude era na minha época a direção do Movimento (ARLINDO, 48 anos, 2017).

> Então esse foi um tempo bom né, tempo logo depois da ditadura o ressurgimento dos movimentos sociais, vários movimentos quase todos liderados pela juventude né, então foi um tempo bom de luta né, [...] foi um tempo de formação permanente, e que ainda tinha a Igreja na época né (INÁCIO, 53 anos, 2016).

A década de 1980 como afirma Sader (1988) constitui um período de lutas e avanços dos movimentos sociais, que atuavam ativamente no processo de transformação da realidade do país. Nesse sentido, observa-se que estes jovens tiveram influência do cenário politico e social em que o país estava inserido naquele período, passando assim a acreditarem na realização do sonho de conquistar a terra.

Esse sonho que muitos tinham era reforçado por membros da Igreja Católica que apoiavam a luta dos camponeses e a formação do MST, nas terras piauienses. Segundo os entrevistados, a presença e atuação de alguns padres e, principalmente do Bispo Dom Augusto Alves da Rocha,[83] ligados a Teologia da Libertação, constituiu um elemento singular na luta dessa juventude, fazendo da região de Picos – PI, a região que protagonizou os principais movimentos de luta pela terra naquele período no Estado:

> [...] lá em Simões [município do Piauí], pelo exemplo, teve um padre [...] e ele dizia sempre assim, vocês jovens, vocês tem que ser o carro chefe aqui pra puxar a organização e pra mostrar pra o povo que essa situação que a gente vive tem jeito, aí ele foi envolvendo a gente na luta e no MST (JOSÉ IVAN, 56 anos, 2017).

Dessa forma, estes jovens passam a assumir cada vez mais responsabilidades dentro do MST, e quando questionados os motivos pelos quais foi a juventude o segmento que mais se envolveu com MST e na luta pela terra no Piauí, a maioria relacionou que esse envolvimento se deu porque a juventude se encontrava na situação de ter menos responsabilidades em casa, ter mais tempo disponível, não serem pais ou mães, características geralmente associadas aos jovens:

> Além de a gente ter o estudo, a gente teve mais tempo disponível, porque os pais da gente sempre eles criavam umas coisinhas [animais como: gado,

[83] Primeiro Bispo da Diocese de Picos – PI, se tornando presidente da CPT nacional em 1987 e dirigindo a entidade até o ano de 1993, enfrentou duras criticas de outros setores da Igreja católica, sendo importante no auxilio aos camponeses piauiense na luta pela terra e formação do MST no Estado (SILVA, 2012).

> bode e galinhas], meu pai tinha vez que ele chegava de tardezinha, ele andava uma légua ou mais para ir buscar água no jumentinho ou num burro, pra dar água a uma criaçãozinha [animais como: gado, bode e galinhas] que ele tinha e pra dar também pra gente beber. Enquanto isso a gente ia estudar, ou quando era final de semana, [o pai dizia] não vocês tem uma Romaria da Terra, vocês podem ir ou podem ir para reunião que vai ter em Picos [PI], destá que aqui eu cuido de casa né. Eles [...] parece que achavam que a gente não dava conta da responsabilidade, então eles deixavam a gente mais livres para essas coisas [militância], e eles se prendiam mais as obrigações de casa. Então acho que isso fez com que a gente tivesse mais oportunidade teve mais tempo disponível, tinha também aquela vontade e aquele talento de fazer esse tipo de coisa, eu acho que isso ajudou muito (JOSÉ IVAN, 56 anos, 2017).

> É tinham mais essa disposição [os jovens], porque a gente tinha mais liberdade, tinha mais também independência, um pai de família com vários filhos fica mais difícil pra ele se deslocar né, tinha que trabalhar enfim. Então os jovens se prepararam através da sua formação e adquiriram essa consciência política de fazerem a luta né, então seria esses jovens [...] eram os soldados que iam fazer o enfrentamento, entendeu? E daí tinham também muitas entidades que não acreditavam muito na gente (ARLINDO, 49 anos, 2017).

> Porque os jovens eram quem tinha mais tempo. E naquele tempo a tradição quem podia cuidar mais de casa [era] o pai e a mãe, aqui sempre teve essa cultura né, que o pai e mãe é quem deveria tá cuidando da roça. Nós trabalhávamos, mas o jovem é que tinha mais tempo né, [...], e também a formação que a gente teve né (INÁCIO, 53 anos, 2017).

As narrativas de José Ivan e Inácio deixam explícito como os pais tinham receio de deixar os filhos responsáveis pela roça e os negócios, e que essa era uma atividade dos adultos. Como dito anteriormente no segundo capítulo, o jovem do campo era valorizado como o futuro, mas sempre em um patamar inferior ao "chefe da família", como afirma Castro (2009, p. 46) "[...] o *jovem* é percebido como pouco confiável, ainda que assuma posição de destaque nos discursos sobre continuidade da agricultura familiar e camponesa e dos movimentos sociais [...]". Isso explica o que José Ivan diz, "parecia que os pais achavam que a gente não davam conta de cuidar dos negócios".

Deste modo, segundo os relatos acima, nota-se que, a maioria dos pais apoiava o envolvimento dos seus filhos com os sindicatos rurais e movimentos sociais. O resultado desse maior envolvimento foi à criação de comissões municipais em algumas cidades da região de Picos – PI, para centralizar as atividades do MST na região sudeste e sul do Estado, José Ivan lembra "nós criamos uma comissão de onze pessoas, todo mundo era jovem, se tivesse era uns dois casados".

Com a criação da comissão tornou-se necessário conhecer mais profundamente a política do MST, então alguns jovens foram visitar acampamentos e assentamentos do

Movimento no Rio grande do Sul, onde passaram por formação política e aprenderam estratégias, para posteriormente iniciar o processo de articulação da primeira ocupação de terras do MST no Estado Piauí:

> [...] primeiro foi meu irmão Inácio né, que participou dos encontros, [...], lá no Rio Grande do Sul né, [e para o RS] foi um grupo de jovens, eu não fui não foi outros mais velhos que foram participar lá no Rio Grande do Sul né, que foi onde surgiu o MST e eles foram para lá conhecer (MARIA de JESUS, 51 anos, 2017).

Depois que esses jovens voltaram, passaram a constituir juntamente com outras jovens lideranças a Comissão Estadual do Movimento Sem Terra no Piauí. Para isso dois pontos tornam-se importantes: continuar com os cursos de formação política, repassando o que foi aprendido no Rio Grande do Sul, e intensificar o trabalho de base que já vinha sendo realizado.

A formação política dos jovens militantes é um elemento que ocupa espaço nas memórias dos entrevistados. A formação era considerada pelas lideranças nacionais do MST como uma prioridade para a construção do Movimento e das ocupações no Piauí. De maneira geral, os entrevistados comentaram sobre a participação em vários eventos de formação e como isso foi fundamental para o êxito durante os processos das ocupações de terra desenvolvidas no Estado:

> Naquele tempo nos estudávamos as estratégias da luta, fazia um resgate histórico da luta pela terra no Brasil, nos também estudávamos um pouco da história dos outros movimentos sociais no campo, as Ligas Camponesas, quilombo dos Palmares, a luta do Caldeirão aqui no Ceará, também Antônio Conselheiro em Canudos, dizer nós fazíamos curso de formação política, você tinha que conhecer um pouco é, a história da luta pela terra no Brasil. É pra gente poder saber como fazer o enfrentamento (ARLINDO, 48 anos, 2017).

Constata-se que as narrativas em torno da formação política dos jovens militantes foram apresentadas com ênfase, alegria e com "certo ar de saudosismo", chegando a parecer que não acontecem e nem têm a mesma força atualmente. Essas memórias também mostram a importância que a formação política tinha, e continua tendo, para aqueles que ainda permanecem no assentamento Marrecas e para o próprio Movimento Sem Terra. Os eventos de formação política aconteciam em sua maioria nas cidades de Picos – PI ou na capital Teresina, como mostra a fotografia abaixo.

Figura 06 - Encontro de formação política do MST em Teresina – PI ano 1988. Fonte: acervo do MST - PI.

Mesmo entendendo que a formação política dos militantes era um elemento fundamental para o desenvolvimento do MST, para muitos jovens militantes fazia-se, cada vez mais necessário a realização de atividades práticas de enfrentamento à estrutura fundiária desigual vivenciada pelos camponeses, e por isso aumentavam as visitas às comunidades da região de Picos – PI para falar sobre o MST e a luta pela terra.

Sobre o segundo ponto, o trabalho de base, as memórias de todos os entrevistados apontam que essa era uma atividade bastante complicada, seja pela falta de condições financeiras e estruturais do Movimento, ou pela descrença de algumas pessoas das comunidades onde os mesmos atuavam, pois como dito no final do primeiro capítulo, os camponeses piauienses e nordestinos tinham resistência ao enfrentamento direto contra os grandes proprietários de terras, por conta de toda uma formação cultural de subserviência, e para romper com essa realidade era necessário muito trabalho de base:

> Teve [muitos] jovens [e] não era só dois ou três, era uns seis jovem ou mais que fazia esse trabalho, e eles, todos eles sairo. [Eles] não tinha nem o que comer e saia, mas era o sonho e fazer, de acontecer, de ocupar e trazer as famílias pra ter um direito né, e a gente vei [para Marrecas] né (MARIA de JESUS, 51 anos, 2017).
>
> Todos eram jovens [na comissão do MST], a direção todinha era jovem, todos quem fez esse trabalho, que os dirigentes aqui [na Marrecas] todos

> eram jovens, vieram a casar depois disso [da ocupação], tinha eu, o Eduardo, que tinha em torno de vinte e cinco anos [...] eramos os mais velhos. [...]. Esse trabalho [articular o MST e a ocupação da Marrecas] coube ao jovem fazer, o jovem participa né. Nós saímos, da minha casa onde eu morava pra cidade [Simões – PI] era só sete léguas, mas nós tivemos que ficar na cidade, [o padre ligado a CPT] deu pra gente [quatro jovens], deu pra cada um de nós uma bíblia, uma rede, e um fogão pra gente ficar lá [em Simões], pra esse trabalho [de base com os camponeses da região], sem receber, só isso, só a comida mesmo (INÁCIO, 53 anos, 2016).

> [...] muitas pessoas não acreditavam na organização, tinha deles que a gente convidava e dizia que nós tava só perdendo tempo, e que a gente não ganhava nada. [as pessoas diziam aos jovens militantes] vocês vão passar o tempo inteiro e não vão conseguir nada, que só andar pra riba e pra baixo, e nós olhava pra eles e dizia que nós tinha um sonho de conquistar a terra (JOSÉ IVAN, 56 anos, 2017).

Antes de analisar, os relatos acima é interessante notar que as diferentes formas como as lembranças do processo de organização do Movimento são trazidas à tona, resultam da relação existente entre memória individual e memória coletiva. Posto que embora carregue consigo a subjetividade do individuo que lembra, este o faz a partir de uma memória objetiva construída socialmente, como afirma Fentress e Wickham (1992, p. 20):

> Afirmamos que também a memória é um facto social. [...]. Em si e por si, a memória é simplesmente subjectiva. Ao mesmo tempo, porém, a memória é estruturada pela linguagem, pelo ensino e observação, pelas ideias colectivamente assumidas e por experiências partilhadas com os outros. Também isto constrói uma memória social.

Assim as lembranças apresentadas são uma espécie de fragmentos de uma memória coletiva compartilhada pelos membros do grupo, e que é reforçada pelos outros. Por isso, embora distintas, as narrativas acima expõem elementos semelhantes, como por exemplo, a dificuldade na execução da tarefa, que acontecia por diversos fatores, principalmente a falta de recurso que fazia com que esses jovens muitas vezes repensassem o trabalho realizado. Entretanto, o sonho de conquistar uma terra e acabar com a exploração pela qual suas famílias passavam fortalecia-os, e muitos creditavam essa força e persistência ao fato de serem jovens e por isso terem mais disposição para desenvolver essa difícil empreitada:

> [...] apesar de todas as dificuldades, adversidades e temores, os jovens manifestam, de forma surpreendentemente semelhante, otimismo e satisfação com suas vidas e com o fato de serem jovens [...]. E também a convicção de que podem mudar o mundo (ABRAMO; BRANCO, 2005, p. 16).

As ideias apresentadas no trecho acima são resultado de uma pesquisa que procurava construir um "retrato" da juventude brasileira a partir da década de 1980, e a mesma constata elementos, que embora não universais[84] entre os jovens brasileiros, estavam presentes como características preponderantes na maior parte dos pesquisados, naquele momento histórico. Destarte, estes pontos destacados por Abramo e Branco (2005) ajudam a entender porque os jovens camponeses se consideravam e eram considerados por outros segmentos, como aqueles capazes de realizar tais transformações no campo piauiense.

Além disso, pode-se notar que as diferentes experiências, marcadas tanto pelos aspectos políticos, econômicos e culturais, e vivenciadas por estes jovens até o momento, fazem parte do *fazer-se* jovem militante do MST. E nesta perspectiva, essa juventude ao mesmo tempo em que constrói o MST no Estado também está se construindo, pois segundo Thompson (2012) são essas múltiplas experiências que agem sobre o ser social (experiência vivida) transformando sua consciência social (experiência percebida), retroalimentando o processo de transformação social e formação do grupo – MST.

> Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. [...]. A relação precisa estar sempre encanarda em pessoas e contextos reais (THOMPSON, 2011, p. 10).

E assim como Thompson, entende-se nesta pesquisa que homens e mulheres são sujeitos que atuam no seu próprio *fazer-se*, não de forma totalmente autônoma, mas dentro de condições e situações objetivas, determinadas historicamente. Por isso, pode-se afirmar que a consciência social não funciona como algo determinado (imutável), mas se transforma (avança e retrocede) dialeticamente segundo as experiências vividas que podem ser de ruptura ou continuidade, e desta mesma forma construindo memórias coletivas.

Por sua vez, as lembranças dos entrevistados sobre o período de organização do Movimento, mostram que à medida que avançava o trabalho de base, dava-se também início as principais discordâncias entre os grupos que lutavam pela reforma agrária no Estado, como por exemplo, as discordâncias entre lideranças da CPT e os jovens da executiva estadual do MST. Enquanto os integrantes da CPT e de outros agrupamentos acreditavam que era o momento de fortalecer a luta sindical sem ainda colocar em prática as estratégias para

[84] Pois como vimos anteriormente no segundo capítulo, não existe uma juventude, mas sim juventudes que se diferenciam por muitos condicionantes como sexo, escolaridade, renda, entre outros.

ocupação de terra no Piauí, a maioria dos jovens da executiva do MST se dizia preparados para acelerar esse processo e realizar logo a ocupação.

Abramo e Branco (2005) possibilitam entender o posicionamento defendido pelos jovens da executiva dos Sem Terra, quando afirmam em sua pesquisa que a juventude quando comparada com outros seguimentos sociais tem grande desejo de mudança e preferencia por ações diretas. Ou seja, as proposições de ações diretas eram um ponto característico da juventude naquele período de efervescência política. Segundo os entrevistados que faziam parte da executiva do MST e que permanecem no assentamento até os dias atuais, afirmam que os grupos contrários não acreditavam que a juventude conseguiria executar essa difícil ação:

> A executiva estadual do Movimento era todos jovens, [...], acho que o jovem que era mais velho tinha vinte e cinco, vinte e seis anos. Então a executiva do Movimento, que o Bispo [Dom Augusto da diocese de Picos – PI] chamava era os meninos, era tanto que eles achavam que nós não tínhamos a capacidade de fazer a ocupação, de liderar o Movimento. O Movimento dos meninos né, mas era uns meninos capacitados, cheios de energia, de sonhos, esperança, consciência politica (ARLINDO, 48 anos, 2017).

A condição de jovem naquele momento fazia com que algumas pessoas mais velhas olhassem com desconfiança para os mesmos, pesava os estereótipos construídos ao longo dos anos, de que jovens ainda são sujeitos muito imaturos e irresponsáveis (PAIS, 1990). Logo, para os militantes mais velhos "os meninos" não tinham noção da responsabilidade que era uma atividade radical, como uma ocupação, e que os mesmos eram muito apressados e não tinham paciência:

> [...] ficaram um pouco chateados com a gente por causa disso [decisão de realizar a ocupação], nós que decidimos até na época né o movimento de moleques né, tomaram uma decisão, passaram por cima de uma decisão que tinha combinado. Então era todos jovens né, principalmente, os que fazia parte da executiva, e da coordenação estadual, (BENEZETE, 50 anos, 2017).

Pode-se notar nas narrativas apresentadas até este momento, a existência de uma memória coletiva construída sobre o papel central que a juventude desempenhou na formação do MST no Piauí. Isso, segundo Halbwachs (2003) é resultado da consolidação dessa memória dentro do grupo, a partir do reforço que as memórias de um indivíduo dão às memórias dos outros, e vice-versa. Além disso, é muito provável que essa memória tenha se consolidado em detrimento a outras memórias sobre o mesmo período, pois como afirma Bosi

(1998), a memória é seletiva, e muitas vezes a edificação de uma memória dentro do grupo significa o enfraquecimento de outras.

Ainda sobre a discussão em torno da realização da ocupação, é importante compreender que essa postura da juventude em defender a ocupação como estratégia de luta estava em consonância com a politica nacional do MST. Pois desde 1985, durante o 1° Congresso Nacional do MST[85] em Curitiba – PR, o Movimento havia definido que a ação direta de ocupação de terra seria um dos símbolos da luta dos camponeses Sem Terra, e por isso naquele momento elegeram como palavra de ordem: **"Ocupação é a única solução"** (CALDART, 2012):

> A ocupação dá esse sentido de unidade às pessoas, para lutarem por um mesmo objetivo. Passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança. […]. Se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriação quando houve ocupação. É só comparar. Onde não tem o MST, não tem desapropriação. Onde o movimento é mais fraco, menor o número de desapropriações, de famílias beneficiadas. A lei só é aplicada quando existe iniciativa social, essa é a norma do direito (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 115).

É na ocupação que se constrói o MST, ela consiste em um ato concreto e também simbólico, que possibilita aos camponeses atuarem coletivamente como sujeitos do processo da luta pela terra. Ela representa a organização dos camponeses Sem Terra na luta contra o latifúndio, ocupar é o método de atuação do Movimento fazendo com que cada camponês, por intermédio da experiência vivida, inicie um processo de rompimento com a experiência percebida, ou seja, a prática de ocupar terras se enfrenta com a ideologia dominante sobre a propriedade privada.

A experiência da ocupação e depois do acampamento reforça e, ao mesmo tempo, transforma a cultura e o modo de vida do camponês. Essa experiência prática de ocupar possibilita um *fazer-se* de cada militante, assim como, do próprio MST, que forma uma identidade coletiva em torno de todo o processo da ocupação. Neste processo, elementos da cultura cotidiana dos camponeses, como religiosidade e solidariedade, funcionam como importantes aglutinadores para garantia da unidade do Movimento.

[85] O congresso contou com a participação de mais de 1.500 delegados das cinco regiões do país, assim como representantes de quase todos os Estados do Brasil, inclusive do Piauí. Neste congresso discutiu-se sobre as características gerais do Movimento Sem Terra e a necessidade de ampliação do mesmo para todos os Estados do país. Todavia o principal foi eleger uma palavra de ordem que definisse o Movimento Sem Terra naquele momento (CALDART, 2012).

Deste modo, a juventude, convencida da importância da ocupação para fortalecer e consolidar o Movimento no Estado, continua com as visitas às comunidades falando sobre a realização da ocupação de terra. E para surpresa do "Movimento de moleques" e, principalmente, para as lideranças mais velhas de outras organizações a receptividade das ideias e propostas foi maior do que o esperado. Os jovens que eram ligados a Igreja Católica, como visto anteriormente, utilizavam o próprio espaço da Igreja Católica para convencer os demais membros das comunidades:

> Foi a partir da Igreja, porque a gente aproveitava o embalo da celebração para jogar a proposta, era do espaço que a igreja cedia que a gente ia começando a conversar com as pessoas e sempre usando a leitura bíblica, a gente sempre procurava no livro de Gêneses, ainda do Abraão da terra prometida, começava a fazer a leitura lá, e chamava a atenção das pessoas porque Abraão também sofreu para chegar na terra prometida, então a gente acha que vai chegar lá e vai jorrar leite e mel que não é não, mas a gente vai correr atrás do leite e do mel (ANÍSIA, 56 anos, 2017).

Segundo os relatos, era durante as reuniões nas comunidades que os jovens militantes chamavam os camponeses para participar do MST e explicavam o proposito da luta pela terra, e esse era para muitos jovens um dos momentos mais difíceis. Pois, muitos acreditavam que não conseguiriam convencer os mais velhos a ocuparem uma terra que "pertencia" a outra pessoa e que sequer sabiam aonde se localizava, entretanto, quando perguntados a respeito de como foi esse momento as respostas foram as seguintes:

> [...] eles [os jovens] vinha fazia as reuniões e passava a ideia né, de como a gente se libertar, de como a gente consegue nosso direito e aí foi envolvendo mais jovem e mais pessoas, mas começou por eles. Os jovens foi se interessando, e iam conversar com as famílias da comunidade e aí as pessoas ia aceitando. [...] porque uma pessoa de idade de trinta, quarenta anos tem uma família e sair da sua terra pra procurar outra, sair da onde nasceu para ir procurar outro lugar sem saber par onde ela tinha que ir, eles tinha que ter muita confiança em quem fazia o trabalho né. [...]. E isso acontecia porque eles eram exemplo, participava das coisas da igreja, e respeitava os pais e era exemplo, todo mundo admirava os jovens, porque os jovens era quem fazia e acontecia, os jovens era muito unido, era muito fácil de trabalhar com o jovem, porque os jovem era muito unido nas comunidades (MARIA de JESUS, 51 anos, 2017).

> Primeiro que, pra mim é emocionante quando a gente lembra, [...] e só pra você ver a questão da juventude naquele momento nós achávamos que a gente tinha uma certa credibilidade. Imagine você chegar numa comunidade você não conhece as pessoas, é que nem aconteceu muito, você chegar naquele município que você não conhece e você dizer: olhe nós precisamos ir para uma terra e que vai ser isso, vai ser isso e vai ser isso, e aí você deixar, fazer com que aquela família deixe tudo que ele construiu, que nem

> nós temos exemplos de familiares que vieram pra cá [Marrecas] eles já tinham mais de cinquenta anos, que construíram toda sua história lá [região de origem], deixaram tudo, trouxeram seus filhos, suas coisas e vieram pra cá né, eu sempre lembrava disso, quer dizer você dar um impacto na vida daquela pessoa (BENEZETE, 50 anos, 2017).

As narrativas mostram que não era fácil convencer os camponeses mais velhos a participarem da luta, contudo Maria de Jesus coloca como elemento fundamental nesse processo a atuação da juventude, o perfil dos jovens que comandavam o Movimento que agradava aos mais velhos, que aos poucos aceitavam a ideia de abandonar a terra onde viviam, para participarem da ocupação.

É importante ressaltar que enquanto o trabalho de base era realizado e a primeira ocupação não acontecia o Movimento realizou outras importantes atividades no Piauí, como a realização de Romarias da Terra, que contavam com a participação milhares de camponeses, houve também uma manifestação em frente ao MIRAD (Ministério da Reforma Agraria e do Desenvolvimento). Já em janeiro de 1989 o MST e CPT em uma ousada atividade ocuparam a Assembleia Legislativa do Estado, como pode-se observar na imagem abaixo, para mostrarem sua indignação diante do processo da venda de terras públicas para as empresas privadas (MORISSAWA, 2001).

Figura 07 - Militantes ocupando uma das salas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí em Teresina, durante atividade em 1989. Fonte: acervo do MST - PI.

O tempo passava e nas comissões municipais e direção estadual do MST as disputas internas cresciam. Enquanto os mais jovens defendiam logo a realização das ocupações de terra, os militantes mais velhos defendiam que a cultura política dos camponeses no Estado ainda não permitia partir para ações de enfrentamento como as ocupações de terra, e que os nos primeiros anos do Movimento Sem Terra no Piauí se deveria continuar atuando por dentro dos sindicatos:

> Então teve muitas discussões, muito embates na, […] na coordenação estadual, assim brigas grande que chegou um certo ponto de vamos dizer assim, de racha né. É eram pessoas valorosas né, mas tinha uma visão diferente né, não […]. [eram pessoas que] ajudaram a construir o movimento no início né, o Rivaldo e o Expedito né e mais o Balbino […] mas não acreditavam na verdade que o povo pudesse ir para a ocupação. Então em 89 foi que nós fomos realizar a primeira ocupação né, em junho de 89 né (SOUZA, 1997, p. 05)

No início deste mesmo ano, o MST já havia realizado seu quinto Encontro Nacional, e criado sua nova palavra de ordem: "**Ocupar, Resistir e Produzir",** e foi sob essa bandeira que se realizou a primeira ocupação do Estado. Observa-se que a ideia de defender a **Ocupação** de terras permanecia na ordem do dia, contudo agora era também imprescindível **Resistir** aos ataques dos governos, mídia e latifundiários, e principalmente, **Produzir**, pois era necessário construir mecanismos e estratégias que garantissem a produção suficiente para a sobrevivência daqueles que ocupavam as terras (LIMA, 2017).

Mesmo com todas as discordâncias entre os militantes, os preparativos para realização da primeira ocupação no Estado começaram a ser colocados em prática. A grande questão na época era decidir qual propriedade se encaixava nas prerrogativas de ser desapropriada, e que também oferecesse condições propícias para produção de alimentos. Como já mencionado, a região em que o MST inicialmente se desenvolveu no Estado do Piauí correspondia aos municípios do semiárido, logo, precisava-se de terras com água:

> Então nós [militantes] fizemos vistorias antes de vir pra cá [Marrecas] fomos olhar terra em Pio IX, fomos olhar terra lá em Dom Expedito Lopes[86], em Pimenteiras[87], lá nos vimos uma pessoa que vivia em caverna lá em Pimenteiras. […]. Mas olha essa questão de luta pela e terra, nos saímos

[86] Cidade piauiense localizada na microrregião de Picos no Estado do Piauí, desmembrada da cidade de Oeiras, com população de aproximadamente 7 mil habitantes, conhecida pela atividade econômica de beneficiamento de frutas. Ver IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>.

[87] Pequena cidade localizada na mesorregião centro-norte do Piauí, desmembrada da cidade de Valença do Piauí, com aproximadamente 2 mil habitantes, tendo como importante atividade comercial produtos de extração vegetal. Ver IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>.

> vamos ver onde que tem terra e terra que tinha água né. […] aí criamos uma comissão pra vir aqui [São João do Piauí] (INÁCIO, 53 anos, 2017).

Inácio refere-se por último à cidade de São João do Piauí, localizada na região sudeste do Estado, encontra-se lá uma das maiores subestações de energia do país e a grande Barragem do Jenipapo constituindo uma das importantes cidades da região. São João teve sua formação a partir das grandes fazendas de gado, principalmente, a fazenda "Malhada do Jatobá" pertencente a Domingos Afonso Mafrense, e foi elevada à categoria de cidade em 1906. A cidade é cortada pela BR – 020, que liga Fortaleza à Brasília, conta com mais de 20 mil habitantes e tem a família Paes Landim[88] como dominante da política local nas últimas décadas (PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ):

> Nós viemos, e foi tirada uma comissão, [viemos no] carro da Igreja e tudo, aí chegamos. Aí aqui em São João sempre [foi uma cidade] histórica, e nesse tempo aqui [São João do Piauí] a exposição era grande demais, muito gado, muito fazendeiro a cidade tradicional demais. Sempre teve deputado federal e estadual em São João (INÁCIO, 53 anos, 2017).

A terra visitada em São João do Piauí, embora distante da região onde a maioria das famílias do Movimento residia, como é possível verificar no mapa do capítulo anterior, atendia às necessidades pensadas pelos militantes, pois se tratava de uma terra cultivável, com água em grande quantidade, onde existia um poço jorrante. Isso transformava a terra em uma verdadeira provisão divina, de acordo com os próprios entrevistados, a propriedade escolhida era uma entre várias de um grande latifundiário (Fernando Brasileiro) da região Nordeste.

> Os trabalhadores sem terra do Piauí ocuparam a fazenda Marrecas, à época também conhecida como fazenda Zebulândia[89], propriedade do fazendeiro Fernando Brasileiro, que inclusive não residia no Piauí. O proprietário era "sócio de um grupo de Pernambuco que adquiriu a Fazenda para implantar um projeto de criação de gado com incentivo do governo federal" (LIMA, 2017, p. 84).

[88] Segundo os entrevistados trata-se de uma tradicional família da cidade de São João do Piauí, e uma das principais famílias da região sul do Estado, com grande poder na política da cidade e do Estado, e se constituiu como um dos principais entraves para permanência dos sem-terra na região. Atualmente conta com um deputado federal que está no gozo do seu nono mandato.

[89] A fazenda que era chamada por alguns de Zebulândia e por outros de Marrecas, tinha área de 10.504 hectares, se localiza a aproximadamente dezoito quilômetros da cidade de São João do Piauí, esse imóvel rural pertencia à empresa ZEBUBRÁS ligada a Fernando Brasileiro, e foi, depois da ocupação, transformada num espaço de convivência social conhecido por Assentamento Marrecas, onde os assentados receberam as cartas de anuência em Maio de 1994 (SILVA, 2012).

Apresenta-se abaixo as fotografias que registram como era a área antes da ocupação e como se apresenta atualmente enquanto assentamento, as imagens possibilitam observar as transformações pelo qual passou o território.

Figura 08 - Marrecas no dia da ocupação 10 de junho de 1989. Fonte: acervo do MST - PI.

Figura 09 - Marrecas nos dias atuais (2016). Fonte: acervo do MST - PI.

Após a escolha da terra, restava garantir a realização da ocupação que para muitos era como se fosse a "terra prometida", pois era desta forma que muitos se manifestavam sobre a terra, principalmente os jovens, os quais por meio da participação da Igreja, conheciam tal expressão. Portanto, muitas vezes para convencer os camponeses, as lideranças faziam-se menções às passagens bíblicas que falavam da terra prometida. Como está escrito no livro Êxodo capitulo 3, versículo 8, que diz "Por esse motivo desci a fim de livrá-los das mãos dos

egípcios e tirá-los daqui para uma terra boa e vasta, onde emana leite e mel [...]" (BÍBLIA, 1980).

Como visto anteriormente, as ideias apresentadas pelo "Movimento de moleques" eram, em geral, bem recebidas pelos camponeses, contudo o medo em participar da ocupação de uma terra desconhecida fazia com que muitos ficassem receosos. Nesse sentido a saída encontrada por muitas famílias foi a mesma encontrada pelas famílias de Arcanja e Anísia, duas das entrevistadas, no caso da primeira, deixou seu pai e seus irmãos para participar da ocupação. Já Anísia conta com suas palavras como aconteceu:

> Eu mesmo ficou [em Simões] pai, ficou mãe, ficou namorado e aí aquela adrenalina, mas eu não tava pra ninguém, eu queria vim [Marrecas], eu queria era vim, eu não tava nem aí, só que com um mês depois eu já tava doida pra voltar pra lá de novo com saudade, mas no dia mesmo ninguém me segurava, tanto que eu caí do carro no caminho, caí do carro no caminho na subida de uma ladeira, mas vim, arrastando a perna, mas vim. Depois a gente voltou, foi buscar pai mais a mãe, terminou vindo a família toda, mas quem primeiro fez a ocupação foi os jovens, aí depois foi voltando e buscando o restante da família, não veio todo mundo assim pá pufo. [...]. Assim, porque os jovens se sentia mais a vontade, e os velhos diziam, vocês vão lá ver como é que é, depois se for bom aí eu vou, porque eles não tinha aquela segurança né, mas botava os filhos na boca, e os filhos tudo com o peito cheio de ar nós enfrentava (ANÍSIA, 56 anos, 2017).

Destarte, observa-se que a juventude estava entusiasmada para realização da ocupação, e Anísia aponta os adjetivos que a seu ver fazem parte do ser jovem, e que os diferenciava dos mais velhos. E entre os detalhes da realização da ocupação, Arlindo lembra que a descrição era muito importante, os militantes que estavam à frente do processo não divulgavam o dia nem o local que ocorreria a ocupação. O dia só seria revelado nas vésperas da ocupação, e o local só seria revelado durante o percurso:

> Muita organização inclusive o próprio motorista dos ônibus e dos caminhões que trouxeram o pessoal da região [de Picos-PI] eles chegaram aqui [Marrecas] sem saber para onde iam e a gente vinha com cada veículo desse, nós tinha um companheiro dentro, da nossa força tática que conduzia o caminhão sem o motorista saber e nem as famílias né. Então por isso que nós conseguimos chegar aqui (ARLINDO, 48 anos, 2017).

As lembranças da partida e da chegada apresentam-se de formas diferentes para cada família e indivíduo que participou do processo. A memória coletiva partilhada pelos membros do grupo a partir das experiências em comum apresenta lembranças de felicidade e alegria,

por irem em direção a terra tão sonhada, mas que se misturavam às lembranças de medo e tristeza por deixarem suas raízes.

Pode-se afirmar também que a mudança de espaço e a incorporação em outro grupo afetariam diretamente as memórias construídas até então, pois segundo Halbwachs (2003), o espaço é fundamental para conservação da memória coletiva de um grupo. Agora com a chegada em um novo espaço e fazendo parte de um novo grupo, estes camponeses passaram a construir outras memórias que aos poucos suplantariam as memórias dos grupos que anteriormente cada indivíduo fazia parte.

E ainda sobre as narrativas das memórias dos entrevistados, o dia era 10 de Junho de 1989, as famílias começaram a chegar a partir de meio-dia, mas como os caminhões vinham de várias regiões do sudeste piauiense, continuaram chegando pessoas até a madrugada. Segundo as narrativas o medo também fazia parte dessa empreitada, pois as famílias temiam serem presas ou mortas, as pessoas diziam que esse "negócio" de "invadir" terras dos outros era perigoso. Contudo, Fernandes (2000, p.18) afirma "para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade", ou seja, representa um momento determinante na vida e formação do sem-terra.

A atividade de ocupar, segundo Caldart (2012), faz parte do processo do *fazer-se* Sem Terra, ou seja, participar do ato de ocupar transforma o camponês em sujeito do fato histórico que está sendo construído. Assim, a participação dos camponeses reflete uma nova postura que os mesmos passam a assumir dentro do processo de transformação do campo. A experiência do ato de ocupar e de todo processo, antes e depois do dia 10 de junho de 1989, fica guardada na memória daqueles que, pela luta e enfrentamento direto, conseguiram um "pedaço de chão" para plantar. A ocupação faz parte da vida do Sem Terra, é por meio dela que o camponês consegue sua emancipação no campo:

> Para o MST, o ato de ocupar a terra – que eles chamam de "cortar o arame" – é a pedra de toque do movimento. É o batismo de fogo para o militante, uma parte essencial da sua identidade. Desempenha papel-chave na *mística*, o momento do teatro coletivo e da formação do mito que marca o início de todos os eventos do MST (BRANFORD e ROCHA, 2004, p. 99).

Marrecas é um marco na história do MST no Piauí, assim como na luta pela terra em todo Estado. A ousadia de um pequeno grupo de sem-terra diante das forças políticas e econômicas do poder público e privado simbolizou muito mais do que a conquista de terra para aquelas pessoas, significou uma demonstração de força e organização do homem e da

mulher do campo, que há muito tempo foram explorados pelo grande latifundiário, mas que agora passam, a partir dessas experiências, a *refazer-se* agora enquanto grupo social.

A ocupação da Marrecas representou o primeiro grande passo para que os camponeses piauienses passassem a construir coletivamente a identidade de Sem Terra, resistindo, se organizando e produzindo coletivamente. E agora depois de derrubar a cerca e cortar o arame era necessário organizar o acampamento, que contava com pessoas de várias localidades e com pensamentos distintos, era o momento de levantar a lona preta[90] e enfrentar novos desafios:

> Veio gente de várias comunidades e vários municípios, e a gente veio né, quando nós chegamos aqui [Marrecas], nós saímos de lá [Curral Novo], muitas famílias né, lá na minha região saiu um carro cheio né. [...]. Quando nós chegamos aqui encontramos outras famílias, muitas famílias que a gente nem conhecia, mas foi assim todo mundo se juntou e era como se já conhecia né, que todo mundo era da mesma realidade, tinha os mesmos objetivos e lutava pelos mesmos ideais né, todo mundo já vinha preparado, já sabiam o que queria né, e outros desistiram uns que vieram né, desistiram chegaram e voltaram, eles desistiram com medo né, da repressão, eles sentiram medo quando chegaram, sentiram medo, eu mesmo senti (MARIA de JESUS, 51 anos, 2017).

Agora com a terra ocupada era necessário muita organização para levantar o acampamento, dividir as equipes e se preparar para os possíveis enfrentamentos. Benezete lembra que a primeira atividade foi a construção das barracas de lona, para passarem os primeiros dias, como mostra a imagem abaixo.

[90] "A lona preta é mais do que uma barraca, é um rito de passagem, o caminho para a conquista da terra. É símbolo da luta pela Reforma Agrária que as mais de 130 mil famílias acampadas em todo Brasil carregam. A lona preta é o retrato da luta cotidiana do Movimento contra o latifúndio, a segregação e as injustiças sociais que tanto castigam esse país". Ver MST <http://www.mst.org.br/nossos-simbolos/>.

Figura 10 - Os barracos de lona preta, característica do MST, primeiro dia de ocupação da Marrecas no dia 10 de junho de 1989, situação muito precária. Fonte: arquivo do MST - PI.

O período de acampamento que duraria cinco anos estava apenas iniciando, e as lembranças dos entrevistados sobre o mesmo apontam para o papel central que a juventude assumiria também nessa etapa:

> Os jovens assumiram a direção do movimento assumiram a coordenação geral do assentamento e assumiu a, os setores de produção, os setores de formação política, o setor de educação. Então foi nossos jovens também que foram nossos professores de nossa escola itinerante, coberta de palha pra ensinar as crianças. Nossos jovens eles se preparam através da escola nacional, é escola estadual para se tornarem lideranças, então nós chegamos até aqui [Marrecas] apenas com a executiva estadual e depois nós tínhamos militantes para assumir todos os setores, entendeu? (ARLINDO, 48 anos, 2017).

O acampamento era o segundo passo de materialização da conquista da terra, era embaixo da lona preta que as famílias camponesas sem-terra construiriam suas vivências. O acampamento era o espaço onde os sem-terra procuravam formar uma comunidade calcada em princípios como a organização coletiva, dessa forma, eles continuavam a construir sua própria identidade de Sem Terra. Era também o lugar no qual as famílias compartilhavam seus medos, angústias e necessidades, onde formavam suas redes de solidariedades, e por fim,

era o lugar aonde se edificaria a memória coletiva e uma consciência do Movimento Sem Terra do Piauí:

> A consciência de classe é a forma como as experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupo profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei* (THOMPSON, 2011, p. 10).

Partindo da perspectiva thompsiana a construção da consciência de classe ou do grupo é determinada pelas experiências vividas e sua relação com espaço e o tempo histórico na qual elas estão inseridas (MARTINS, 2006). Deste modo, pode-se afirmar que Thompson foge da cilada do estruturalismo de Althusser, que analisa os acontecimentos sociais apenas pelo viés econômico, abrindo espaço para importância da cultura dentro desse processo. E é dessa forma que o MST se constrói, de forma dialética a partir de vários elementos, e entre eles a resistência pela preservação da cultura camponesa, como se deu no processo de organização do acampamento.

4.2. "A TERRA É MAIS DO QUE TERRA"[91]: A ORGANIZAÇÃO DO ACAMPAMENTO MARRECAS

Segundo visto anteriormente, o acampamento Marrecas reunia camponeses de várias cidades da região sudeste do Estado do Piauí, desse modo, através das comissões e/ou equipes formadas os sem-terra se conheceram e passaram a construir suas relações de amizade. As lembranças do acampamento parecem muito "vivas" na memória dos assentados mesmo depois de 28 anos, o que possibilita inferir que foram momentos marcantes na vida daqueles que participaram do processo, além disso, o fato de o grupo ter sofrido pouca alteração também é importante para manutenção dessa memória:

> No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais

[91] Esse termo é utilizado por Caldart (2012) em sua obra *A pedagogia do Movimento*, onde a terra para o MST transcende a simples propriedade rural, abarcando não só a terra em si, mas vários outros elementos. Ela é ressignificada pelo Movimento Sem Terra assumindo um papel aglutinador e simbólico para os camponeses do MST, que mesmo com a terra continuam sendo Sem Terra, é a conquista da dignidade para o homem e mulher do campo.

> próximos, os que estiverem mais frequentemente em contato com ele (HALBWACHS, 2003, p. 51).

Nessa perspectiva a permanência e coesão facilita a conservação de tais memórias, mesmo depois de muito tempo. È possível afirmar também que embora o acampamento fosse uma extensão do processo de ocupação, a condição de acampado traz alguns significados para os camponeses que participaram da ocupação; estar debaixo da lona preta era sinal de que o primeiro grande passo em direção à conquista da terra fora dado, e mais do que isso, era sinal que a ação fora bem sucedida.

Os relatos sobre os anos de acampamento permitem entender como era a vida das famílias camponesas durante esse período, além de possibilitar inferir sobre a percepção que os entrevistados têm daquele período. É importante ressaltar que durante alguns momentos das narrativas neste tópico, percebe-se que as lembranças do período de acampamento são marcadas pelo saudosismo e pelo entusiasmo, por terem feito parte daquele momento, principalmente quando os mesmos comparam com os dias atuais.

Tal saudosismo pode ser paradoxal, pois de acordo com Arcanja e todos os outros entrevistados, o acampamento foi o período que mais exigiu de cada militante. As condições de precariedade em que viveram os acampados nos primeiros meses podem ser observadas na fotografia abaixo.

Figura 11 - Mulher fazendo comida em condição precária, referente aos primeiros meses de acampamento em 1989. Fonte: acervo do MST - PI.

Toda a dificuldade apresentada durante o dia a dia no acampamento parecia funcionar como uma espécie de “liga”, que juntava todos que participavam da luta. É interessante notar que os relatos sobre o acampamento remetem a época em que tudo era coletivo, diferente de

quando se transformou em assentamento onde muitos dos entrevistados comentam sobre individualismo, como Anísia, “agora é cada um por si, naquela época era todo mundo junto”.

Destarte, ser acampado do MST significava, para a maioria, acreditar na construção de uma comunidade pautada em características diferentes das existentes em outras comunidades. O acampamento é pensado coletivamente, as reuniões eram constantes para discutir sobre as atividades necessárias nos primeiros dias, como mostra a fotografia abaixo:

Figura 12 - Reunião realizada no primeiro dia de ocupação 10 de junho de 1989, para discutir as atividades que seriam realizadas. Fonte: acervo do MST - PI.

> Primeiro você tem que se acampar, quando foi no outro dia já tivemos que fazer uma grande assembleia nessa assembleia você forma as equipes de trabalho né? Entre as famílias nós tinha equipe, comissão e setores. A estrutura orgânica é um pouco meio difícil pra você ter que relatar como era que nós nos organizava, mas de certa forma nós tinha esse planejamento. Do ponto de vista da vigilância nós tinha equipe preparada que durante o dia e a noite as famílias podiam ficar tranquilas que nós tínhamos um planejamento de fazer a vigilância, todas as emboscadas, todos os lugares e tinha uma forma de comunicar internamente que é tanto das comissões até a base as famílias né, tinha comissão de saúde, de alimentação, de liturgia, de segurança (ARLINDO, 48 anos, 2017).

As atividades e tarefas eram desenvolvidas de forma solidária e coletiva, essa é uma marca do Movimento, que fica mais presente durante o período de acampamento, como afirma Stédile (1999): “Passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança”. A imagem acima, de uma das primeiras reuniões no acampamento mostra como era o planejamento das atividades a serem feitas.

Outro elemento era a participação de todos nas assembleias, que além de servirem para organizar o acampamento, também era o espaço para formação política; Inácio afirma lembrar

bem dos estudos “as assembleias de formação você lia alguma coisa sobre Che Guevara, e sobre Luís Carlos Prestes, e a questão da luta mesmo”. Isso mostrava que a preocupação não era só com a conquista da terra, mas com a ideia de transformação do homem e da mulher do campo em sujeitos ativos e conscientes dentro do processo.

Voltando ao processo de organização do acampamento, observa-se que eram os componentes da executiva estadual, os que conduziam o acampamento e as equipes, que embora formadas por pessoas de diversas idades e de ambos os sexos, geralmente eram comandadas pelos jovens que já haviam passado por formações dentro e fora do Piauí, e que agora iniciavam o processo de formação de outros jovens:

> Era uma preocupação grande com o jovem né, e passar também a nossa ideologia né, formar o jovem de acordo com as necessidade da maioria do povo brasileiro hoje, que o pessoal que é do campo hoje só recebe as noticias lá de cima, do jeito que os grandes querem impor ou coloca na cabeça da gente, e gente fica só pensando é isso mesmo. A reforma agrária se a gente fosse pensar, quem vivia antes achava que a reforma agrária era coisa que o governo ia fazer um dia, e só chegar dizer você é que é o dono desse pedaço de terra, e a coisa não é bem assim (JOSÉ IVAN, 56 anos, 2017).

> Naquele momento nos anos 80, a gente tinha uma formação de pessoas é formava pessoas pra da continuidade os outros né, e alguém se preocupava com isso e que hoje nós não temos isso, e aí eu diria isso, nem no partido politico, nem nos movimentos sociais, nem nos sindicatos. [...]. Então era onde ia a juventude começando a se indignar com isso, além de você ver a realidade daquilo, os movimentos né as lutas que tiveram aqui dentro também, eram ouvidas, e para todas essas tinha lições, apesar que a gente via muito e aí era aquilo, você conseguia ver as duas partes, o que eles tiveram como erro [os movimentos sociais passados], mas você conseguia ver as lições que eles tiveram e você corrigia, e eu acho que é por isso que a gente conseguiu avançar um pouco mais, e a juventude ela estava presente (BENEZETE, 50 anos, 2017).

Logo, mesmo após a ocupação existia a preocupação com a formação dos jovens que ainda não eram lideranças, segundo Benezete era nas formações que os jovens passavam a se indignar com os problemas do campo. A formação também acontecia para que essa juventude pudesse depois participar de outras ocupações dentro e fora do Estado, dando continuidade aos trabalhos e atividades desenvolvidas pelo Movimento.

Marrecas por ter sido o primeiro assentamento do MST no Estado, tornou-se o principal lugar de formação de jovens do MST naquela região, foi da Marrecas que saiu a maior parte das jovens lideranças do MST no Piauí, que ajudaram a consolidar o Movimento no Estado e fora dele, e segundo Inácio a maioria saia do acampamento e depois do assentamento ainda muito novos:

> Jovens, eram todos jovens a primeira que saiu daqui, foi a Gorete né, Gorete hoje é uma militante aí do mundo né, e nós tivemos muitos companheiros que saíram pra fazer outras lutas, aqui da Lisboa [ocupação realizada nas proximidades] foi a juventude daqui que foi ajudar lá, nós fizemos aqui dez de junho, dois de outubro do mesmo ano já saiu gente daqui pra ajudar lá na ocupação da Lisboa né, ajudar em outras ocupações do Estado né (INÁCIO, 53 anos, 2016).

Logo após levantar o acampamento e dividir as equipes, era hora de planejar as estratégias para a permanência e consolidação do acampamento. As demandas como alimentação, educação e infraestrutura demonstravam que a luta estava apenas começando e, para conquistá-las, seria necessário muita organização e perseverança. Diante destas dificuldades, algumas famílias voltaram para suas regiões, o medo de serem expulsos pela polícia era constante, embora a polícia não tenha chegado nos primeiros dias ela não tardaria. Anísia lembra quando a polícia chegou, a mando da família Paes Landim (dominavam politicamente a cidade), e se instalou ao lado do acampamento, a partir de então foi uma pressão psicológica que terminaria com a desistência de uma parte dos acampados:

> A polícia chegou tava todo mundo na expectativa na frente para enfrentar. Todo mundo tava de cassetete na mão, mulher, homem não tinha disso não, [...], grávida, criança, todo mundo mesmo, não tinha disso não, de ficar escorando em ninguém […]. Eles fizeram acampar bem ali [próximo de onde fica a escola atualmente], é porque a casa grande caiu, ele fizeram foi acampar, ai tinha um Capitão Lopes, que ele na época atuava na cidade de Pio IX, e aí ele chegava aqui amedrontando o pessoal que já conhecia ele. Ele já chegava amedrontando o povo que ia botar fogo em tudo, ia queimar e ia vir batalhão não sei da onde, […], ele trouxe um caminhão para levar o povo e levou, […] mas era só conversa dele, era só jogada dele, mas nós resistimos graças a Deus (ANÍSIA, 55 anos, 2017).

Embora não tenha tido enfrentamento direto, os dias em que a polícia esteve no acampamento foram de grande medo, até que chegaram ao local, oficiais superiores com ordens para a polícia deixar a Marrecas, permitindo que os camponeses continuassem onde estavam. Os relatos apontam que passado o problema com a polícia, começava a falta de comida, essa talvez tenha sido a maior dificuldade no início do acampamento, pois, logo nos primeiros dias, a comida que as famílias haviam levado tinha acabado. Ainda de acordo com as narrativas, como o relacionamento com os moradores da cidade de São João do Piauí não era amigável, o jeito foi pedir ajuda às Igrejas.

> Nosso contato com a cidade era zero né, não tinha ninguém no primeiro momento né, então nós tiramos essa comissão de jovem pra sair nas igrejas onde tinha grupo de jovens pra fazer esse trabalho de arrecadação de alimentação, faltou alimentação, aí tinha essa equipe pra fazer isso né esses contatos né. Aí conseguimos criar todas as comissões necessárias é pra fazer esse trabalho (INÁCIO, 53 anos, 2017).

As lembranças sobre os primeiros dias e meses no acampamento, possibilitaram observar que a vida no local era complicada, pois, como mencionado anteriormente, o medo de despejo e, principalmente, a fome eram marcas presentes. O apoio do poder público era quase inexistente, o que havia era a ajuda de algumas poucas famílias da cidade de São João do Piauí, da Igreja Católica, e da CPT que organizava ajuda para os acampados. Contudo, mesmo com as ajudas, a falta de comida era uma constante e a situação de calamidade do acampamento se agravava à medida que não chovia e a estiagem aumentava na região:

> A atual SECA no Piauí começou no inverno de 1989. Em meados deste ano 37 municípios do semi-árido piauiense (sudeste) foram declarados pelo governo do Estado em "situação de emergência". O inverno de 1990 simplesmente agravou: choveu dezembro, estiou nos meses de janeiro e fevereiro e voltou a chover em meados de março. O retorno das chuvas não conseguiu recuperar a produção agrícola do estado. Para algumas regiões a chuva foi tardia demais, para outras faltou sementes, para outras choveu de menos (DOSSIÊ A SECA NO PIAUÍ, 1998).

O Dossiê além de apresentar o problema da seca no Piauí, mostra a cobrança que várias entidades como o MST, CPT, FETAG faziam ao poder público, exigindo medidas para resolução ou ao menos ações que amenizassem o sofrimento dos camponeses da região sudeste do Estado, o documento já exigia também a regulamentação do acampamento Marrecas e de outras áreas de conflito.

Entretanto, mesmo nesse difícil cenário de construção do acampamento, e de intensificação das reivindicações e lutas dos Sem terra no Piauí, é importante salientar que a ocupação Marrecas representou a consolidação do MST no Estado e "abriu as portas" para realização de outras ocupações na região. Segundo narrativas dos militantes que participaram das primeiras ocupações no Piauí, enquanto se organizava o acampamento se organizava também a ocupação de uma área próxima a Marrecas:

> [...] quando nós chegamos aqui já fizemos uma reunião com uma parte dos militantes, e já começaram a fazer o trabalho de base, nós passamos, chegamos aqui dia 10 de junho, dia 2 de outubro já fizemos outra ocupação [...] enquanto uns cuidavam do acampamento da estratégias, das negociações e tudo, da administração do acampamento nós tínhamos uma turma já

> fazendo trabalho de base em outros municípios [...] então nós não dormirmos nós ficamos atuando no Movimento. Nós não fizemos uma ocupação pra ficar só na Marrecas, a nossa ideia era fazer a ocupação da Marrecas, fazer a ocupação da Lisboa (ARLINDO, 48 anos, 2017).

A ocupação da Lisboa trata-se da segunda ocupação do MST no Piauí, ficando aproximadamente apenas há 2 km da ocupação Marrecas, essa terra também pertencia ao mesmo latifundiário Fernando Brasileiro, ao final de 4 anos o MST do Piauí, Maranhão e Pernambuco ocuparam 14 fazendas de Fernando Brasileiro (LIMA, 2017). A ocupação da Lisboa foi muito importante para o fortalecimento da luta que já vinha sendo travada no acampamento Marrecas:

> Logo após a ocupação nós tivemos um certo conflito com algumas organizações que inclusive nos apoiou no começo né, que eles na véspera da ocupação fizemos uma reunião e eles disseram que não era pra nos fazer a ocupação, porque aconselharam que não era pra fazer naquele momento deixar mais pra se preparar melhor mais um pouco né, só que nós achamos que o tempo era aquele que não dava pra passar (BENEZETE, 50 anos, 2017).

Mas uma vez a juventude que comandava o MST naquela época teve que se indispor com lideres mais velhos de outras organizações inclusive da CPT e da Igreja Católica, a juventude acreditava que em pouco mais de dois meses depois da ocupação da Marrecas eles já tinham força para realização de mais uma ocupação. E assim, contrariando antigas lideranças de outras organizações foi realizada a ocupação da Lisboa, o que gerou o afastamento de algumas organizações com relação ao MST naquele momento.

O resultado da ousadia da jovem direção da Marrecas e do MST foi o fortalecimento da luta pela terra na região, com a ocupação da Lisboa o Movimento cresceu, aumentando a pressão exercida sobre o poder publico municipal (Prefeitura de São João do Piauí) e estadual (Governo do Estado do Piauí). Da primeira exigia-se acesso aos serviços básicos e apoio aos acampados, já do governo estadual exigia-se a regularização das regiões ocupadas e ajuda com a produção, como por exemplo, a disponibilização de sementes e outras coisas necessárias para produção.

As lutas por condições dignas no acampamento duraram muito tempo, e talvez por isso estejam tão pressentes nas memórias dos entrevistados, sendo ressaltadas constantemente.

De acordo com as narrativas, o prefeito[92] de São João do Piauí na época não aceitava a presença do MST em "sua cidade". Arcanja afirma, em sua entrevista, que o "prefeito era ruim mesmo, nesse período da ocupação lá eu vi quase criança morrer de sede, ele tomavam água da gente e derramava no chão. Eu tinha vontade de vê aquele homem morrendo de sede ainda".

Ainda segundo o entrevistado Benezete, havia muitos moradores da cidade de São João do Piauí que se incomodavam com a presença do MST em sua região, principalmente os fazendeiros que antes utilizavam aquelas terras abandonadas para criação dos seus animais, a rádio da cidade também fazia, constantemente, campanhas contra os acampados. Existia apenas um Vereador, que procurava ajudar os acampados. E diante dessa excludente realidade os acampados crivam estratégias de enfrentamento para garantir a sobrevivência dos Sem Terra naquele local:

> Aí fomos lá [prefeitura de São João do Piauí] pra negociar e decidimos fazer uma ocupação, e nos fomos de a pé, deixamos uma equipe pra fazer segurança aqui com bastante cuidado fomos daqui pra São João de a pé, caminhando na estrada de chão nesse tempo, entramos todo mundo na cidade com cacete na mão, foice e tudo e ocupamos a prefeitura, ocupamos a prefeitura de São João foi a primeira ação concreta assim, além da ocupação de terra. E isso pra cidade foi uma ameaça todo mundo saiu, aí ficamos, ficamos lá animando e cantando e fazendo as lutas, os gritos de ordem. Ocupamos a prefeitura, ocupamos aí lá pras tantas cortaram a luz da prefeitura e água e tudo daí nós analisamos e os companheiros ficavam de fora cuidando da boia, nem deixavam entrar nem siar mais analisamos que era melhor a gente, não condição de enfrentamento naquela noite né, aí dormirmos na igreja lá, mas foi duas ocupações depois teve a ocupação da Lisboa e outra ocupação da prefeitura, aí vinha mulher, menino, vinha mulher, as crianças, os homens né, foi bastante educativo esse período a gente viu o quanto o poder massacrava o povo, partiu disso ações que formou o povo, quer dizer, mesmo as pessoas que não tinha leitura, mas a formação, olhar como se dar a centralização das coisas foi nessas ações (INÁCIO, 53 anos, 2017).

[92] Nessa época, segundo os entrevistados, São João do Piauí era governado por José Paulo de Sousa, ligado ao PDS (Partido Democrático Social), ligado a família Paes Landim, que dominava a política na cidade, como mencionamos anteriormente.

Figura 13 - Primeira ocupação da prefeitura de São João do Piauí pelos sem-terra da Marrecas, para reivindicar alimentação e serviços públicos para o acampamento no ano 1989. Fonte: acervo do MST - PI.

Dessa forma, nota-se que os Sem Terra vão *fazendo-se* na luta pela terra e pelos seus direitos. Semelhante ao que aconteceu nos motins de trabalhadores na Inglaterra do século XVIII, causados por conta da transformação da economia moral do preço do trigo, descrita por Thompson (2008), em seu livro *A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII*, são muitas vezes as alterações no modo de vida que vão transformando e formando a consciência da classe, nesse caso, formando a consciência e identidade de ser Sem Terra:

> Em quase todas as acções da multidão oitocentista é possível encontrar alguma noção legitimadora. Através do conceito de legitimação, pretendo afirmar que os homens e as mulheres da multidão acreditavam estar a defender direitos ou costumes tradicionais e, em geral, ter o apoio de um amplo consenso comunitário. [...], o consenso era de tal modo forte que se sobrepunha a sentimentos de medo ou deferência. Os motins de subsistência em Inglaterra, no século XVIII, eram uma forma de acção popular directa altamente complexa e disciplinada, com objectivos claros (THOMPSON, 2008, p. 22-23).

Observando o relato de Inácio, e ao mesmo o que Thompson (2008) descreve, nota-se que de forma semelhante, como no caso dos motins do século XVIII, as ações dos camponeses na luta pela terra e por serviços que garantissem a sobrevivência dos mesmos, podem corresponder, não só ao aspecto econômico, mas à crença de estarem defendendo o que era seu por direito. Nesse mesmo sentido os acampados criavam outras estratégias para conseguir seus objetivos, José Ivan, guarda bem na memória um dos momentos cruciais para

pressionar o poder público para garantir alimentação para os acampados e acelerar o processo de desapropriação da terra:

> Era pressionando pela alimentação, pressionando pela desapropriação e assim ia né, então aí depois a nós fizemos o seguinte, teve uma das ações que nós fizemos daqui [Marrecas] de dentro mesmo, que essa chamou muito atenção e foi quem fez avançar o processo de desapropriação da terra. [...] nós plantamos uma grande área de plantio, quando nós fizemos esse primeiro plantio, aí quando dava fé o projeto tava cheio de animal deles [os fazendeiros vizinhos], [...] aí nós fizemos uma assembleia e decidimos fazer o seguinte, nós ia prender todos os animais que estavam dentro do projeto. [...] Aí nós fizemos isso, foi uma ação muito grande, nessa ação que nós fizemos aqui nós prendemos mais de mil animais [...] aí veio o pessoal [jagunsços] com as armazinhas e nós dissemos aqui ninguém entra só a polícia para negociar com a gente, aí nós conseguimos fazer isso aí, nesse dia nós abatemos doze animais entre gado e ovelha, para gente comer (JOSÉ IVAN, 56 anos, 2017).

Figura 14 - Animais presos durante a ação dos acampados contra a entrada dos animais dos fazendeiros na terra ocupada em 1989. Fonte; acervo do MST - PI.

A fotografia apresenta uma das ousadas ações pensada e realizada pela jovem direção do acampamento, que frente ao contexto de dificuldade e luta não tinham dúvidas sobre a legitimidade moral das medidas que tomavam. Esta, como outras ações que os mesmos fizeram podem ser entendidas como resposta aos problemas que estavam passando, mas também se pode pensar nas mesmas como ações mais amplas, ou seja, contra aqueles (grandes proprietários de terras) que passavam a impor uma nova dinâmica no campo e que rompia com o modo de vida dos camponeses, e para isso retomar o que Thompson afirma sobre os motins por trigo na Inglaterra do século XVIII:

> Trata-se antes de mais nada de procurar romper com uma visão redutora do homem que não encontra na origem dos protestos e revoltas sociais do período estudado senão a recção a simples estímulos económicos (THOMPSON, 2008, p. 09).

O autor apresenta os motins como fenômenos que vão além da relação direta entre o preço do trigo e as condições que os trabalhadores tinham de comprar, ele traz o elemento moral e cultural do direito ao trigo que era a principal fonte de alimento da população pobre da Inglaterra. Deste modo, a discussão proposta por Thompson (2008) pode ajuda a compreender que as ações dos acampados para além do imediatismo, partia da ideia do direito a terra e aos demais direitos sociais como alimentação.

Ainda relacionado à alimentação tem-se o setor de produção, e como mencionado no início deste capítulo, a ocupação da Marrecas ocorreu sobre a palavra de ordem: **Ocupar, Resistir, Produzir.** Até aqui foi discutido sobre o processo de ocupação e de resistência. Com relação ao último ponto que é a produção, é importante mencionar que no período em que se construía a Marrecas, o MST nacional passava por uma reformulação em sua política de produção, pois no início o Movimento preocupou-se apenas com a conquista da terra, só posteriormente, por uma necessidade manifesta é que o MST começou a procurar estratégias para organização da produção dentro das áreas ocupadas (FERNANDES, 2000).

Nesse período, diante dos problemas de produção e da repressão cada vez maior do Governo Federal[93], o MST optou pela coletivização total da produção em todos os acampamentos e assentamentos do país, sem levar em consideração as singularidades de cada região. A produção passaria a ser nos moldes da produção cubana, e para isso foram criadas as Cooperativas de Produção Agropecuária – CPAs (FERNANDES, 2000). O Resultado foi catastrófico e muitas pessoas passavam fome, "As CPAs em todo o país ficaram altamente endividadas, pois o dinheiro das colheitas comerciais não era suficiente para cobrir todas as despesas [...]. Centenas de Sem Terra deixaram as CPAs, voltando à agricultura de subsistência individual" (BRANFORD e ROCHA, 2004, p. 134-135).

Muitos creditavam o fracasso à falta de consciência política dos camponeses para trabalharem coletivamente, outros creditavam à forte repressão exercida pelo governo de Fernando Collor. Contudo, muitas lições puderam ser aprendidas naquele difícil período, assim como algumas ideias pensadas naquele momento foram importantes e permanecem

[93] Era o começo do governo de Fernando Collor, considerado por muitos integrantes do MST, o pior governo para o Movimento (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

como, por exemplo, as agrovilas que segundo Stédile (1999), ajudaram no desenvolvimento social das comunidades:

> Aprendemos também que as formas de aplicação da cooperação agrícola deveriam ser flexíveis. É preciso levar em conta as condições objetivas e subjetivas da comunidade que vai aplicá-la. As condições objetivas são o nível de acumulação de capital existente, o tipo de produto que é possível produzir, as condições naturais existentes no assentamento. [...]. As condições subjetivas são o grau de consciência política e a história de participação de uma determinada comunidade adquiridos na luta para conquista da terra (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 101-102).

Essa crise na política de produção dentro do Movimento aconteceu principalmente, no início de 1990, e a mesma afetou praticamente todos os acampamentos e assentamentos no país. Entretanto, Marrecas foi pouco afetada, pois, como nesse período, os acampados ainda estavam preocupados com a estruturação do acampamento eles não se inseriram nos debates sobre o processo de produção. Além disso, não se tinha discussão suficiente sobre o tema para colocar em prática o modelo que estava sendo adotado no restante do país, então era apenas a execução de um modelo que respondia à necessidade do momento:

> Naquele momento no primeiro momento quando agente chegou aqui, tinha a questão da produção, e aí quando você fala de produção é bom lembrar que nós não tinha condição, mas nós fomos criando aquilo que nós tinha condição, eu lembro que bastante ajuda com referente alimentação vinha da produção que a gente pegava próximo ao poço [poço jorrante que existia dentro da terra ocupada], aproveitando a água [...] era coletivamente, por exemplo, você produzia feijão, um pedacinho de feijão ali, panhava todo ele, debulhava e dividia com todos, e era dividido proporcional ao numero de pessoas na casa, então se você só tem duas pessoas na família recebia menos, e aí a gente fazia isso (BENEZETE, 50 anos, 2017).

A narrativa de Benezete mostra que naquela época, além da preocupação com a produção, ocorriam também os mutirões para construção das casas de palha em substituição dos barracos de lona preta, como mostra a fotografia abaixo. É importante ressaltar que este processo acontecia privilegiando as famílias que mais precisavam sair dos barracos de lona, como por exemplo, as famílias que tinham crianças pequenas.

Figura 15 - Casas construídas a partir dos mutirões nos primeiros meses do acampamento na segunda metade do ano de 1989. Fonte: acervo do MST - PI.

Figura 16 - Produção coletiva em 1990 no acampamento, período de estiagem na região. Fonte: acervo do MST - PI.

A primeira fotografia mostra as moradias dos acampados nos primeiros anos, elas ficavam nas proximidades da lavoura, mas depois de alguns anos eles passaram a se mudar para outro lugar mais propicio para estruturação da comunidade. Já a segunda fotografia corrobora o que apontou Benezete em sua entrevista, na imagem é possível perceber a presença de muitas crianças e mulheres em atividade, mostrando que esta era coletiva e

envolvia a todos. A fotografia apresenta o momento posterior à colheita, contudo, segundo as narrativas durante a plantação que era considerada como "atividade mais pesada" também existia a presença de mulheres e adolescentes. Já sobre a divisão da produção ela era proporcional às necessidades de cada família.

Essas informações sobre a presença das mulheres na produção contradiz até certo ponto a ideia de que "Em geral a mulher não é reconhecida como trabalhadora agrícola ou não deseja para si esse papel [...]" (CARNEIRO, 2007, p. 60). Para os que comandavam o acampamento entre essas pessoas algumas mulheres, as mesmas representavam um importante segmento no desenvolvimento do processo produtivo e do próprio acampamento Marrecas.

Com os relatos nota-se também que a grande participação de mulheres acontecia em todos os setores não só na produção, como por exemplo, na segurança, que segundo os entrevistados era uma tarefa que exigia muita coragem, característica muitas vezes atribuída aos homens. Pois, segundo as narrativas em praticamente todas as equipes de segurança havia mulheres, mostrando que elas também foram um segmento fundamental dentro de todo o processo. Pode-se exemplificar esse pensamento a partir de duas das mulheres que fazem parte deste trabalho, Anísia e Arcanja. Ambas na época ainda jovens foram lideranças no processo de mobilização da ocupação e foram as primeiras de suas famílias a participarem do Movimento, assim como da ocupação.

Todavia, não é objetivo desta pesquisa afirmar que as mulheres dentro do Movimento ou no acampamento tinham ou tem os mesmos direitos que os homens, pois as transformações culturais são um processo lento, e tanto o MST quanto o acampamento refletiam a maior parte dos elementos da cultura patriarcal que predominava e ainda predomina na sociedade. Porém, não se pode negar que as transformações vivenciadas por esses jovens camponeses possibilitaram a construção de outras formas de compreender o campo e os sujeitos (homens, mulheres, jovens, crianças, etc.) que constituem esse espaço.

Logo, a produção coletiva era fundamental para o desenvolvimento de uma consciência coletiva entre os acampados da Marrecas, assim como a construção de outros elementos como a memória, a mística e a educação que juntos também cumpriram um importante papel na formação e fortalecimento dos Sem Terra, como será visto no tópico a seguir.

4.3. A MEMÓRIA COMO ELEMENTO FORMADOR: A MÍSTICA E A EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS SEM TERRA

Em meio às transformações da cultura camponesa pós-revolução verde, como exposto no primeiro capítulo deste trabalho, o MST busca construir uma cultura que identificasse seus militantes como Sem Terra. Assim no acampamento e depois no assentamento o MST procura desenvolver aspectos que formem a identidade daqueles que pertencem ao Movimento, é um processo de consolidação da consciência a partir de um *fazer-se* sem-terra do MST. Por isso cria-se um projeto de educação, de cultura (mística) própria para contrapor-se aos projetos hegemônicos.

Nessa perspectiva, segundo os entrevistados, a mística como elemento central da cultura do MST funcionava, não só para animar o dia a dia no acampamento, e depois assentamento, mas servia, principalmente, como um elemento de integração e formação do Sem Terra. A mística, conforme Benezete estava presente desde o processo de ocupação, representada nas músicas e cânticos que os camponeses cantavam nos caminhões e ônibus em direção a Marrecas, como também em todas as atividades culturais desenvolvidas pelos jovens para manter a animação no acampamento:

> Na questão de cultura e animação era a juventude que dava o comando, era a juventude que comandava mesmo na assembléias a animação, a questão da escola que foi feito um espaço lá [Marrecas] era a juventude né, depois fundaram a escola, é nossa comunidade era uma comunidade muito jovem, porque veio bastante jovem [...] era a juventude que assumia esse trabalho pra sair mais, que era quem tinha mais tempo (INÁCIO, 53 anos, 2016).

As lembranças mostram que à mística era uma atividade comandada essencialmente pelos jovens, sendo importante para manter a coesão do grupo e solidificar as memórias do modo de vida dos camponeses. Dentro do Movimento Sem Terra a mística é o ato que representa o conjunto de símbolos e práticas dos camponeses na luta pela terra. Seria o mais nítido exemplo da "memória que brota da luta pela terra", como algo que fosse genuíno daqueles que vivem a luta camponesa, ou seja, a mística se apresenta como a manifestação da vida, da luta e dos símbolos dos camponeses que lutam pela terra:

> Ela é prática, que se manifesta das mais diferentes maneiras e momentos, mas é também teoria, conteúdo, ideologia. Como é próprio da mística, é difícil explicá-la porque, para entendê-la, é necessário senti-la e vive-la. Isso, no entanto, não impede que se estude e sistematize o conteúdo, a fundamentação dessa prática, já que ela terá tanto mais vigor quanto mais

> profundas forem suas raízes que, além de alimentar, a sustentam (BOGO, 2002, p. 10).

A mística do MST está ligada à cultura daqueles que vivem no campo, no modo de falar, vestir e agir diante da vida. Essas práticas, apreendidas nas relações sociais entre os camponeses, são manifestadas e exaltadas a partir da mística, que se faz presente no cotidiano do Movimento. A ideia de valorizar os aspectos da vida camponesa rompe com o pensamento "a ideia de que o que vem da cidade é moderno, é mais importante e tem mais valor, isso fez com que diversos focos da cultura camponesa fossem desvalorizados ou até mesmo esquecidos" (PASQUALINO, 2001, p. 11-12). Nessa perspectiva de valorização do campo e do camponês a mística fortalecia os acampados da Marrecas mantendo a esperança de que conseguiriam ter um "pedaço de chão" para plantar, e que dias melhores estariam por vir:

> [...] e a mística, o vigor da mística é também um momento de meditação dos seus problemas, também dos seus sonhos, quando se alimenta a esperança de um revolucionário, de um guerreiro, de um lutador, é através da mística que você passa a acreditar que é possível realizar um sonho, transformar um sonho em realidade. Nós sonhavamos em fazer uma grande ocupação, um grande assentamento e eu acredito que nós conseguimos transformar esse primeiro assentamento em uma referencia para demais outros assentamentos e também pra nossas entidades, muitos que nos apoiaram e outras que não acreditavam hoje eles podem vir aqui, que o que nós dizíamos está concretizado (ARLINDO, 48 anos, 2017).

A mística era uma espécie de alimento para aqueles que acreditavam ser possível mudar o semiárido piauiense. As narrativas apresentam memórias da mística como alicerce para seguir em frente na luta, as atividades da mística no acampamento tinham uma relação muito próxima com a religiosidade dos camponeses, em especial, ligada à Igreja Católica. A mística também se apresentava no acampamento das mais diversas maneiras, fossem através de peças teatrais, músicas, danças, comemorações:

> Quando a gente [sem-terra] chegou aqui [Marrecas] foi no mês de junho, mês de junho aqui em São João era o mês do festejo e agente tentava segurar as pessoas para não ir, os jovens porque muita gente sabia. A gente tinha medo né, porque a gente era perseguido pelos fazendeiros, fazendeiros colocavam pessoas desagradáveis em nosso caminho, e nós tinha medo, vamos inventar alguma coisa. Mas o quê que a gente fazia, ajeitava o local e incrementava de fazer quadrilha de brincar a noite, pra segurar o jovem para ele não sair pra cidade (ARCANJA, 56 anos, 2017).

A mística nesse caso era utilizada para diversão dos jovens e para manter os acampados unidos. Mas, não era só isso, ela reflete também a forma como os jovens

camponeses, principalmente os ligados aos movimentos sociais observam a sua comunidade, as relações de conflitos ao qual estão inseridos, e também o próprio mundo e sua interação com ele. Os relatos de todos os entrevistados apontam para importância da mística como base para suportar o difícil período que foi o processo de ocupação e os primeiros dias de acampamento.

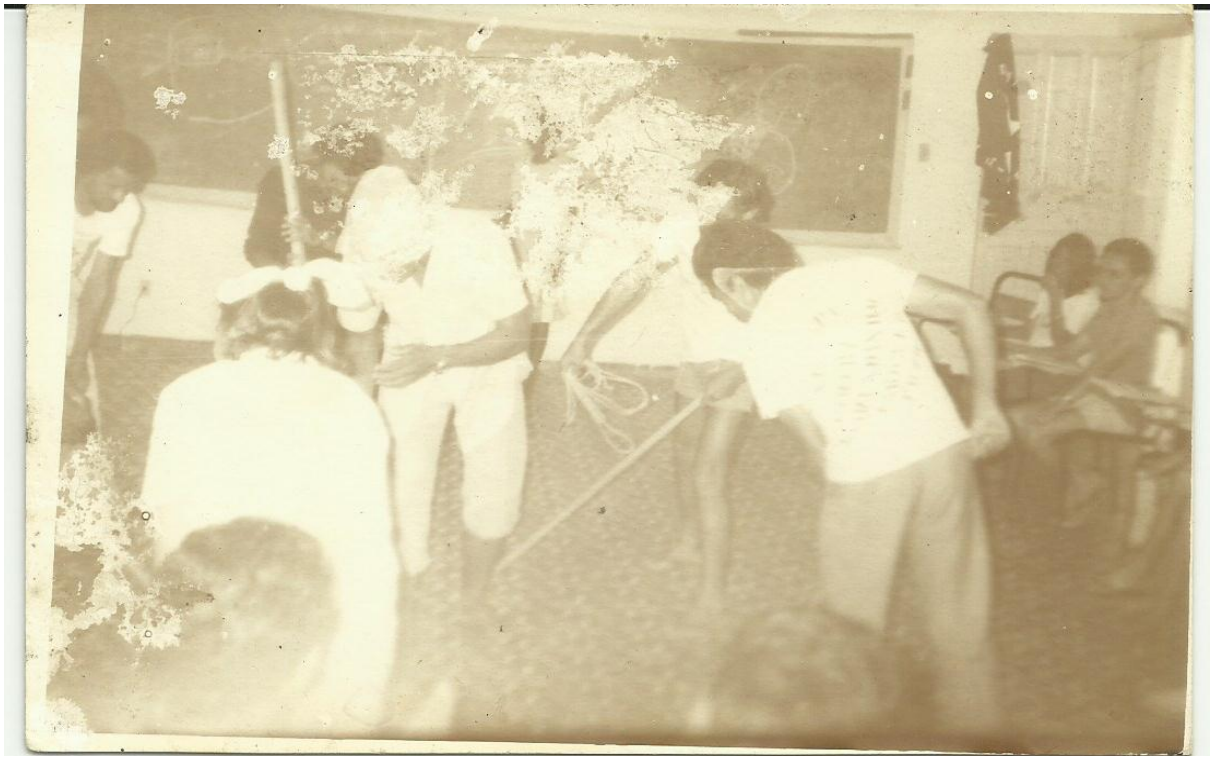

Figura 17 - Representação da Mística do MST em curso de formação. Fonte: acervo do MST - PI.

A fotografia acima demonstra que a mística é elemento fundamental no processo de formação dos militantes do MST, e segundo os entrevistados ela está presente em todas as atividades construídas pelo movimento, como por exemplo, na escola do assentamento, quando toda semana as crianças e adolescentes tem um momento de mística, que entre outros objetivos reforça as memórias de um modo de vida e luta dos camponeses. Também pode-se observar na imagem que a mística mantém presente os instrumentos e as práticas da vida no campo.

O MST busca, a partir da mística, apresentar as narrativas que garantem espaço para a cultura camponesa para manifestação do ser Sem Terra. Desta forma, a mística nutre aqueles que por meio de seus sistemas simbólicos procuram dar outro significado ao mundo em que vivem. Para isso, segundo Bourdieu (1989) os símbolos têm que ser de fácil manejo e

constantes para que sejam assimilados (a foice, o boné, entre outros); esse processo é muitas vezes implícito ligado a coisas práticas e materializado a partir da memória coletiva:

> Os costumes, comportamentos, valores, ensinamentos são heranças culturais que recebemos de nossos antepassados como se fossem objetos de uso, os utilizamos sempre que necessitamos e às vezes sem nos dar conta. Por isso é que há culturas diferentes, pois além de tudo ela é produzida em certo lugar com determinadas condições que existem em todos os lugares (BOGO, 2001, p. 10).

Nessa perspectiva, as práticas da mística podem ser explicadas por anos de incorporação de um modo de ser e pensar o mundo, que possibilita aos militantes do Movimento Sem Terra a construção da identidade enquanto Sem Terra. Contudo, esse camponês, que agora se diferencia dos demais por ser Sem Terra que vai sendo construído, coletivamente, pelo MST, não é unívoco e estável, ele sofre alterações num processo contínuo de *fazer-se* que acontece conforme as experiências de cada grupo ou classe social (BOGO, 2002):

> A celebração da mística entre os negros não pode esquecer seus ritmos, seus valores culturais seus protestos e sua religião. Assim como entre os gaúchos tem que incorporar seus costumes, sua dança, seus trajes e suas sadias tradições. E assim, em todas as regiões junto com a cultura e a geografia a mística leva em conta as histórias de luta do povo (MST, 2000, p. 3).

Logo, a mística é algo construído pelos mais diferentes grupos dentro do MST, que compartilham a luta pela terra, o ideal de uma sociedade menos desigual para os camponeses e que os possibilitam serem sujeitos de sua história. "A mística, portanto é, por um lado desenvolvimento constante e por outro, descoberta das identidades preservadas pela relação respeitosa das espécies que se toleram naturalmente sem se prejudicarem" (BOGO, 2002, p. 36).

Dessa forma, acredita-se que é no *fazer-se* diário da luta pela terra, alicerçada nas manifestações da mística do Movimento, que se transforma o indivíduo e o grupo, criando-se as possibilidades de transformações nas práticas que, até então, garantem uma sociedade de classes. Segundo Thompson (2011) é a partir das experiências que, também ocorrem no campo cultural, que é possível avançar em direção ao rompimento com a ordem estrutural estabelecida. Deste modo, ressignifica-se atividades, objetos e símbolos que agora fazem parte do ser Sem Terra, o que para Thompson (2012, p. 601) seria nutrir "com incomparável energia a Árvore da Liberdade".

Além da mística, a educação é outro elemento importante na formação dos sem-terra do MST. As memórias do acampamento revelam que desde os primeiros meses da chegada das famílias ao acampamento tinha-se a preocupação em formar uma equipe para serem os responsáveis pela organização e coordenação das atividades educacionais dentro do acampamento:

> E aí foi discutido para tirar as pessoas que tinham experiência para começar a trabalhar na educação das crianças, aí nós fomos escolhidas. Agora já dentro, no local já tinha um barracão [...], aí eles faziam uns banquinhos, já ouviu falar em carnaúba[94], fazia o banco de carnaúba e a gente começou a trabalhar com as crianças. [...] não era só estudar você precisa ler, escrever, cantar também, mas nós estudava mais a história da luta pela terra, não era o Movimento que a gente estudava, que as crianças não entendiam né? Mas, porque que a gente tava aqui [na ocupação]? Porque que a gente saiu da comunidade pra vir pra cá? [...], mas aí veio à discussão para jovens e adultos as crianças estão estudando, ninguém falava em dinheiro não, era trabalho voluntário mesmo, foi dois a três anos voluntário, que ajudou muito que o que valia era experiência né, que eles não tinham antes e aprofundou com a experiência, já o pouco que tinha a gente passava (ARCANJA, 56 anos, 2017).

Observa-se, portanto, que a preocupação com a educação das crianças era uma prioridade no acampamento. Mesmo em condições precárias os dirigentes do acampamento trataram logo de organizar e colocar em funcionamento uma escola. As pessoas que podiam contribuir com a educação eram retiradas da lavoura para se dedicar e pensar a educação no acampamento.

Nota-se que as pessoas responsáveis pela educação eram jovens mulheres, assim como as primeiras professoras, que iniciaram um trabalho com as crianças do acampamento. É importante salientar também que durante os primeiros meses, elas não recebiam salário, realizando um trabalho voluntário, apenas participando da divisão da produção, então essa realidade do acampamento mostra como funcionava o trabalho coletivo, onde se dividia a produção proporcionalmente, mesmo que nem todos estivessem envolvidos diretamente na produção.

A imagem abaixo demonstra a precariedade das condições para educação durante o período do acampamento. Segundo Anísia, que juntamente com Arcanja, foram as duas

[94] Carnaúba é uma árvore muito comum nos Estados do Piauí, Ceará e Maranhão, ela tem uma importância econômica, pois dela se aproveitam as folhas, o caule, o talo e a fibra, além dos frutos e raízes que servem para fabricação de vários produtos artesanais e industriais, ela, juntamente com o babaçu e a maniçoba, foram responsáveis por um importante ciclo econômico na primeira metade do século XX, no Piauí, hoje, mesmo não representando os principais produtos da economia piauiense, tem uma importância econômica para uma camada pobre da população rural do Estado (CARVALHO, 2008).

primeiras professoras do assentamento, primeiro organizou-se a turma de crianças para serem alfabetizadas e posteriormente passaram a se preocupar em formar uma turma de jovens e adultos, segundo as entrevistadas esse fato foi importante para a construção do *fazer-se* Sem Terra dentro da Marrecas.

Figura 18 - Galpão onde funcionava a escola nos primeiros anos do acampamento Marrecas em 1992. Fonte: acervo do MST - PI.

Contudo o elemento que mais chama atenção na narrativa de Arcanja é que o conteúdo ministrado nas aulas ia muito além dos conteúdos ministrados nas escolas "formais". Existia a preocupação em que as crianças aprendessem sobre sua própria condição de Sem Terra, e compreendessem o seu papel na sociedade. Deste modo, o MST nacional, em 1989, por meio do setor de educação refletiu sobre o modelo educacional existente no país e criou alguns princípios para nortear a educação nos acampamentos e assentamentos:

> - numa sociedade de classes, a escola serve para disseminar a ideologia da classe dominante.
> - os conteúdos e métodos da escola oficial estão direcionados para manutenção da ordem vigente.
> - o trabalho de educação é uma atividade política importante para o processo de transformação da sociedade.
> - a educação nos assentamentos é um processo de produção e reprodução de conhecimento a partir de sua própria realidade.

> - a escola é parte integrante da vida e do conjunto da organização dos assentados, sendo essencial a participação das famílias em seu planejamento e administração (MORISSAWA, 2001, p. 241).

Nessa perspectiva, a educação para o MST é entendida no campo contra-hegemônico[95], funcionando muitas vezes como alternativa a educação tradicional, que deslocada da realidade social dos indivíduos possibilita muito mais a manutenção da sociedade vigente do que sua transformação. Por isso, Stédile (1999) afirma sobre a importância da educação para o Movimento, pois só assim se consegue derrubar a *cerca da ignorância*[96].

Destarte, no momento em que se constrói a escola no acampamento não se constrói apenas um espaço para que as crianças, jovens e adultos tornem-se pessoas letradas, mas acima de tudo, para que aqueles militantes se tornem sujeitos que compreendam e intervenham na sua própria realidade. Quando Anísia e Arcanja relatam que não ensinavam apenas a ler e a escrever, mas também sobre a luta pela terra e do por que estarem no acampamento, observa-se que a educação/escola atinge um propósito maior, de formação do indivíduo a partir de sua própria realidade, procurando também identificar elementos que possibilitem transformar essa realidade:

> [...] não é possível compreender o sentido da experiência de educação no e do MST, se o foco de nosso olhar permanecer fixo na escola. Somente quando passamos a olhar para o conjunto do Movimento, e com a preocupação de enxergá-lo em sua dinâmica histórica (que inclui a escola), é que conseguimos compreender que *educação pode ser mais do que educação*, e que *escola pode ser mais do que escola*, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nessa realidade (CALDART, 2012, p. 225-226).

Dessa forma, assim como *a terra é mais do que terra* para o MST, a educação/escola cumpre dentro do Movimento uma função que vai além de ser um instrumento para a formação intelectual dos militantes. Ela tem uma função bem mais complexa e ampla, a de auxiliar no processo de autonomia dos indivíduos, para isso deve assumir um caráter transformador e ligado à materialidade da vida dos camponeses, é por isso que o MST

---

[95] Ver Carnoy (1988) partimos aqui da perspectiva gramsciana da existência de uma hegemonia da classe dominante no Estado e outras instituições sociais, e que para o combate à essa hegemonia é necessário a construção de uma contra- hegemonia, baseada nas ações, valores e cultura da classe trabalhadora.

[96] O termo é utilizado por Stédile (1999), quando fala sobre as três cercas que o Movimento tem que derrubar a do Latifúndio, Ignorância e Capital, mostrando que a luta do MST não é só por terra, mas pela transformação da sociedade.

defende uma educação do campo e não uma educação no campo, pois só assim a educação alçará o camponês a um papel de sujeito ativo dentro da sociedade.

Deste modo, nota-se que o MST construiu sua pedagogia e prática educativa baseada em grandes nomes da pedagogia brasileira, como por exemplo, Paulo Freire. Acreditando que a educação deve partir essencialmente da realidade vivida pelos camponeses. Todavia, de acordo com Santos (2011) deve se tomar cuidado para não se perder elementos que embora não pareçam estar relacionados diretamente com a realidade concreta, também são fundamentais para construção crítica e revolucionária do cidadão.

Essa análise é necessária para que o Movimento não reproduza a separação entre teoria e prática, muito utilizada pela pedagogia tradicional, onde a mesma superestima a teoria em detrimento da prática, e por sua vez, o MST numa perspectiva de negação do estabelecido, pode terminar incorrendo no erro contrario (SANTOS, 2011). Assim a práxis deve ser pensada a partir da importância e ressignificação dos conteúdos científicos e filosóficos estudados e não do seu negligenciamento, pois os mesmos também são necessários para compreensão e transformação da sociedade estabelecida.

Outro ponto que pode-se salientar é que nem sempre é possível trabalhar da mesma forma em todos os acampamentos e assentamentos, pois existem as particularidades de cada região. Além disso, muitas vezes o movimento não consegue executar na prática os aspectos pensados teoricamente, pois existem muitos condicionantes externos que vão desde as intervenções das secretarias de educação até a política educacional que não é pensada para uma educação emancipadora. Mas, mesmo com tais ponderações percebe-se que o MST apresenta uma proposta de educação para além da simples reprodução do status quo.

Já sobre a memória coletiva do grupo no que diz respeito à luta por educação, é marcada por enfrentamentos com o poder público da cidade de São João do Piauí. Um dos problemas foi a exigência de que para as crianças poderem seguir os estudos, a escola deveria ter registro do Ministério da Educação, para isso, a escola do assentamento deveria estar vinculada à prefeitura da cidade de São João do Piauí. Porém, como foi descrito anteriormente, a relação dos militantes do MST com prefeitura nada amistosa, então seria necessário mais uma ação de enfrentamento contra prefeitura da cidade e a estratégia era ocupar novamente a prefeitura:

> Nós vamos ocupar a prefeitura e vamos levar todas as crianças nesse dia, foi muito engraçado. [...]. E aí nós chegamos lá os meninos já sabendo tudo que ia fazer, como que a gente ia fazer, e quando o trator parou na porta da prefeitura e os meninos não podia descer que o trator era alto né, a gente

> pegava menino por menino quando a gente botava o menino no chão esse corria dentro da prefeitura aberta, aí o povo viu, ficava pela janela, ainda hoje eles lembram disso, até quando pulou o derradeiro, aí chegou o outro [trator], aí ele "ainda tem mais pelo amor de Deus!" não para moço agora que nós vamos chegar (ARCANJA, 56 anos, 2017).

Essas ações concretas, como mostra a fotografia abaixo, eram importantes, pois mostravam a força do movimento para o poder público, mas também eram fundamentais para a formação dos futuros militantes do Movimento. Não eram apenas crianças, eram crianças Sem Terra, e deste modo, também passavam a ser entendidas como sujeitos sociais, o Movimento entendia que a luta é de todos e que todos deveriam fazer parte.

Figura 19 - Ocupação da prefeitura de São João do Piauí, para negociar sobre os problemas da educação no acampamento Marrecas no ano de 1990. Fonte: acervo do MST - PI.

As memórias sobre a luta por educação no acampamento e depois no assentamento são carregadas de muitos episódios de lutas, que vão desde a ocupação da prefeitura de São João do Piauí, até manifestações na capital do Estado. E como comentou Madalena, a escola funcionou durante mais de 10 anos em um galpão, como apresentado anteriormente, até que depois de anos de lutas conseguiram que fosse construído um espaço adequado para o funcionamento da escola, já no período de assentamento:

> E falando assim do nome da escola né que hoje a gente carrega esse nome né Amadeus Carvalho, uma criança que faleceu no início né da ocupação, que hoje a família dele mora aqui na comunidade é a gente carrega o nome, nome bem forte continua presente que Amadeus Carvalho né, uma criança (MADALENA, 33 anos, 2016).

Observa-se aqui a seletividade da memória, pois ao entrevistar aqueles que participaram do processo de ocupação da Marrecas não foi relatado a morte de ninguém durante o processo. Talvez porque não seja uma lembrança cultivada pela coletividade ou em respeito à dor dos familiares. Dessa forma, pode-se entender que a memória nunca é a representação fiel do passado, e sim uma variação daquilo que permanece na memória do grupo, pois de acordo com Fentress e Wickham (1992), a memória coletiva, vem à tona se entrelaçando às subjetividades do indivíduo que as rememoram.

No tocante à memória, a escola Amadeus Carvalho passou a representar muito mais que uma escola, ela se transformou em um lugar de memória. E nesse caso, o lugar de memória em que se transformou a escola Amadeus Carvalho, transcende o prédio da escola, a memória fica então imortalizada, não só no monumento que é a escola, mas em tudo que representa a escola e a educação. Foi uma forma de manter viva a memória de luta e dificuldade de todo o processo dentro do assentamento, para servir como aspecto de coesão do próprio grupo, assim como afirma Nora (1993), os lugares de memória representam mesmo que em níveis diferentes os aspectos materiais, simbólicos e funcionais. E dessa forma pode-se entender que:

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

A escola Amadeus Carvalho carrega a memória não só da dor e sofrimento da família, mas da luta de toda a comunidade por terra e seus direitos, pois "A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, [...]. A memória é um fenômeno sempre atual um elo vivido no eterno presente" (NORA 1993, p. 03).

Nesse sentido, tanto pelo desenvolvimento da mística, enquanto elemento singular de sua cultura, quanto pela a criação de uma pedagogia do campo, o MST passa a construir uma identidade social e cultural própria e que se contrapõem às superestruturas já existentes. Isso vai se refletir desde a ocupação como tática de luta, a estruturação coletiva do acampamento, a construção da mística e a proposta educacional do Movimento, etc. Fazendo lembrar o que afirmava Thompson:

> A classe também adquiriu uma ressonância singular na vida inglesa: tudo, das suas escolas às suas lojas, das capelas aos seus divertimentos, converteu-

> se num campo de batalha de classe. Essas marcas subsistem, mas nem sempre são entendidas por quem vem de fora. Se em nossa vida social pouco temos da tradição de *égalité*, a consciência de classe do trabalhador pouco tem de submissão (THOMPSON, 2012, p. 600).

O processo exemplificado nesta pesquisa, sobre a formação dos Sem Terra no Piauí, assim como no restante do país, possibilita compreender que sua constituição é processual e resultado das experiências que vão sendo construídas ao longo de sua história. Os camponeses vão deixando de ser apenas sem-terra para se transformarem em Sem Terra, a partir de um complexo processo de *fazer-se* que é resultado da relação de diversos aspectos: econômicos, sociais, políticos e culturais que contribuem para construção de uma consciência e identidade do grupo, que por sua vez resulta em uma memória coletiva que pertence e é cultivada por todos que fazem parte do grupo.

Portanto, ao tentar reconstruir a formação da Marrecas e dos Sem Terra no Piauí, a partir das memórias daqueles jovens que comandaram esse processo, observa-se que as memórias que vem à tona em um processo de rememorar, demonstram o caráter coletivo da mesma. Pelos relatos dos entrevistados nota-se que a memórias de cada um estão ligadas às memórias do grupo, onde muitas vezes se complementam. Dessa forma, pode-se observar que existe uma memória construída coletivamente pelo grupo, e para o grupo, e que mesmo narrada individualmente não perde seu caráter coletivo:

> De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum. Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Assim sendo, o contato com as memórias de alguns jovens que vivenciaram e comandaram a ocupação da Marrecas e a formação do MST no Piauí, mostraram que ao buscarem suas lembranças sobre o período de sua juventude, a menor parte delas remetem aos acontecimentos que ocorreram em suas juventudes antes de participarem dos encontros políticos e de ingressarem no MST. Talvez isso possa ser explicado pela valorização que o Movimento Sem Terra da à memória na construção e consolidação do grupo:

> Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar

> de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que recordamos, do ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 2003, p. 41).

Nesse sentido as memórias estariam ancoradas em quadros coletivos de memória, onde os indivíduos podem ao longo do tempo apoiarem suas lembranças nas de outros indivíduos que também participaram ou não dos mesmos eventos. E nessa perspectiva, o MST procura através de vários mecanismos, como por exemplo, a mística e a educação consolidar as memórias construídas pelo Movimento, e deste modo, elas possam funcionar como um elo para coesão do grupo e a própria formação do Sem Terra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o assentamento Marrecas a partir dos jovens camponeses que o formaram, é entender que as transformações na construção do conhecimento histórico vêm possibilitando novos debates e abordagens acerca dos mais diferentes objetos de pesquisa. Nesse processo, os postulados que surgiram no bojo das discussões realizadas pelos teóricos que formaram a História Social Inglesa[97] abriram um novo horizonte na forma de pensar a sociedade e escrever a história.

Assim, passaram a observar que não apenas os grandes agentes políticos constituem a história, mas as pessoas "comuns" também podem se constituir como sujeitos sociais de transformações de suas realidades. Dessa forma, a história vista de baixo[98] nos apresentou a capacidade de compreender a sociedade a partir da análise das experiências cotidianas de homens e mulheres que vão se construindo enquanto sujeitos e classe social a partir do seu próprio *fazer-se*. Nesse sentido, E. P. Thompson mostra que não só o aspecto material (econômico), mas todos os elementos como a cultura e os costumes fazem parte da construção sócio-histórica de cada sujeito.

Nessa perspectiva, nota-se que o conceito de experiência de Thompson, foi importante para entender o processo de formação do assentamento Marrecas e do próprio MST no Piauí. Haja vista, ter possibilitado inferir que foi a partir das várias experiências políticas, econômicas e culturais vividas pelos camponeses do semiárido piauiense, que a consciência desses homens, mulheres e jovens foram se transformando, ao mesmo tempo em que iam deixando de serem sem-terra para tornarem-se Sem Terra.

Observou-se que o MST ainda constitui um dos maiores e mais importantes movimentos sociais do Brasil. O Movimento que nasceu das lutas camponesas no sul do país, no final do período da ditadura militar representou, na década de 1990, o grande antagonista dos grandes proprietários de terras, lutando pelo direito a terra e à reforma agrária. No Piauí, nota-se que de forma semelhante ao que aconteceu na maior parte do país, o MST surgiu com fortes ligações com a Igreja Católica, principalmente, ligado aos setores mais progressistas da mesma, a Teologia da Libertação. Nesse cenário a CPT e as CEBs representaram um

[97] Mesmo constituindo uma nomenclatura de difícil definição, podemos apresentar a História Social Inglesa como as contribuições de pensadores marxistas a partir do final da Segunda Guerra Mundial, que passam a estudar a história a partir dos sujeitos que por muito tempo foram excluídos, "os debaixo", da historiografia tradicional (positivista), entendendo a história como algo interdisciplinar, e se contrapondo a história como elemento exclusivamente político e econômico. Tendo entre seus principais teóricos E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Christopher Hill e Reymond Williams.

[98] Corrente historiográfica ligada à História Social Inglesa.

importante ponto de apoio e organização da luta pela terra no Estado. Logo, a religiosidade camponesa teve papel central na luta pela terra no sul e sudeste do Piauí, pois esteve ligada às celebrações que os jovens faziam as mobilizações junto aos mais velhos, chamando-os em direção à "terra prometida que emana leite e mel"[99].

Além disso, se faz necessário mencionar que o MST, ao longo de todos esses anos, passou por transformações e não atua da mesma forma, principalmente, após a chegada dos governos do PT ao poder. O Movimento Sem Terra passa a vivenciar uma situação inesperada, tendo muitas vezes que se enfrentar com um antigo aliado (PT). Diante disso, se olhar para a atuação do MST durante os governos do PT, nota-se que os Sem Terra atuaram de forma menos incisiva na luta pela reforma agrária, pois segundo os dados apresentados pela CPT[100], nos governos petistas houve diminuição do número de ocupações e um arrefecimento das lutas se compararmos com os anos anteriores aos governos do Partido dos Trabalhadores.

Entretanto, a conjuntura dos últimos dois anos vem exigindo do MST outra postura perante aos ataques promovidos pelo atual governo do MDB aos camponeses. Nos últimos anos, o governo golpista vem aprovando legislações que dificultam a vida dos povos do campo, resultando no aumento da violência no campo contra camponeses, indígenas e outros povos do campo. Sendo assim, o MST precisa se reinventar, fortalecendo a organização dos camponeses contra tais ataques, na luta pela terra e em favor da reforma agrária.

Por sua vez, no tocante ao processo de consolidação da identidade do Sem Terra, ressalta-se que a memória foi, e continua sendo, um elemento fundamental. Das entrevistas emergiram dados, que analisados por meio do arcabouço teórico, possibilitaram reconstruir a memória coletiva dos militantes, que serve também como alicerce para a construção do movimento e de suas lutas.

Essa memória coletiva e compartilhada pelos militantes, apresenta lembranças distintas, entre os anos vivenciados antes e depois do ingresso no MST. As primeiras são em sua maioria sobre as dificuldades vividas antes de fazerem parte do Movimento e da ocupação da Marrecas, já as lembranças referentes ao período de participação no Movimento, remetem aos momentos de realizações, a conquista da terra. As narrativas também mostraram uma relação saudosista com as memórias ligadas à época da ocupação e do acampamento, nas

[99] Referência às passagens bíblicas que falavam sobre a luta pela terra prometida, essas passagens eram muito utilizadas pelos jovens dirigentes do MST no Piauí para convencer os mais velhos a participarem das ocupações de terra.

[100] Ver dados apresentados pela CPT nos relatórios anuais sobre os conflitos no campo do Brasil. <https://www.cptnacional.org.br/>.

quais os entrevistados afirmaram ser o período em que se pensava e atuava coletivamente e numa perspectiva mais solidaria.

A memória, como visto, é parte integrante do Movimento e essencial na construção da história dos acampamentos e assentamentos do MST. Ela compõe um dos elementos para organização da mística, sendo através desta última que os camponeses apresentam e reproduzem sua cultura. A mística é parte integrante dos camponeses Sem Terra, funcionando como alimento que fortalece a luta. Nota-se também que ela é representada em músicas, cânticos e peças teatrais e foi muito importante para dar a "coragem" necessária para garantir a ocupação e organização da Marrecas. Observou-se também que a mística era realizada, principalmente, pelos jovens que de forma criativa utilizavam a arte e outros mecanismos para discutir a vida e a luta dos camponeses.

As narrativas também possibilitaram confirmar o papel central que a juventude exerceu no processo de organização e formação do assentamento Marrecas, assim como do próprio MST no Piauí. A juventude camponesa categoria quase que invisível ao poder público e à própria academia no final da década de 1980, tornou-se protagonista de um dos mais importantes movimentos sociais no Estado.

A pesquisa revelou que a atuação dos jovens que viviam no semiárido piauiense, possibilitou a construção de uma saída contra a concentração de terras existente naquela região. Era uma juventude sem-terra e pouco escolarizada que das dificuldades de se reproduzirem socialmente encontraram no MST o agente aglutinador para vencer a seca e o latifúndio, marcas da região onde moravam. Observa-se uma juventude que não se conformava simplesmente em abandonar o campo, mas que almejava transformá-lo para que, juntamente com suas famílias, se tornassem sujeitos conscientes do seu papel histórico e de seus direitos.

Segundo os entrevistados, era o sonho de conquistar um "pedaço de chão" que garantisse o sustento de toda a família que os movia diante de todas as adversidades. O "pedaço de chão" que iria tira-los do julgo dos grandes proprietários de terra. Além disso, observa-se que a formação política, juntamente com o apoio e confiança que estes jovens tiveram de suas famílias e comunidades, os fortaleceram para construírem o que Silva (2012) chamou de "Um levante no sertão do Piauí".

Contudo, é interessante salientar que, mesmo a pesquisa não tendo como foco discutir o papel das mulheres dentro do processo de organização e formação do MST e do assentamento Marrecas no Piauí ressalta-se que as mesmas compunham a juventude que liderava e participava do processo atuando nas mais diferentes frentes e setores, em especial o

setor de educação. Esse foi um debate que ficou mais evidente à medida que a análise foi avançando, todavia, pelos limites do trabalho e do próprio tempo para realizá-lo, espera-se que seja possível aprofundar este importante aspecto identificado em futuras pesquisas como, por exemplo, no doutorado.

De qualquer forma, observa-se a presença de jovens mulheres à frente de suas famílias e da luta pela terra, como foi o caso de Arcanja e Anísia. Foram elas que lideraram o setor de educação dentro da Marrecas, contribuindo para a formação e fortalecimento desse processo. A educação se apresentou como um dos setores mais importantes para o MST e o assentamento Marrecas, pois além de garantir a educação formal, fortalece o projeto político do Movimento, auxiliando na transformação da realidade social de camponeses que pouco tiveram acesso a uma educação do campo.

Esta pesquisa, longe de esgotar as categorias trabalhadas, buscou discutir alguns elementos sobre um dos principais movimentos sociais do Piauí que nasceu na segunda metade da década de 1980. E apresenta a partir das memórias dos jovens que protagonizaram a formação do assentamento Marrecas e do MST no Estado, uma narrativa que possibilita assimilar algumas questões fundamentais para compreender como alguns jovens pensavam a vida no campo durante aquele período, e como os mesmos a partir de suas experiências e num *fazer-se* contínuo, deixaram de serem sem-terra para transformarem-se em Sem Terra.

Por fim, sabe-se que muito ficou a ser dito e que existem lacunas a serem preenchidas, mas há muita satisfação em ter contribuído, de alguma maneira, trazendo à tona uma pequena parte da luta de simples camponeses há muito esquecidos, mas que coletivamente ousaram pensar e lutar para a construção de outro campo, e que, longe de serem apenas objetos e vítimas de sua própria realidade, são, antes de tudo, sujeitos de sua própria história.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Condição juvenil no Brasil contemporâneo.** In: ABRAMO, H. W. Branco, P. P. M. (org.). Retratos da juventude brasileira. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-72.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado em busca do parlamento**. São Paulo: Ática, 1997.

ARAÚJO, José Luís Lopes, et al. **Atlas escolar do Piauí: espaço geo-histórico e cultural**. 2 ed. João Pessoa – PB: editora Grafset, 2016.

ARNS, Paulo Evaristo (org.). **Brasil nunca mais.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAUER, Carlos. **Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica**. São Paulo: Edições Pulsar, 2009. 151 p.

BENJAMIN, Cézar. **Um projeto popular para o Brasil**. In: Projeto popular e escolas do campo: por uma educação básica do campo. Brasília, DF. Coleção Por uma educação Básica do campo, 2000, n° 3, p. 15-37.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Padre Antônia Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: EncyclopediaBritannica. 1980.

BOGO, Ademar. Caderno de formação nº. 34. **O MST e a cultura**. 2.ed. São Paulo. Peres LTDA, 2001. 93p.

_____. **O vigor da mítica.** São Paulo: ANCA, 2002. 189p.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003. 219p.

_____. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil S. A, 1989.

BRANFORD, Sue e ROCHA, San. **Rompendo a cerca**: a história do MST; [tradução Rubens Galves Merino]. 1.ed. São Paulo: Casa Amarela, 2004. 400p.

BRASIL. Presidência da Republica. **LEI. 601**, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em 20 Jul. 2017.

BRASIL. Presidência da Republica. **LEI. 4.504**, de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em 20 Jul. 2017.

BRASIL. Portal da Legislação. **Atos Institucionais.** Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais >. Acesso em 02 Out. 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estatuto da Juventude**. Disponível em: <http://juventude.gov.br/estatuto#.WdQ7Q8ZrzIU > Acesso 03 Out. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades**, **Censo 2010**. Disponível em:< https://cidades.ibge.gov.br/ > Acesso em 22 Ago. 2017.

_____. **Indígena, Censo 2010.** Disponível em <https://indigenas.ibge.gov.br/ > Acesso em 15 Mai. 2017.

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CABRA Marcado para Morrer. Direção Eduardo de Oliveira Coutinho. Narração Ferreira Gullar. Documentário, cor p&b, 119 min. 1984. Disponível em <https://www.youtube.com/results?search_query=cabra+marcado+para+morrer >. Acesso em 23 de jan. de 2018.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 440.

_____. **A escola do campo em movimento**. In: Projeto popular e escolas do campo: por uma educação básica do campo. Brasília, DF. Coleção Por uma educação Básica do campo, 2000, n° 3, p. 39-95.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. (Cords). **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 páginas.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude e novas mentalidades no cenário rural**. In: CARNEIRO, M. J. CASTRO, E. G. (orgs). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 8ª ed. campinas – SP: Papirus, 2003. pag. 9-118.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

CARVALHO, José Natanael Fontenele de. **Pobreza e tecnologias sociais no extrativismo da carnaúba**. 2008. 100 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí. Teresina – PI.

CASTRO, Elisa guaraná [et al.]. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DOS TRABALAHADORES RURAIS DA CUT – PI. **Dossiê a seca no Piauí**. 1998.

DINIZ, Mônica. **Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira.** In: Revista Histórica. edição nº 2 de junho de 2005.

DOMINGOS NETO, Manoel e BORGES, G. **Almeida. A dinâmica da "seca".** In: Seca Seculorum: flagelo e mito na economia rural. Teresina, Fundação CEPRO, 1987. p. 74-105.

FARIA S. M, LEÃO I. B. **Adolescência*:* um conceito de estágio de desenvolvimento psicossocial definido historicamente**. 2007[Internet]. Disponível em: <http://www.simposioestadospoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EP04.pdf>. Acesso 07 de janeiro de 2018.

FENTRESS, J. e WICKHAM, C. **Memória Social**. Lisboa: Teorema, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

FRANÇA, João Vieira de. **O Piauí de esperança Garcia, para além das aparências históricas: colônia, sofrimento e escravidão**. In: Projeto: Carta de Esperança Garcia: Uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia. UFPE, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32° edição. São Paulo – SP: Companhia Editora Nacional, 2005.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro**. In: GeoTextos, vol. 2, n. 2, 2006, p. 115-147.

GIUMBELLI, Emerson. **Religião e (Des)Ordem Social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos**. Dados, Rio de Janeiro , v. 40, n. 2, p. , 1997 . disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28. Set. 2017.

GROPPO, Luis Antônio. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco editorial, 2017.

_____. **Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis**. Em Tese. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 4-33, jul. 2015. ISSN 1806-5023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n1p4/29763>. Acesso em: 10 janeiro de 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HEIM, Bruno Barbosa e SILVEIRA, Jamile Silva. **A institucionalização da política de reforma agrária no estatuto da terra: uma proposta à frente de seu tempo?** Disponivel em <https://jus.com.br/artigos/24312/a-institucionalizacao-da-politica-de-reforma-agraria-no-estatuto-da-terra-uma-proposta-a-frente-de-seu-tempo> Acesso em 12 de maio de 2017.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26° ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INCRA. **O que é grilagem**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/oqueegrilagem > Acesso 29/09/2017.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, I.; MOLINA, Mônica Castangna. **A educação básica e o movimento social do campo**. Ed. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Coleção Por uma educação Básica do campo, n° 1.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. **A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo , n. 122, p. 275-293, Jun 2015 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101662820150002002 75&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Ago. 2017 . http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.023.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Marcos Fernandes. **O MST e a luta pela terra no Piauí: história e memórias familiares (1989 – 2014)**. 2017. 198 fl. Dissertação (Mestrado em História). UFMA, São Luís – MA.

LIMA, Telma C. S. de; MIOTO, Regina Célia T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento cientifico: a pesquisa bibliográfica**. In: Rev. Katal Florianópolis, vol. 10, n° esp. 2007, p. 37 – 45.

MARQUES, Marta Inez Madeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** In: Revista NERA, ano 11, n° 12. Jan – Jun. Presidente Prudente – SP. 2008.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. **Orientações básicas para a pesquisa**. In: Serviço Social e saúde e trabalho profissional. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINS, Suely Aparecida. **As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura**. In: Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC. Vol. 2 n° 2 (4), agosto-dezembro/2006, p. 113-126.

_____. **A formação política da juventude do movimento sem terra no estado do Paraná**. 2009. 281 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). UFSC, Florianópolis – SC.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. 2008. 501 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). USP, São Paulo – SP.

_____. **Ataques aos direitos dos povos do campo**. In: Conflitos no Campo – Brasil 2015. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 páginas.

MONEGO, Sonia; GUARNIERI, Vanderleia. A Fotografia Como Recurso de Memória. In: Cadernos do CEOM. Vol. 25, N° 36. Editora Argos. 2012. Disponível em <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1153/648 >. Acesso em 16 de Abril de 2018.

MORAES, Maria Célia M. de; MULLER, Ricardo Gaspar. **A miséria da teoria: o debate de History Workshop**. In: Revista Esboço, n° 14. UFSC. 2005/2006.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 256.

MOURA, Clóvis. **Sociologia Política da Guerra camponesa de Canudos**: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 129.

MST. **O que é mística?**. In: A força que anima os militantes. Secretaria Nacional – MST. 2000, pag. 3-9.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964 - 1985**. São Paulo: Atual, 1998.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.

NOVAIS, Regina. **Políticas públicas, direitos e participação**. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

NUNES, Sidemar Presotto. **O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de desenvolvimento rural**. In: Desser boletim eletrônico, Departamento de estudos sócio-econômicos rurais, n° 157, Mar-2007. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/doc/DesenvolvimentoRural.pdf > acesso 08 de Jun de 2017.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude – alguns contributos**. In: Rev. Análise Social, vol. XXV (105-106), 1990 (1°, 2°), pag. 139 – 165.

PASQUALINO, Beatriz. **A cultura camponesa no Brasil**. In: Vozes da Terra MST.

PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica**. In: Revista Arquivos da Memória, N° 2, 2007, pag. 4-23.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos históricos. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1989. p. 3-15.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A questão agrária no Brasil**. 2° ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ. **Dados do município**. Disponível em <http://saojoaodopiaui.pi.gov.br/municipio/ >. Acesso em 13 Ago. 2017.

PREVOT, A. C. R.. **Formação Politica no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Devir histórico e dimensão estratégica nas lutas políticas contemporâneas**. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). UFRJ. Rio de Janeiro – RJ.

RODRIGUES, Maria Emília. **Contracultura, rock and roll e estilo hippie: um análise das bandas Sopa, Liverpoolgas e RoberSou the Valsa.** 2006. 69 f. Monografia. UFPR, Curitiba – PR.

SÁ, Celso Pereira de. **Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial**. In: Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, 20 (2), 2007, p. 290-295.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Cláudio Eduardo Felix dos. **Relativismo e escolanovismo na formação do educador: uma análise histórico-crítica da licenciatura em educação do campo**. 2011. 268 f. Tese (Doutorado em Educação). UFBA, Salvador – BA.

SAUER, Sérgio. **Entrevista sobre MP 759**. In: Jornal Brasil de Fato. São Paulo. Data de publicação 25/05/2017. Disponível <http://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/brasil-de-fato-mp-759-expropria-a-populacao-pobre-do-campo-explica-sergio-sauer/22471>. Acesso em 17 de jan. de 2018.

SILVA, Gisvaldo de Oliveira da. **Um levante no sertão do Piauí: a trajetória camponesa na formação do assentamento Marrecas (1985-1995).** 2012. 162 fl. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). UFPI, Teresina - PI.

SINGER, Paul. **A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social**. In: ABRAMO, H. W.; Branco, P. P. M. (org.). Retratos da juventude brasileira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 27-35.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro Morais. **Tempo de esperança: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960**. 2015. 412 fl. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). UFPI, Teresina – PI.

SPOSITO, Marília Pontes; Carrano, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação, n° 24. Set/Out/Nov/Dez, 2003.

STÉDILE, João Pedro (org.). **História e Natureza das Ligas Camponesas.** São Paulo: Expressão Popular, 2002. 192 p.

_____; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, 167p.

THOMPSON, Edward P. **A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII.** Tradução Frederico Ágoas e José Neves. Lisboa: Antígona, 2008.

_____, Edward P. **A formação da classe operária: Árvore da Liberdade**. Tradução Denise Bottmann. 6° ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____, Edward P. **A formação da classe operária: A maldição de Adão**. Tradução Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida. 2° ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____, Edward P. **A formação da classe operária: A força dos trabalhadores**. Tradução Denise Bottmann. 2° ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

TV Escola. **Série Videos no Brasil**. Disponível em <https://vimeo.com›Vídeo nas Aldeias› Vídeos>. Acesso 15 Mai. 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu – MG, Outubro, 1996.

_____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo**. In: Revista Estudos sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, n. 15, 2000, p. 87 - 145. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.

_____. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro**. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. **A construção social da juventude.** In: Sociologia da juventude. Curitiba: Inter Saberes, 2013. p. 13-30.

_____. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2005.

ZANINI, C. F.; BACCEGA, M.; ZAPPIA, R. B. **A Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres na América Latina**. História e Perspectiva, Uberlândia, V. 24, n. 44, Jan./Jun. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19361/0>.

ZORZI, Analisa. **Juventudes rurais.** In: Sociologia da juventude. Curitiba: Inter Saberes, 2013. p. 143-158.

FONTES ORAIS

ARAÚJO, Anísia Joana de. **Entrevistas concedidas ao autor em junho de 2017.** São João do Piauí-PI.

FRANÇA, Benezete Manoel. **Entrevistas concedidas ao autor em agosto de 2017.** São João do Piauí-PI.

JESUS, Arcanja Pedrina de. **Entrevistas concedidas ao autor em fevereiro de 2017.** São João do Piauí-PI.

SANTOS, Inácio José dos. **Entrevistas concedidas ao autor entre fevereiro e agosto de 2017.** São João do Piauí-PI.

SANTOS, Maria de Jesus. **Entrevista concedida ao autor em agosto de 2017.** São João do Piauí-PI.

SOUSA, José Ivan. **Entrevistas concedidas ao autor em junho de 2017.** São João do Piauí-PI.

SOUZA, Maria Gorete. Entrevista referente à pesquisa memorial, maio de 1997. Cedida pela Coordenação Estadual do MST – PI.

SILVA, Arlindo Gregório da. **Entrevistas concedidas ao autor em fevereiro de 2017.** São João do Piauí-PI.

SILVA, Madalena Carmina da. **Entrevistas concedidas ao autor entre outubro de 2016 e junho de 2017.** São João do Piauí-PI.

SÍTIOS ELETRÔNICOS VISITADOS

<www.cimi.org.br>

<www.cpt.org.br>

<www.mst.org.br>

APÊNDICE

Roteiro da Entrevista

1. Comente sobre sua juventude antes de participar do MST.
2. Qual era a sua relação com os movimentos sociais no campo antes de participar do MST?
3. Como você conheceu o MST?
4. Qual a importância da Igreja Católica e a CPT na construção do MST no Piauí?
5. Como se deu o processo de organização do MST e da ocupação da Marrecas?
6. Qual o papal da juventude camponesa na formação do MST e da ocupação da Marrecas?
7. Por que os jovens foram os que lideraram esse processo?
8. Como se deu o dia da ocupação da Marrecas?
9. Como foram os primeiros dias no acampamento Marrecas?
10. Como funcionava organizativamente o acampamento?
11. Qual o papel da juventude dentro do acampamento?
12. Quais as principais lutas durante o período de acampamento?